

Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar III

4T16



Sumário

O Banco do Brasil.....	10
1. Introdução	11
1.1. Objetivo	11
1.2. Principais Indicadores Regulatórios	12
2. Gerenciamento de Riscos e de Capital	13
2.1. Governança Interna para Riscos e Capital.....	13
2.2. Definições Estratégicas.....	18
2.2.1. Riscos Relevantes.....	18
2.2.2. Apetite e Tolerância a Riscos	19
2.2.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital	20
2.3. Processos de Comunicação e Informação.....	21
2.4. Objetivos do Gerenciamento de Riscos	22
2.5. Processos de Gestão dos Riscos	22
3. Conglomerado Prudencial.....	24
3.1. Balanços Patrimoniais.....	25
3.2. Composição do Conglomerado Prudencial	28
3.3. Composição do Consolidado Divulgado.....	30
4. Capital	31
4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)	31
4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR).....	35
4.3. Índices de Adequação de Capital.....	37
4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR	38
4.5. Razão de Alavancagem	39
5. Participações Societárias	40
5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)	42
6. Gestão de Riscos.....	42
6.1. Risco de Crédito.....	42
6.1.1. Política Específica de Crédito.....	42
6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito	43
6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito	43
6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito.....	44
6.1.5. Instrumentos Mitigadores	45
6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito.....	47
6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte	57
6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	60
6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização	61
6.2. Risco de Mercado	62
6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado.....	62
6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado.....	62
6.2.3. Políticas de <i>Hedge</i>	63



6.2.4.	Derivativos.....	63
6.2.5.	Carteira de Negociação.....	66
6.2.6.	Carteira de Não Negociação.....	67
6.2.7.	Mensuração do Risco de Mercado.....	68
6.3.	Risco de Liquidez.....	70
6.3.1.	Política Específica do Risco de Liquidez.....	70
6.3.2.	Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez.....	70
6.3.3.	Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez.....	73
6.3.4.	Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).....	74
6.4.	Risco Operacional.....	77
6.4.1.	Política Específica do Risco Operacional.....	77
6.4.2.	Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco Operacional.....	78
6.4.3.	Avaliação do Risco Operacional.....	79
6.4.4.	Mensuração do Risco Operacional.....	79
6.4.5.	Mitigação do Risco Operacional.....	79
6.4.6.	Controle do Risco Operacional.....	79
6.5.	Risco Socioambiental.....	80
6.5.1.	Política Específica de Responsabilidade Socioambiental.....	80
6.5.2.	Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental.....	80
6.6.	Outros Riscos.....	80
6.6.1.	Risco de Estratégia.....	81
6.6.2.	Risco de Reputação.....	81
6.6.3.	Risco de EFPPS.....	82
6.6.4.	Risco Legal.....	82
7.	Programa de Testes de Estresse.....	82



Índice de Tabelas

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.	25
Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial	28
Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado.....	30
Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	32
Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência.....	32
Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas	33
Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência.....	35
Tabela 8 - Ajustes Prudenciais.....	35
Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA	36
Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido.....	37
Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR.....	38
Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem	40
Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem	40
Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação	41
Tabela 15 - Cobertura de Garantias	45
Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respectivo Fator de Risco	46
Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito	47
Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito.....	48
Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas	49
Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas	50
Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico	51
Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T16	51
Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T16	52
Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T16	52
Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T16.....	53
Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T16.....	53
Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T16.....	53
Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas	54
Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T16.....	55
Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T16.....	55
Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T16.....	56
Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico.....	56
Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações	57
Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR	57
Tabela 35 - Valor Nocial de Contratos a Serem Liquidados em Sistemas de Liquidação de Câmaras de Compensação e de Liquidação, nos quais a Câmara atue como Contraparte Central	59
Tabela 36 - Valor Nocial dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte sem Atuação de Câmaras de Compensação como Contraparte Central	59
Tabela 37 - Valor Positivo Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte	59
Tabela 38 - Valor das Garantias que Atendam Cumulativamente os Requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13.....	60
Tabela 39 - Valor das Garantias que Atendam Cumulativamente os Requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13	60



Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios	60
Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação	61
Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	61
Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente	61
Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI.....	62
Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16.....	64
Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T16.....	64
Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T16.....	65
Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T16.....	65
Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T15.....	66
Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas	67
Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrência de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia <i>Economic Value of Equity</i>	68
Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR.....	75
Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	76
Tabela 54 - Histórico do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)	77
Tabela 55 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda	80



Índice de Figuras

Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório	12
Figura 2 - Estrutura de governança corporativa	13
Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital.....	14
Figura 4 - Estrutura de Gerenciamento dos Riscos.....	17
Figura 5 - Hierarquia de limites e alçadas	20
Figura 6 - Fases do processo de gerenciamento do risco.....	22
Figura 7 - Processo de gestão de riscos	23
Figura 8 - Estrutura de gerenciamento do risco de crédito.....	44
Figura 9 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional.....	71
Figura 10 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira	72
Figura 11 - Indicador DRL	73

Índice de Quadros

Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	15
Quadro 2 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital.....	16
Quadro 3 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil	19
Quadro 4 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital	39



Glossário de Siglas

ACP	Adicional de Capital Principal
Audit	Auditoria Interna
Bacen	Banco Central do Brasil
CA	Conselho de Administração
CD	Conselho Diretor
CF	Conselho Fiscal
Coaud	Comitê de Auditoria
Coger	Diretoria Contadoria
CEGC	Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital
CERC	Comitê Executivo de Risco de Crédito
CERML	Comitê Executivo de Risco de Mercado e de Liquidez
CERO	Comitê Executivo de Controles Internos e de Risco Operacional
CSGAP	Comitê Superior de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez
CSRG	Comitê Superior de Risco Global
Dicoi	Diretoria de Controles Internos
Dicre	Diretorias de Crédito
Difin	Diretoria Finanças
Dined	Diretoria de Negócios Digitais
Dirao	Diretoria Reestruturação de Ativos Operacionais
Dirco	Diretoria de Controladoria
Direo	Diretoria Estratégia e Organização
Diris	Diretoria de Gestão de Riscos
Disin	Diretoria Segurança Institucional
DRL	Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres
ECBB	Estratégia Corporativa Banco do Brasil
ELBB	Entidades Ligadas ao Banco do Brasil
EMLI	Exigência Máxima de Liquidez Intradia
Fampe	Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas
FGI	Fundo Garantidor para Investimento
FGO	Fundo de Garantia de Operações
FPR	Fator de Ponderação de Risco
Funproger	Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda
HIBP	Horizonte temporal mínimo de adequação do IBP
HICNI	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICNI
HICP	Horizonte temporal mínimo de adequação do ICP
IB	Índice de Basileia
IBA	Índice de Basileia Amplo (IB apurado considerando a necessidade de capital para riscos de Pilar I e Pilar II)
IBP	Índice de Basileia mínimo prudencial (IB mínimo definido gerencialmente)
IBR	Índice de Basileia mínimo regulatório
Icaap	Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital
ICNI	Índice de Capital Nível I
ICP	Índice de Capital Principal
Icred90	Índice de créditos inadimplidos a partir de 90 dias
IDS	Instrumento de Dívida Subordinada
IHCD	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Iprov	Índice de provisionamento (saldo de PCLD sobre o saldo da carteira)
LCR	Liquidez de Curto Prazo
MCC	Medidas de Contingência de Capital
MCL	Medidas de Contingência de Liquidez
MP	Margem Prudencial em reais equivalente à diferença entre o IBP e o IBR
PCC	Plano de Contingência de Capital
PR	Patrimônio de Referência
PRE	Patrimônio de Referência Exigido (nomenclatura alterada para PRMR a partir das alterações trazidas pela Resolução CMN nº 4.193/13)
PRMR	Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para cobertura dos riscos de Pilar I
PRMRA	Patrimônio de Referência Mínimo Requerido Ampliado (corresponde à soma do capital requerido para os riscos do Pilar I e Pilar II)
RL	Reserva de Liquidez
RSPL	Retorno sobre Patrimônio Líquido
RWA	<i>Risk-Weighted Assets</i> (Ativos Ponderados pelo Risco)
RWAACS	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de ações



RWACAM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de câmbio
RWACIRB	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem baseada em modelos internos
RWACOM	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de <i>commodities</i>
RWACPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de crédito apurado pela abordagem padronizada
RWAJUR	Ativos ponderados pelo risco para exposições de risco de mercado de taxa de juros
RWAMINT	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado por modelos internos
RWAMPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco de mercado apurado pela abordagem padronizada
RWAOPAD	Ativos ponderados pelo risco para risco operacional apurado pela abordagem padronizada
Vicri	Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos



O Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB) detém a maior rede de atendimento no País e no exterior entre as instituições financeiras brasileiras. Presente em quase todos os municípios brasileiros, disponibiliza mais de 57 mil pontos de atendimento no território nacional. Com mais de 200 anos de atuação, o BB é uma empresa de economia mista controlada pela União e listada no Novo Mercado da BM&FBovespa, segmento que reúne as companhias com as melhores práticas de governança corporativa.

Como um dos principais agentes do desenvolvimento econômico e social do País e executor de políticas públicas, o BB apoia o agronegócio, a infraestrutura, as micro e pequenas empresas e o comércio exterior, atuando de forma responsável para promover a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda.

Nossa crença, "um mundo bom para todos exige espírito público em cada um de nós", baseia-se na busca constante da conciliação das necessidades e dos interesses do Banco e de todos os seus públicos de relacionamento. Neste sentido, consideramos as dimensões individual e coletiva, seja atuando como banco de mercado, seja na realização de negócios sociais ou como protagonista do desenvolvimento do País.

Missão: *“Banco de mercado com espírito público. Ser um banco competitivo e rentável, atuando com espírito público em cada uma de suas ações junto a toda a sociedade.”*



1. Introdução

A gestão de riscos e a gestão de capital constituem-se em instrumentos fundamentais para a sustentabilidade do sistema bancário. Os métodos de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo. O Banco do Brasil (BB) considera fundamental o gerenciamento de riscos e de capital para o processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco *versus* retorno em suas operações.

As mudanças no ambiente financeiro mundial, tais como a integração entre os mercados, o surgimento de novas transações e produtos, o aumento da sofisticação tecnológica e as novas regulamentações tornaram as atividades financeiras e seus riscos cada vez mais complexos.

A participação brasileira no Comitê de Basileia para a Supervisão Bancária (CBSB) estimula a implementação tempestiva de normas prudenciais internacionais no arcabouço regulatório brasileiro.

Adicionalmente, as lições originadas de desastres financeiros reforçam a importância da gestão de riscos e da gestão de capital na indústria bancária.

Esses fatores influenciam os órgãos reguladores e as instituições financeiras para que invistam na gestão dos riscos, visando o fortalecimento de sua saúde financeira.

Alinhado a essa perspectiva, o BB investe no aperfeiçoamento contínuo dos processos e das práticas de gestão de riscos e de gestão de capital, em consonância com os referenciais internacionais de mercado, de regulação e de supervisão.

O BB busca manter-se continuamente alinhado às boas práticas de gestão de riscos com abrangência multidimensional, cujas especificidades estão descritas neste relatório.

1.1. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à mensuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Circular Bacen nº 3.678 de 31.10.2013, e está alinhado às diretrizes do Pilar III de Basileia II. Este relatório inclui informações sobre estruturas, processos e políticas de gestão de riscos e de gestão de capital do Banco do Brasil (BB).

As informações constantes deste relatório, exceto quando indicado o contrário, consideram o escopo de consolidação do Conglomerado Prudencial, nos termos do Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), que abrange as instituições financeiras, as administradoras de consórcio, as instituições de pagamento, as sociedades que realizam aquisição de operações ou assumam direta ou indiretamente risco de crédito e os fundos de investimento nos quais o conglomerado retenha substancialmente riscos e benefícios.



1.2. Principais Indicadores Regulatórios

A seguir, são apresentados, os principais indicadores de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial BB, considerando a posição dos últimos 3 trimestres:

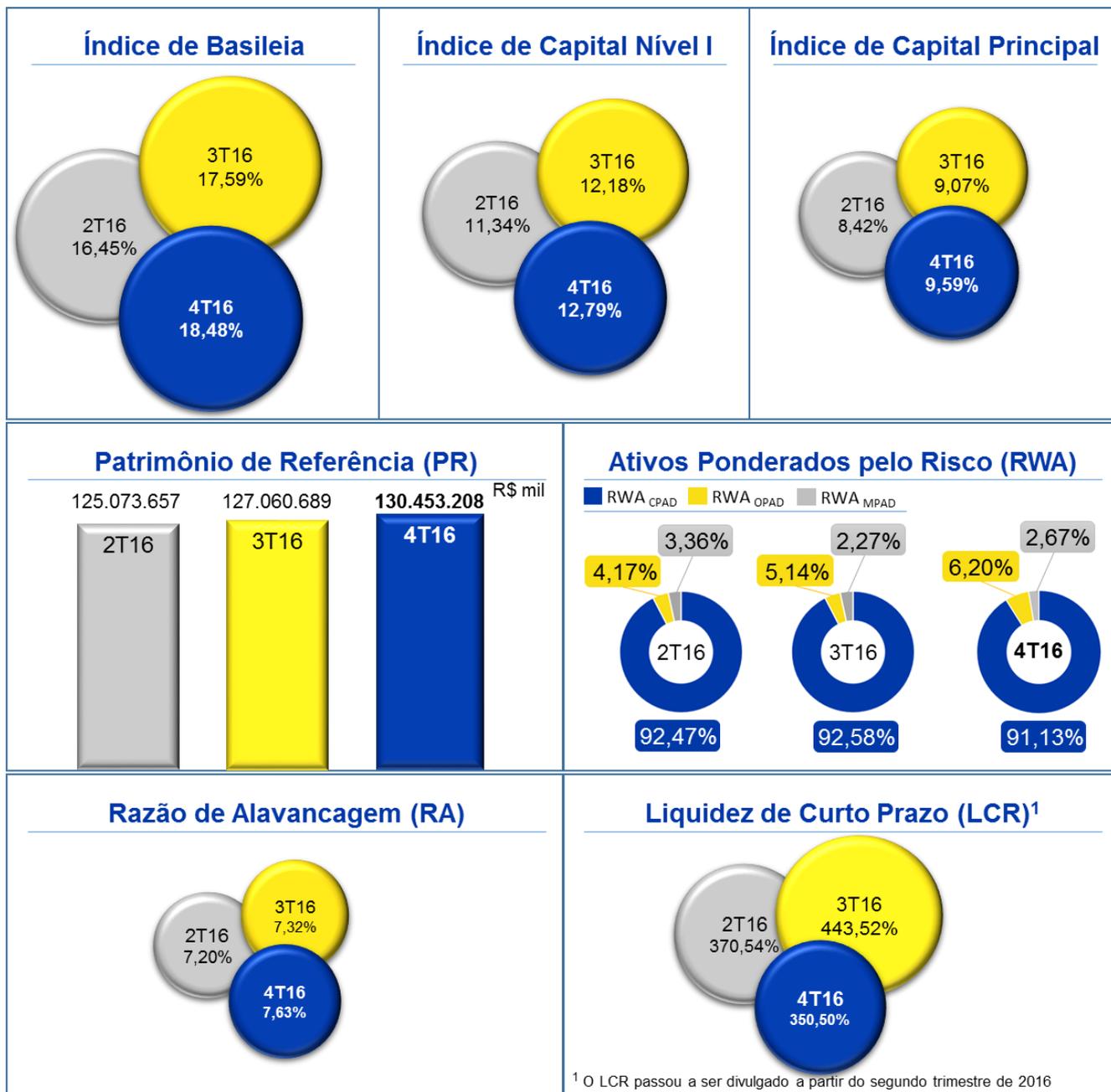


Figura 1 - Indicadores de Capital Regulatório



2. Gerenciamento de Riscos e de Capital

2.1. Governança Interna para Riscos e Capital

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil (BB), estão presentes:

- o Conselho de Administração (CA), assessorado pelo Comitê de Auditoria (Coaud), pelo Comitê de Remuneração (Corem) e pela Auditoria Interna (Audit);
- a Diretoria Executiva (Direx), composta pelo Conselho Diretor (CD) e pelos Diretores Estatutários; e
- o Conselho Fiscal (CF).

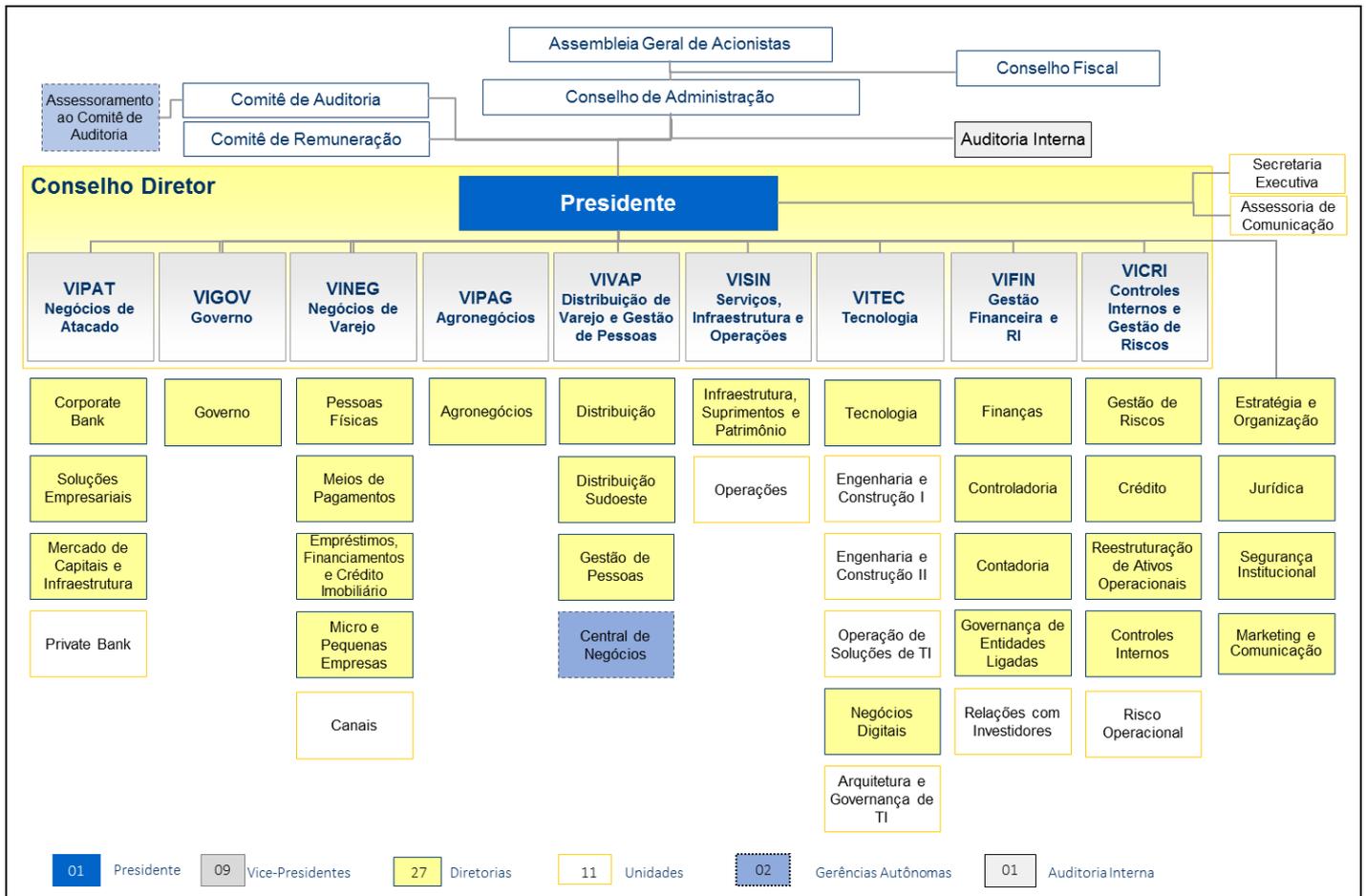


Figura 2 - Estrutura de governança corporativa

As decisões, em qualquer nível da Empresa, são tomadas de forma colegiada, ressalvadas as situações em que a estrutura organizacional mínima não o permita. Com o propósito de envolver todos os executivos na definição de estratégias e na apreciação de propostas para os diferentes negócios do BB, a Administração utiliza comitês de nível estratégico, que garantem agilidade, qualidade e segurança à tomada de decisão.

As decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de documentos que expressam objetivamente o posicionamento tomado pela Administração, garantindo a sua aplicação em todos os níveis do Banco.



O modelo de governança para gerenciamento de riscos e de capital adotado pelo BB envolve estrutura de Comitês Superiores e Executivos, com composição de diversas áreas do Banco, tendo participação do Presidente, dos Vice-Presidentes e de Executivos chave do Banco, conforme o caso, contemplando os seguintes aspectos:

- segregação de funções: negócio x risco;
- estrutura específica de gestão de riscos;
- processo de gestão definido;
- decisões em diversos níveis hierárquicos;
- normas claras e estrutura de alçadas; e
- referência às melhores práticas de gestão.

A figura seguinte representa a estrutura de governança definida para gestão de riscos e de capital do Banco:

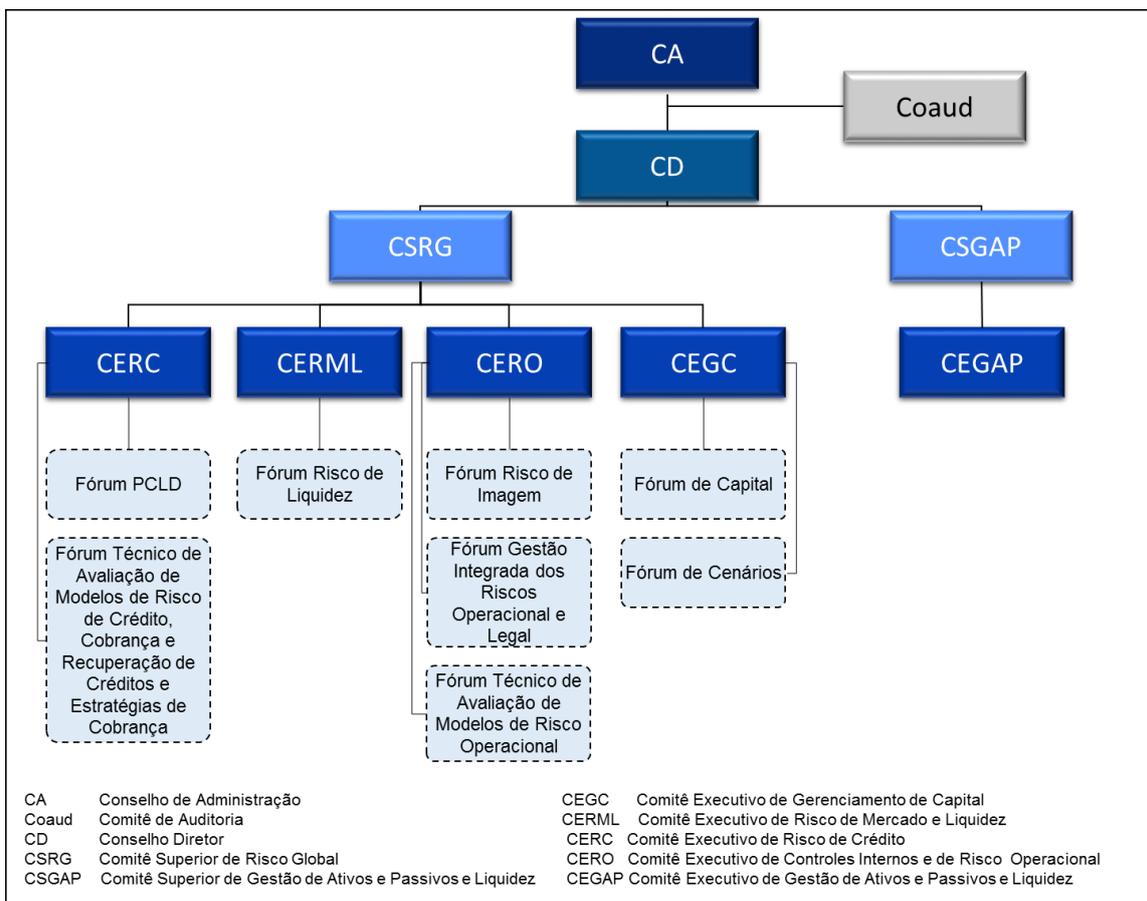


Figura 3 - Estrutura Organizacional envolvida no gerenciamento de riscos e de capital

Os Comitês envolvidos na gestão de riscos e de capital do BB, bem como suas principais finalidades estão descritas no quadro a seguir.



Quadro 1 - Principais Finalidades dos Comitês envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Comitês Estratégicos	Principais Finalidades
Comitê Superior de Risco Global (CSRG)	<ul style="list-style-type: none"> • estabelecer estratégia para gestão de riscos; • definir limites globais de exposição a riscos; • estabelecer estratégia para o gerenciamento de capital; • decidir sobre medidas constantes do plano de contingência de capital.
Comitê Superior de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez (CSGAP)	<ul style="list-style-type: none"> • estabelecer a estratégia para gestão de ativos e passivos e liquidez; • definir diretrizes para atuação da tesouraria, observados os limites globais definidos pelo CSRG e para gestão da liquidez do Conglomerado; • aprovar as medidas de correção de descasamentos e demais medidas corretivas relacionadas à gestão de <i>Funding</i> e Exigibilidades.
Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital (CEGC)	<ul style="list-style-type: none"> • aprovar modelos, metodologias, critérios e parâmetros para gerenciamento de capital; • definir os cenários a serem utilizados no processo de gerenciamento de capital; • analisar e propor ao CSRG a estratégia para o gerenciamento de capital e a adoção de medidas constantes do plano de contingência de capital; • avaliar o resultado dos testes de estresse de capital; • acompanhar o plano de capital e as medidas de contingência de capital e o Icaap.
Comitês Executivos de: <ul style="list-style-type: none"> • Riscos de Mercado e de Liquidez (CERML) • Risco de Crédito (CERC) • Controles Internos e de Risco Operacional (CERO) 	<ul style="list-style-type: none"> • aprovar: <ul style="list-style-type: none"> • modelos, metodologias, critérios e parâmetros para gestão dos riscos; • limites específicos de exposição a riscos; • os planos de contingência referentes à gestão dos riscos; • ações e instrumentos mitigadores, quando for o caso; • analisar e propor ao CSRG: <ul style="list-style-type: none"> • limites globais de exposição a riscos; • estratégia para a gestão dos riscos; • reserva mínima e os limites globais, no caso do risco de liquidez; • Acompanhar: <ul style="list-style-type: none"> • recomendações e orientações deliberadas pelo Comitê; • medidas implementadas para mitigação dos riscos; • evolução da exposição aos riscos.
Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez (CEGAP)	<ul style="list-style-type: none"> • aprovar diretrizes para : <ul style="list-style-type: none"> • gestão do <i>funding</i> e exigibilidades; • hierarquização dos produtos de captação; • analisar e propor ao CSGAP medidas de correção de descasamentos e outras medidas corretivas relacionadas à Gestão de Financeira de <i>Funding</i> e Exigibilidades.



Quadro 2 - Principais Finalidades dos Fóruns envolvidos no gerenciamento de riscos e de capital

Fóruns	Principais Finalidades
Fórum de Capital	<ul style="list-style-type: none"> • assessorar o Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital (CEGC) com análises técnicas sobre temas relativos ao processo de gerenciamento de capital, ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) e ao Plano de Capital; • analisar: <ul style="list-style-type: none"> • o comportamento da exigência de capital com base no regime de consolidação estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen); • impactos decorrentes de alterações na legislação concernentes ao cálculo dos indicadores de adequação de capital: Índice de Capital Principal (ICP), Índice de Capital Nível (ICNI), e Índice de Basileia (IB); • as projeções dos indicadores de capital à luz dos limites de apetite e tolerância a riscos; • os testes de estresse aplicados aos indicadores de capital; e • os impactos sobre o capital decorrentes de decisões estratégicas com potencial de afetá-lo de forma significativa.
Fórum de Cenários	<ul style="list-style-type: none"> • analisar os cenários corporativos e sua integração com a estratégia, o orçamento e os riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado; • promover a unicidade e a sinergia na aplicação dos cenários macroeconômicos, inclusive em relação aos testes de estresse; • assessorar o Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital (CEGC) nas deliberações que demandam análise das premissas e variáveis constantes dos cenários macroeconômicos.
Fórum PCLD	<ul style="list-style-type: none"> • identificar incorreções na classificação de risco das operações; • propor ações proativas que possam evitar variações indevidas na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e corrigir inconsistências na classificação de risco das operações; • identificar origem, evolução e tendência da PCLD e da utilização de provisão (perdas); • acompanhar indicadores relacionados à inadimplência das carteiras de crédito PF e PJ;
Fórum Risco de Imagem	<ul style="list-style-type: none"> • promover a integração e o alinhamento das ações relacionadas com a gestão do risco de imagem e análises técnicas sobre a gestão do risco de imagem de forma a subsidiar discussões e as decisões do CERO e do CSRG; • acompanhar e avaliar as ações de monitoramento do risco de imagem e os trabalhos de atualização e evolução da metodologia do risco de imagem; • avaliar a efetividade das ações de mitigação do risco de imagem;
Fórum de Gestão Integrada dos Riscos Operacional e Legal	<ul style="list-style-type: none"> • avaliar os riscos operacionais e legais de maior relevância para o Banco e discutir possíveis medidas de controle; • identificar jurisprudências e decisões do judiciário que possam ocasionar perdas operacionais e legais para o Banco; • promover a integração e o alinhamento das ações relacionadas a gestão dos riscos operacionais e legais; • avaliar os modelos utilizados pelo Banco para identificação dos riscos operacionais e legais e os modelos de Provisão para Demandas Contingentes (PDC), metodologias e resultados de <i>backtesting</i>.
Fórum de Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • promover, quando acionado, a avaliação da situação da Liquidez e recomendação ou não de adoção de Medidas Prudenciais de Risco de Liquidez (MPRL).
Fórum Técnico de Avaliação de Modelos de Risco de Crédito, Cobrança e Recuperação de Créditos e Estratégias de Cobrança	<ul style="list-style-type: none"> • analisar as propostas de modelos de risco de crédito, cobrança e recuperação de créditos e/ou de estratégias de cobrança; • promover a integração e o alinhamento das ações desenvolvidas pelas áreas integrantes do Fórum no que se refere aos aspectos técnicos e aos impactos dos modelos e/ou estratégias de cobrança propostos.
Fórum Técnico de Avaliação de Modelos de Risco Operacional	<ul style="list-style-type: none"> • analisar: <ul style="list-style-type: none"> • as propostas de definição ou alteração dos modelos de risco operacional; • os resultados dos relatórios de <i>backtesting</i> dos modelos de risco operacional;

O gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária.

A estrutura de gerenciamento de riscos envolve as políticas específicas, a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos, as estratégias, os processos, os procedimentos e as estruturas de gerenciamento, respeitando as especificidades de cada risco e seguindo o padrão detalhado na figura a seguir:



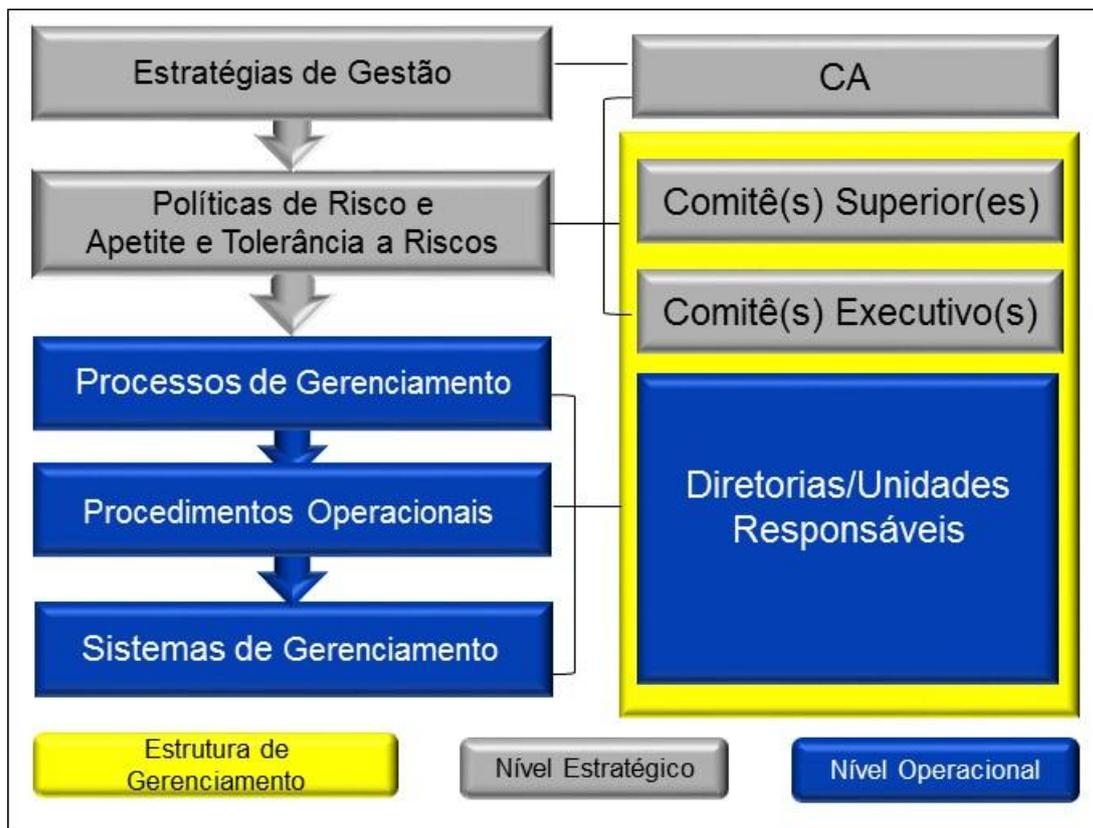


Figura 4 - Estrutura de Gerenciamento dos Riscos

Considerando que a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) é a área do Banco responsável pelo gerenciamento global de riscos e não possui atividades vinculadas à administração de recursos de terceiros ou com a realização de operações sujeitas a risco, o CA indicou o Diretor de Gestão de Riscos como responsável pelo gerenciamento dos riscos perante o Bacen. Vale lembrar que a gestão dos riscos operacional e legal é de responsabilidade da Unidade de Risco Operacional (URO). Estas estruturas são subordinadas à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri).

A gestão do capital do Banco do Brasil consiste em processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes da empresa e suportar os requerimentos de capital exigidos pelo regulador, ou aqueles definidos internamente pela Instituição, e considerados no planejamento estratégico e orçamento, com objetivo de otimizar a alocação de capital.

O processo de gerenciamento de capital é realizado com base nas políticas e estratégias da Alta Administração do Banco e permeia diversas áreas, em diferentes níveis de governança da Instituição, compreendendo o Conselho de Administração (CA), o Conselho Diretor (CD), Comitês Estratégicos, Diretorias e o Fórum de Capital.

O BB definiu como integrantes da sua estrutura de gestão de capital as Diretorias de Controladoria (Dirco), de Finanças (Difin), Contadoria (Coger), de Gestão de Riscos (Diris). O Conselho de Administração (CA) do BB indicou o Diretor de Controladoria como responsável pela Gestão de Capital junto ao Bacen.

As áreas definidas na estrutura de gerenciamento de capital respondem em conjunto ou individualmente pela:



- a) identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- b) avaliação do capital necessário para suportar os riscos;
- c) projeção dos indicadores de risco e de capital;
- d) apuração do patrimônio de referência (PR);
- e) elaboração do plano de capital e do plano de contingência;
- f) avaliação de fontes de capital e recomposição de capital;
- g) Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap);
- h) testes de estresse;
- i) reportes gerenciais; e
- j) Política Específica de Gerenciamento de Capital.

A estrutura de gerenciamento de capital do BB permite o monitoramento e o controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer frente aos riscos a que a Instituição está exposta e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. Com isso, o BB adota postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

A Diretoria de Controles Internos (Dicoi) responde pela validação dos modelos de mensuração dos riscos do Conglomerado Prudencial e pela avaliação e certificação do sistema de controles internos do Banco. A Auditoria Interna (Audit) efetua avaliações periódicas nos processos de gerenciamento dos riscos com a finalidade de verificar se estão de acordo com as orientações estratégicas, as políticas específicas e as normas internas e regulatórias.

2.2. Definições Estratégicas

2.2.1. Riscos Relevantes

O BB possui processo para identificação dos riscos que fazem parte do inventário de riscos e para a definição do conjunto corporativo de riscos relevantes. Este processo tem elevada importância para a gestão de riscos e de capital, bem como para a gestão dos negócios.

O inventário de riscos e o conjunto corporativo de riscos relevantes do BB são revisados anualmente, considerando os riscos incorridos nos diversos segmentos de negócios explorados pelo BB ou por suas subsidiárias que podem afetar o Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial.

A classificação dos riscos relevantes é baseada em critérios quantitativos e qualitativos.

Os riscos relacionados no próximo quadro compõem o conjunto corporativo de riscos relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil:



Quadro 3 - Conceito dos Riscos do Conjunto Corporativo de Riscos Relevantes do Conglomerado Prudencial Banco do Brasil

Risco	Conceito
Crédito	Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.
Concentração de Crédito	É a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.
Crédito da Contraparte	Possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.
Mercado	Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras ou econômicas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.
Taxa de Juros do <i>Banking Book</i>	Decorrente das exposições sujeitas à variação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.
Liquidez	É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos – que possam afetar a capacidade de pagamento da Instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
Operacional	Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos. Esta definição inclui a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal.
Legal	Perda decorrente da inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
Socioambiental	Possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades do Banco do Brasil.
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
Reputação	Possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
EFPPS	Possibilidade de impacto negativo decorrente do descasamento entre passivos atuariais e ativos das entidades fechadas de previdência complementar e de operadoras de planos privados de saúde a funcionários.
Modelo	Possibilidade de perdas decorrentes do desenvolvimento ou uso inadequados de modelos, em função da imprecisão ou insuficiência de dados ou à formulação incorreta na sua construção.
Contágio	Possibilidade de impacto negativo no capital decorrente de eventos adversos nas participações societárias que não fazem parte do Conglomerado Prudencial
Conformidade	Possibilidade de perdas financeiras ou de reputação resultantes de falha no cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de conduta e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da organização.

2.2.2. **Apetite e Tolerância a Riscos**

Os indicadores de apetite e tolerância a riscos do Banco do Brasil e respectivos limites consideram, na sua definição, a exposição aos riscos, as estratégias negociais e as projeções de necessidade de capital que subsidiam o Plano de Capital.

A definição do apetite a risco considera a capacidade para assunção de riscos, a tolerância a riscos e o perfil de risco da Instituição.

A Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos abrange os indicadores de adequação de capital: Índice de Capital Principal (ICP), Índice de Capital Nível I (ICNI) e Índice de



Basileia (IB), entre outros, e está disponível para acesso por todas as unidades estratégicas.

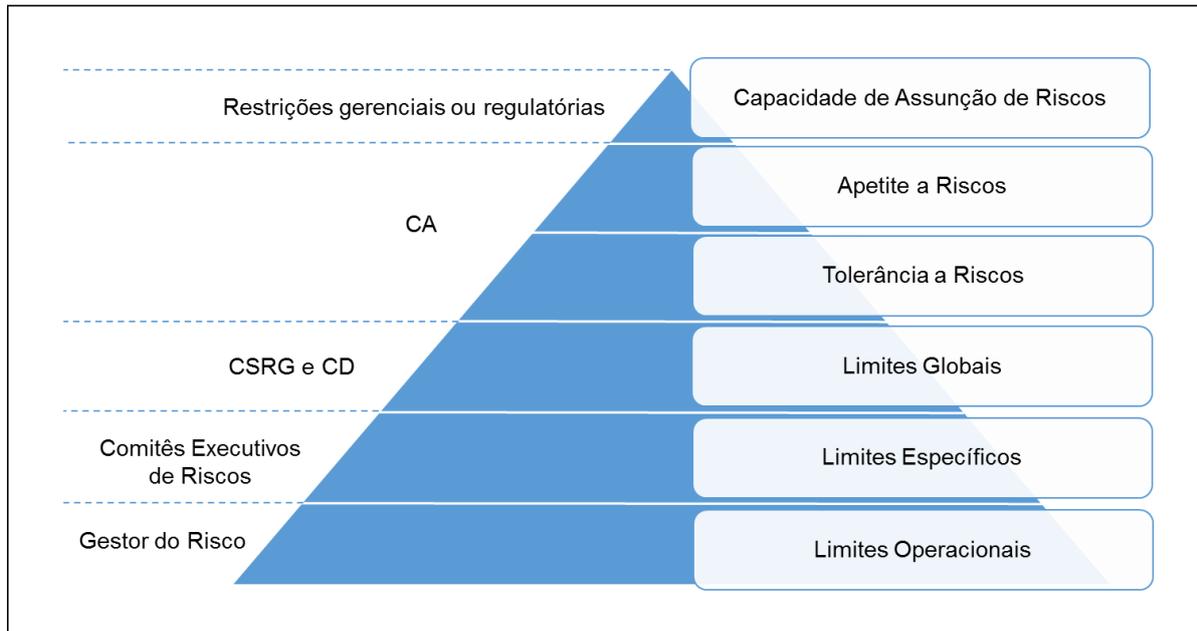


Figura 5 - Hierarquia de limites e alçadas

2.2.3. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Políticas são orientações sobre comportamentos que a Empresa deve adotar em determinadas situações definidas previamente. As Políticas Gerais e Específicas fazem parte dos documentos que compõem a Arquitetura de Governança do Banco do Brasil.

As políticas específicas voltadas para o Gerenciamento de Riscos e de Capital, aprovadas pelo CA, visam orientar o desenvolvimento de funções ou comportamentos, por meio de direcionamentos estratégicos que norteiam as ações de Gerenciamento dos Riscos e do Capital.

Essas políticas específicas aplicam-se a todos os negócios que envolvam riscos e capital no Banco e encontram-se disponíveis para consulta de todos os funcionários do Banco e seu conteúdo passa por revisões, no mínimo, anuais.

A Política Específica de Gerenciamento de Capital orienta o gerenciamento de capital do Banco do Brasil, por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital para fazer frente aos riscos relevantes.

As Políticas Específicas de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Banco do Brasil estão relacionadas abaixo:

- a) Política Específica de Gerenciamento de Capital;
- b) Política Específica de Crédito;
- c) Política Específica de Riscos de Mercado;
- d) Política Específica de Risco de Liquidez;
- e) Política Específica de Utilização de Instrumentos Financeiros Derivativos;



- f) Políticas Específicas associadas ao Gerenciamento do Risco Operacional do Banco do Brasil:
 - i. Política Específica de Risco Operacional;
 - ii. Política Específica de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção;
 - iii. Política Específica de Gestão da Continuidade de Negócios;
 - iv. Política Específica de Relacionamento do Banco com Fornecedores;
 - v. Política Específica de Segurança da Informação;
 - vi. Política Específica de Risco Legal;
- g) Política Específica de Responsabilidade Socioambiental; e
- h) Política Específica de Divulgação das Informações de Gestão de Riscos e de Capital.

2.3. Processos de Comunicação e Informação

Os relatórios de gerenciamento de riscos e de capital proporcionam suporte ao processo de tomada de decisões sobre riscos e capital e são apresentados aos:

- a) Comitê Executivo de Risco de Crédito (CERC);
- b) Comitê Executivo de Riscos de Mercado e de Liquidez (CERML);
- c) Comitê Executivo de Controles Internos e de Risco Operacional (CERO);
- d) Comitê Executivo de Gerenciamento de Capital (CEGC);
- e) Comitê Executivo de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez (CEGAP);
- f) Comitê Superior de Risco Global (CSRG);
- g) Comitê Superior de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez (CSGAP);
- h) Conselho Diretor (CD); e
- i) Conselho de Administração (CA).

Os relatórios são elaborados periodicamente e possuem informações gerenciais (qualitativas e quantitativas), tais como o acompanhamento da exposição aos riscos, o consumo de limites globais e específicos, ações de mitigação, projeção de indicadores e da necessidade ou não de recomposição do capital, conforme o caso. Dentre os relatórios internos, pode-se citar:

- a) Apresentação da Carteira de Crédito BB x Sistema Financeiro Nacional;
- b) Comparativo Carteira de Crédito BB x Principais Concorrentes;
- c) Painel de Riscos; e
- d) Reporte Gerencial de Adequação de Capital.

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do Banco na internet. São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Relatório de Análise de Desempenho;
- b) Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar III;
- c) Formulário de Referência;



- d) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; e
- e) Relatório Anual.

2.4. Objetivos do Gerenciamento de Riscos

O gerenciamento de riscos na Instituição visa identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos e contribuir para a manutenção da solidez e da solvência do Banco, garantir o atendimento dos interesses dos acionistas e o cumprimento da estratégia corporativa.

As atividades referentes às fases de gestão estão sintetizadas na figura a seguir:



Figura 6 - Fases do processo de gerenciamento do risco

2.5. Processos de Gestão dos Riscos

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

- a) Preparação: fase de coleta e análise dos dados e elaboração de propostas;
- b) Decisão: as propostas são apreciadas e deliberadas de forma colegiada, nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes;
- c) Execução: as áreas intervenientes implementam as decisões tomadas; e
- d) Acompanhamento: verificação sobre o cumprimento das deliberações e reporte aos Comitês Executivos (Risco de Crédito, Riscos de Mercado e Liquidez e de Controles Internos e Operacional e de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez), ao Comitê Superior de Risco Global (CSRG) e ao Comitê Superior de Gestão de Ativos e Passivos e Liquidez (CSGAP).

Ressalte-se que o BB possui ferramenta corporativa de Controle e Avaliação de Riscos de Produtos, Serviços e Canais de Autoatendimento (Carps), a qual é gerida pela Diretoria Estratégia e Organização (Direo), de uso obrigatório pelas unidades estratégicas e rede externa, com exceção das subsidiárias, quando da criação ou revitalização:

- a) de produto ou serviço;
- b) de modalidade de produto ou serviço; e
- c) de canais de autoatendimento.

A utilização da ferramenta objetiva:

- a) fornecer informações aos tomadores de decisão, agregando segurança aos produtos, serviços e canais de autoatendimento a serem lançados no mercado, mediante participação das áreas intervenientes;



- b) identificar e avaliar os diversos tipos de riscos definidos pelo Banco para a criação e revitalização de produto/serviço/canais de autoatendimento;
- c) buscar soluções de controles e conformidade que minimizem os riscos; e
- d) promover a sinergia entre os gestores e intervenientes de produtos/serviços/canais de autoatendimento, de forma a propiciar eficiência operacional.

Na aprovação de novos produtos, adota-se, para a ferramenta corporativa Carps, o princípio de que o gestor deve avaliar os riscos e implementar controles, com o auxílio das áreas envolvidas no processo.



Figura 7 - Processo de gestão de riscos



3. Conglomerado Prudencial

A Resolução CMN nº 4.192 de 01.03.2013, em seu artigo 3º, inciso II, dispõe que, desde 01.01.2015, o cálculo da apuração do Patrimônio de Referência (PR) deve ser realizado em bases consolidadas para instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

Em 31.10.2013, foi publicada a Resolução CMN nº 4.280, que dispõe sobre a elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, as quais devem incluir dados relativos às entidades discriminadas a seguir, localizadas no País ou no exterior, sobre as quais a Instituição detenha controle direto ou indireto:

- a) instituições financeiras;
- b) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- c) administradoras de consórcio;
- d) instituições de pagamento;
- e) sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de “a” a “e”.

Além das entidades elencadas acima, a Resolução determina que devem ser consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios e as participações societárias em que haja controle compartilhado, proporcionalmente à participação detida pela Instituição.



3.1. Balanços Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta a composição do Balanço Patrimonial Prudencial em comparação ao Balanço Patrimonial divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, bem como a referência de seus valores no “Anexo 1 - Composição do Patrimônio de Referência”.

Tabela 1 - Balanço Patrimonial Consolidado Divulgado x Balanço Patrimonial Conglomerado Prudencial.

R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T16	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
A T I V O			
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.374.850.931	1.368.249.231
Disponibilidades		12.989.564	12.805.771
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		406.220.773	405.711.672
Aplicações no mercado aberto		372.205.969	371.682.685
Aplicações em depósitos interfinanceiros		34.014.804	34.028.987
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		122.971.067	121.268.682
Carteira Própria		77.125.722	79.210.834
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen	(r)	12.151	--
Demais		77.113.571	--
Vinculados a compromissos de recompra		41.078.273	37.290.776
Vinculados à prestação de garantias		3.154.509	3.154.509
Instrumentos financeiros derivativos		1.612.563	1.612.563
Relações Interfinanceiras		68.523.330	68.523.330
Pagamentos e recebimentos a liquidar		3.513	3.513
Créditos vinculados		66.065.753	66.065.753
Depósitos no Banco Central		63.451.094	63.451.094
Tesouro Nacional - recursos do crédito rural		56.868	56.868
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.557.791	2.557.791
Repasses interfinanceiros		495.306	495.306
Correspondentes		1.958.758	1.958.758
Relações Interdependências		376.530	376.530
Transferências internas de recursos		376.530	376.530
Operações de Crédito		565.126.365	564.923.340
Setor público		48.993.691	74.051.485
Setor privado		550.438.361	525.098.219
Operações de crédito vinculadas à cessão		612.087	612.087
(Provisão para operações de crédito)		(34.917.774)	(34.838.451)
Operações de Arrendamento Mercantil		263.539	562.823
Setor privado		304.912	604.196
(Provisão para operações de arrendamento mercantil)		(41.373)	(41.373)
Outros Créditos		197.916.761	193.605.711
Créditos por avais e fianças honrados		494.543	494.543
Carteira de câmbio		17.471.545	17.471.545
Rendas a receber		2.728.357	2.676.128
Negociação e intermediação de valores		1.106.802	1.106.800
Créditos específicos		378.238	378.239
Diversos		178.476.950	174.225.237
Créditos Tributários		45.399.638	--
Decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL	(g)	961.383	--
Decorrentes de diferenças temporárias		44.438.255	--
Que excedam 10% do Capital Principal	(j ₁)	12.158.074	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(l)	3.095.541	--
Créditos tributários de diferenças temporárias não deduzidos do PR	(t)	4.749.897	--
Créditos tributários de diferenças temporárias oriundos de PCLD		24.434.743	--
Ativos Atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido	(h ₁)	151.828	--
Demais		132.925.484	--
(Provisão para outros créditos)		(2.739.674)	(2.746.781)
Outros Valores e Bens		463.002	471.371
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		310.609	339.302
(Provisão para desvalorizações)		(130.896)	(137.564)
Despesas antecipadas		283.289	269.633



R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T16	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PERMANENTE		28.824.636	33.127.744
Investimentos		11.668.886	16.855.006
Participações em coligadas e controladas		11.542.632	16.703.729
No país		11.375.821	16.631.072
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e1)	556.129	--
Participações		10.819.692	--
Participações em seguridade		4.719.242	--
Que excedam 15% do Capital Principal	(k1)	1.862.051	--
Que não são deduzidas do PR	(s)	2.857.191	--
Demais Participações		6.100.450	--
Instrumentos de captação emitidos por instituição autorizada a funcionar pelo Bacen deduzidos do PR	(k2)	1.662.293	--
Demais		4.438.157	--
No exterior		166.811	72.657
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e2)	25.033	--
Demais		141.778	--
Outros investimentos		170.452	170.398
(Imparidade acumulada)		(44.198)	(19.121)
Imobilizado de Uso		7.668.785	7.557.478
Imóveis de uso		7.716.508	7.722.456
Outras imobilizações de uso		10.374.882	9.953.340
(Depreciação acumulada)		(10.422.605)	(10.118.318)
Imobilizado de Arrendamento ⁽¹⁾		584.915	--
Bens arrendados		655.044	--
(Depreciação acumulada)		(70.129)	--
Intangível		8.902.050	8.715.260
Ativos intangíveis		19.975.345	19.602.197
Ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e3)	4.962.875	--
Demais ativos intangíveis		15.012.470	--
Adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f1)	10.121.767	--
Adquiridos antes de Outubro de 2013	(f2) (m1)	4.890.703	--
(Amortização acumulada)		(11.073.295)	(10.886.937)
Amortização de ágios pagos na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura	(e4)	(3.953.569)	--
Demais amortizações		(7.119.726)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos a partir de Outubro de 2013	(f3)	(3.024.500)	--
Amortizações de Ativos Intangíveis adquiridos antes de Outubro de 2013	(f4) (m2)	(4.095.226)	--
TOTAL DO ATIVO		1.403.675.567	1.401.376.974

⁽¹⁾ No consolidado divulgado as operações de arrendamento mercantil estão apresentadas pelo método financeiro, que consiste na reclassificação do imobilizado de arrendamento para operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.



R\$ mil	Referência no Anexo 1	4T16	
		Conglomerado Prudencial	Consolidado Divulgado
PASSIVO			
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.318.426.328	1.313.736.960
Depósitos		446.120.514	445.980.688
Depósitos à vista		69.355.365	69.349.186
Depósitos de poupança		151.763.344	151.763.344
Depósitos interfinanceiros		20.798.770	20.664.801
Depósitos a prazo		204.149.924	204.150.246
Outros depósitos		53.111	53.111
Captações no Mercado Aberto		378.578.940	374.634.032
Carteira Própria		63.152.758	59.207.850
Carteira de terceiros		315.426.182	315.426.182
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		163.269.348	165.166.353
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		144.670.781	144.670.781
Recursos de debêntures		904.834	--
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		17.591.421	20.393.260
Certificados de operações estruturadas		102.312	102.312
Relações Interfinanceiras		1.075	1.075
Recebimentos e pagamentos a liquidar		1.075	1,075
Relações Interdependências		2.450.012	2.450.012
Recursos em trânsito de terceiros		2.446.807	2.446.807
Transferências internas de recursos		3.205	3.205
Obrigações por Empréstimos		21.203.853	20.409.348
Empréstimos no país - outras instituições		75.120	--
Empréstimos no exterior		21.128.733	20.409.348
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		83.082.693	83.082.693
Tesouro Nacional		149.248	149.248
BNDES		32.086.856	32.086.856
Caixa Econômica Federal		23.758.043	23.758.043
Finame		24.765.860	24.765.860
Outras instituições		2.322.686	2.322.686
Obrigações por Repasses do Exterior		477	477
Repasses do exterior		477	477
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.870.391	1.870.391
Instrumentos financeiros derivativos		1.870.391	1.870.391
Outras Obrigações		221.849.025	220.141.891
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		427.668	427.463
Carteira de câmbio		23.201.288	23.201.289
Sociais e estatutárias		624.601	1.126.234
Fiscais e previdenciárias		25.675.065	25.488.824
Passivos fiscais diferidos associados a ativos atuariais de fundos de pensão de benefício definido	(h ₂)	42.146	--
Obrigações fiscais diferidas compensadas com créditos tributários de diferenças temporárias	(j ₂)	1.992.917	--
Demais		23.640.002	--
Negociação e intermediação de valores		1.171.621	404.595
Fundos financeiros e de desenvolvimento		14.790.525	14.790.525
Operações especiais		2.203	2.203
Dívidas subordinadas		55.101.546	55.101.546
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013 (FCO)		25.237.153	--
Autorizados a compor o Nível II antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	(q) (v)	29.610.901	--
Demais dívidas subordinadas		253.492	--
Instrumentos híbridos de capital e dívida		5.525.339	5.525.339
Autorizados a compor o Capital Complementar antes da entrada em vigor da Res. 4.192/2013	(o) (u)	4.724.825	--
Outros		800.514	--
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		24.714.492	24.714.492
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	(n)	17.840.287	--
Instrumentos elegíveis ao Nível II		6.874.205	--
Instrumentos considerados no PR após a aplicação do redutor	(p)	5.466.093	--
Valor desconsiderado do PR devido a aplicação do redutor		1.408.112	--
Diversas		70.614.677	69.359.381
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		446.262	446.262
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		84.802.977	87.193.752
Capital		67.000.000	67.000.000
De domiciliados no país	(a ₁)	53.209.529	53.209.529
De domiciliados no exterior		13.790.471	13.790.471
Instrumento Elegível ao Capital Principal		8.100.000	8.100.000
Reservas de Capital	(c ₁)	15.509	15.509
Reservas de Reavaliação	(c ₂)	2.660	2.660
Reservas de Lucros	(b)	27.646.569	27.646.569
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(c ₃)	(16.929.205)	(16.929.205)
(Ações em Tesouraria)	(i)	(1.854.749)	(1.854.749)
Participação dos Não Controladores	(d)	822.193	3.212.968
TOTAL DO PASSIVO		1.403.675.567	1.401.376.974



3.2. Composição do Conglomerado Prudencial

Na tabela a seguir, encontram-se relacionadas as instituições incluídas no escopo de consolidação do Balanço Patrimonial do Conglomerado Prudencial:

Tabela 2 - Composição do Conglomerado Prudencial

R\$ mil	Atividade	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Instituições Financeiras												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.572.896.574	83.042.501	1.589.247.806	80.463.010	1.598.323.272	78.053.200	1.561.642.765	79.013.285	1.562.878.366	77.558.546
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	66.222.784	748.647	68.699.963	801.258	67.210.451	778.217	75.989.603	974.822	83.380.566	1.099.669
BB Leasing Company Ltd.	(3)	Arrendamento	--	--	--	--	--	--	--	--	120	--
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	63.544.809	4.376.690	61.805.962	4.331.534	59.844.792	4.243.142	57.992.946	4.232.590	56.471.664	4.167.683
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	21.869	20.392	21.852	20.179	19.154	17.760	15.667	14.747	18.320	16.907
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	204.689	201.037	202.760	199.107	192.746	189.700	196.812	196.161	219.313	217.967
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	390.715	176.786	396.197	176.816	506.525	166.707	518.446	169.867	585.836	178.480
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	706	702	704	699	721	691	843	767	922	841
Brasileian American Merchant Bank	(2)	Bancária	3.323.932	1.510.626	3.336.040	1.512.860	7.424.813	1.482.713	8.537.875	1.604.500	8.994.247	1.717.478
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1.655.312	148.073	1.507.522	147.087	1.350.002	147.475	1.373.601	160.046	1.429.879	177.866
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.422	7.197	7.403	7.250	7.411	7.192	7.305	7.236	7.478	7.186
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.157.939	2.003.966	14.307.800	1.888.279	13.504.174	2.076.184	15.254.056	2.147.003	19.043.396	2.452.367
Banco CBSS S.A.	(4)	Bancária	882.109	299.702	598.581	99.534	594.570	116.687	568.842	131.240	--	--
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.379.400	3.018.815	7.206.342	3.243.938	7.042.031	2.951.414	6.869.101	3.209.330	6.575.763	2.884.548
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.262.881	131.629	1.039.191	340.820	1.056.895	131.625	835.697	315.825	1.263.763	131.629
Administradora de Consórcios												
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	452.168	197.078	388.622	239.008	388.486	167.522	293.208	224.247	367.273	167.522
Instituições de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	119.778	18.977	113.076	36.158	104.294	30.796	122.108	25.566	132.820	18.973
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS - Alelo	(4)	Prestação de Serviços	5.256.154	1.514.529	4.715.807	1.548.141	4.480.579	1.465.841	4.258.729	1.368.925	4.795.040	1.399.204
Cielo S.A.	(4)	Prestação de Serviços	24.039.387	9.078.094	22.498.741	8.584.625	21.512.340	7.702.178	22.457.500	7.254.954	24.278.650	6.385.958
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda.	(4)	Prestação de Serviços	44.809	35.161	41.879	33.210	38.622	30.113	37.067	30.515	37.666	30.220
Paggo Soluções e Meios de Pagamentos S.A.	(4)	Prestação de Serviços	411	71	424	85	438	99	452	113	466	127
Cateno Gestão de Contas de Pagamento S.A.	(4) (5)	Prestação de Serviços	12.721.902	12.182.681	12.548.604	12.095.746	12.510.094	12.100.385	12.460.632	12.103.494	12.670.737	12.094.830
Aliança Pagamentos e Participações Ltda.	(4)	Prestação de Serviços	3.807	461	3.677	3.216	7.350	(2.546)	9.812	23	25.845	25.845
Stelo S.A	(4)	Prestação de Serviços	91.909	30.593	76.615	31.060	81.358	48.837	77.296	58.125	63.604	38.030
Merchant E-Solutions, Inc.	(4)	Prestação de Serviços	1.319.327	494.776	1.262.019	501.726	1.056.420	514.200	1.247.786	571.546	1.333.477	607.554



R\$ mil	Atividade	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Sociedades Securitizadoras												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.292.242	988.653	1.278.805	1.164.160	1.231.415	1.135.358	1.244.771	1.090.614	1.206.341	1.056.467
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	2.597	1.714	2.506	1.906	2.344	1.867	2.677	2.280	2.918	2.468
Outras Pessoas Jurídicas												
Fundo Fenix	(6)	Fundo de Investimento	1.295.489	1.295.212	1.309.735	1.300.253	1.297.949	1.290.057	1.308.501	1.348.990	1.286.448	1.286.195
Fundo Compesa	(6)	Fundo de Investimento	129.500	129.398	133.464	132.893	136.376	136.314	139.857	151.498	143.351	143.268
Fundo BB FIA BDR Nível I	(6)	Fundo de Investimento	--	--	--	--	--	--	--	--	10.154	10.141
BB Fund Class D	(6)	Fundo de Investimento	92.906	89.859	94.348	93.612	97.625	97.001	--	--	--	--
BB Elo Cartões Participações S.A.	(2)	Holding	6.603.464	6.111.394	6.410.647	6.283.250	6.149.201	6.066.754	6.367.637	5.922.164	6.233.470	5.739.921
Elo Holding Financeira S.A.	(4)	Holding	163	162	172	168	167	165	167	162	239	174
Farly Participações Ltda.	(7)	Holding	-	--	512.576	470.567	538.539	497.955	552.411	512.497	383.473	350.123

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) A empresa realizou sua última Assembleia Geral em 28.01.2016, ocasião em que os saldos de todas as contas do balanço eram iguais a zero, tendo sido formalmente encerrada em 29.04.2016.

(4) Controladas em conjunto, incluídas proporcionalmente na consolidação.

(5) O Banco do Brasil detém o controle compartilhado na Cielo, que por sua vez controla a Cateno. O percentual de participação do Banco na Cateno leva em consideração sua participação direta na BB Elo, bem como a participação indireta na Cielo por meio do BB Banco de Investimento.

(6) São consolidados os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do Conglomerado Prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

(7) Empresa incorporada pelo Banco CBSS S.A. em 30.11.2016.



3.3. Composição do Consolidado Divulgado

A seguir, relaciona-se o conjunto de instituições incluídas no escopo do Consolidado divulgado, segregado por segmentos de negócios.

Tabela 3 - Composição do Consolidado Divulgado

R\$ mil	Atividade	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15		
		Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	
Segmento Bancário												
Banco do Brasil S.A. - Agências no País e no Exterior	(1)	Bancária	1.572.896.574	83.042.501	1.589.247.806	80.463.010	1.598.323.272	78.053.200	1.561.642.765	79.013.285	1.562.878.366	77.558.546
Banco do Brasil - AG	(2)	Bancária	66.222.784	748.647	68.699.963	801.258	67.210.451	778.217	75.989.603	974.822	83.380.566	1.099.669
BB Leasing Company Ltd.	(3)	Arrendamento	--	--	--	--	--	--	--	--	120	--
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	(2)	Arrendamento	63.544.809	4.376.690	61.805.962	4.331.534	59.844.792	4.243.142	57.992.946	4.232.590	56.471.664	4.167.683
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(2)	Corretora	21.869	20.392	21.852	20.179	19.154	17.760	15.667	14.747	18.320	16.907
Banco do Brasil Securities LLC.	(2)	Corretora	204.689	201.037	202.760	199.107	192.746	189.700	196.812	196.161	219.313	217.967
BB Securities Ltd.	(2)	Corretora	390.715	176.786	396.197	176.816	506.525	166.707	518.446	169.867	585.836	178.480
BB USA Holding Company, Inc.	(2)	Holding	706	702	704	699	721	691	843	767	922	841
Brasileira American Merchant Bank	(2)	Bancária	3.323.932	1.510.626	3.336.040	1.512.860	7.424.813	1.482.713	8.537.875	1.604.500	8.994.247	1.717.478
Banco do Brasil Americas	(2)	Bancária	1.655.312	148.073	1.507.522	147.087	1.350.002	147.475	1.373.601	160.046	1.429.879	177.866
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	7.422	7.197	7.403	7.250	7.411	7.192	7.305	7.236	7.478	7.186
Banco Patagonia S.A.	(2)	Bancária	15.157.939	2.003.966	14.307.800	1.888.279	13.504.174	2.076.184	15.254.056	2.147.003	19.043.396	2.452.367
Segmento Investimentos												
BB Banco de Investimento S.A.	(2)	Banco de Investimento	7.379.400	3.018.815	7.206.342	3.243.938	7.042.031	2.951.414	6.869.101	3.209.330	6.575.763	2.884.548
Segmento Gestão de Recursos												
BB Gestão de Recursos-Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(2)	Administração de Ativos	1.262.881	131.629	1.039.191	340.820	1.056.895	131.625	835.697	315.825	1.263.763	131.629
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização												
BB Seguridade Participações S.A.	(2)	Holding	8.787.827	7.107.397	7.691.025	7.683.771	8.332.841	6.690.044	7.238.773	7.231.287	7.937.073	6.286.500
BB Cor Participações S.A.	(4)	Holding	-	-	445.921	445.670	853.413	61.741	432.300	432.270	827.288	61.749
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(2)	Corretora	3.117.825	61.966	2.691.198	418.950	2.936.294	34.976	2.263.097	405.483	2.768.782	34.984
BB Seguros Participações S.A.	(2)	Holding	7.247.468	6.637.561	7.027.236	7.001.841	7.147.959	6.380.622	6.467.123	6.464.120	7.037.672	5.846.113
Segmento Meios de Pagamento												
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(2)	Prestação de Serviços	119.778	18.977	113.076	36.158	104.294	30.796	122.108	25.566	132.820	18.973
BB Elo Cartões Participações S.A.	(2)	Holding	6.603.464	6.111.394	6.410.647	6.283.250	6.149.201	6.066.754	6.367.637	5.922.164	6.233.470	5.739.921
Outros Segmentos												
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(2)	Aquisição de Créditos	1.292.242	988.653	1.278.805	1.164.160	1.231.415	1.135.358	1.244.771	1.090.614	1.206.341	1.056.467
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(2)	Aquisição de Créditos	8.971	6	8.357	5.124	5.730	3.349	9.959	1.239	11.109	6
BB Administradora de Consórcios S.A.	(2)	Consórcio	452.168	197.078	388.622	239.008	388.486	167.522	293.208	224.247	367.273	167.522
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(2) (5)	Turismo	37.267	1.792	39.771	4.715	39.828	7.984	32.543	11.427	41.138	12.165
BB Asset Management Ireland Limited	(2)	Aquisição de Créditos	2.597	1.714	2.506	1.906	2.344	1.867	2.677	2.280	2.918	2.468
BB Tecnologia e Serviços	(2)	Informática	481.131	243.607	486.036	231.711	498.197	223.829	451.132	220.226	454.209	221.253

(1) Instituição Líder.

(2) Controladas.

(3) A empresa realizou sua última Assembleia Geral em 28.01.2016, ocasião em que os saldos de todas as contas do balanço eram iguais a zero, tendo sido formalmente encerrada em 29.04.2016.

(4) Empresa incorporada pela BB Corretora de Seguros e Administradoras de Bens S.A. em 27.12.2016.

(5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a nov/16.



Além das entidades listadas, as demonstrações contábeis divulgadas contemplam também as operações das Entidades de Propósito Específico - *Dollar Diversified Payment Rights Finance Company* e *Loans Finance Company Limited* e dos fundos de investimentos financeiros dos quais as empresas do Conglomerado são principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações (Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa e BB *Fund Class D*).

4. Capital

4.1. Detalhamento do Patrimônio de Referência (PR)

Nível I

Capital Principal

O Capital Principal (CP) do Banco do Brasil é composto pelo Patrimônio Líquido (PL) e contas de Resultado, sendo deduzido dos Ajustes Prudenciais.

Em 28.08.2014, o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (IHCD), no valor de R\$ 8.100.000 mil, foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a integrar o Capital Principal, na condição de Elemento Patrimonial (EP).

Ajustes Prudenciais

Os Ajustes Prudenciais são deduções do Capital Principal (CP) de elementos patrimoniais (EP) que podem comprometer a qualidade do Capital Principal (CP) em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de jan/16, o percentual de dedução dos ajustes prudenciais abaixo relacionados passou a ser de 60%:

- a) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura;
- b) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- c) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- d) participação de não controladores;
- e) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- f) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- g) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação; e
- h) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.



De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/13, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

Capital Complementar

Os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) que atendam aos requisitos definidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Capital Complementar, desde que autorizados pelo Bacen.

Tabela 4 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

R\$ mil	Valor emitido (1)	Remuneração a.a.	Data Captação	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	
				Valor Contábil					
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	8,50%	10/2009	4.954.528	5.037.582	4.873.961	5.521.456	5.936.898
	USD	1.398.727	9,25%	01 e 03/2012	4.731.512	4.817.081	4.660.619	6.031.876	6.632.211
	USD	1.988.000	6,25%	01/2013	6.538.397	6.612.282	6.436.374	7.243.602	7.876.005
	USD	2.169.700	9,00%	06/2014	7.065.637	7.192.040	6.950.581	7.889.312	8.541.012
Total				23.290.074	23.658.985	22.921.535	26.686.246	28.986.126	

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Tabela 5 - Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida autorizados a compor o Patrimônio de Referência

R\$ mil	Valor emitido (1)	Valor autorizado a compor o PR	Remuneração a.a.	Data Captação	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15	
					Valor reconhecido no PR					
Bônus Perpétuos	USD	1.498.500	1.450.000	8,50%	10/2009	4.724.825	4.706.120	4.653.340	5.159.535	5.661.090
	USD	1.398.727	1.375.000	9,25%	01 e 03/2012	4.480.437	4.462.700	4.412.650	4.892.662	5.368.275
	USD	1.988.000	1.950.000	6,25%	01/2013	6.354.075	6.328.920	6.257.940	6.938.685	7.613.190
	USD	2.169.700	2.150.000	9,00%	06/2014	7.005.775	6.978.040	6.899.780	7.650.345	8.394.030
Total					22.565.112	22.475.780	22.223.710	24.641.227	27.036.585	

(1) Refere-se, nas captações em dólar, ao valor *outstanding*, uma vez que ocorreram recompras parciais desses instrumentos.

Do montante de R\$ 23.290.074 mil de Instrumentos Híbridos (Bônus Perpétuos), R\$ 22.565.112 mil compõem o PR em 31.12.2016, sendo R\$ 17.840.287 mil em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13.

O montante de R\$ 4.724.825 mil, que compõe o PR em 31.12.2016, não se adequa aos requisitos exigidos na Resolução CMN nº 4.192/13, de forma que obedece ao determinado no art. 28 dessa Resolução.

Para maiores informações a respeito da composição do Capital Complementar (IHCD), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.

Nível II

Os Instrumentos de Dívidas Subordinadas (IDS) que atendam aos requisitos exigidos pela Resolução CMN nº 4.192/13 podem compor o Nível II, desde que autorizados pelo Banco Central do Brasil.



Tabela 6 - Total de Dívidas Subordinadas

R\$ mil	Valor emitido	Data Captação	Vencimento	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15			
				Valor no PR em 31.12.2012	Valor de 31.12.2012 com Limitador ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor	Valor Contábil	Valor Corrente e com Redutor
Instrumentos Emitidos Conforme Normas anteriores à Resolução 4.192/2013															
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste						25.237.153	25.237.153	24.331.884	24.331.884	23.841.572	23.841.572	23.239.453	23.239.453	22.994.912	22.994.912
CDBs Subordinados Emitidos no País				1.615.432	969.259	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	900.000	2009	2014	268.989	161.393	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	1.335.000	2009	2015	800.309	480.185	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
R\$	1.000.000	2009	2015	546.134	327.681	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Letras Financeiras Subordinadas				8.181.144	4.908.685	20.226.421	4.950.872	19.588.302	5.038.614	18.913.853	5.159.636	18.266.131	5.876.891	19.470.135	7.830.189
R\$	1.000.000	2010	2016	798.803	479.281	--	--	--	--	--	--	--	1.852.172	--	
R\$	2.055.100	2011	2017	1.933.246	1.159.947	3.918.702	--	3.781.633	246.751	3.641.211	237.588	3.510.088	350.234	3.387.610	677.522
R\$	4.844.900	2012	2018	5.065.127	3.039.076	8.120.026	1.624.005	7.904.695	1.580.939	7.663.825	1.830.172	7.421.184	2.433.688	7.152.153	2.860.861
R\$	215.000	2012	2019	225.565	135.339	367.374	146.949	354.410	141.764	341.133	136.453	328.740	197.244	317.168	190.301
R\$	150.500	2012	2020	158.403	95.042	258.947	155.369	250.674	150.404	241.746	145.048	233.192	186.554	224.433	179.546
R\$	4.680.900	2013	2019	--	--	7.561.372	3.024.549	7.296.890	2.918.756	7.025.938	2.810.375	6.772.927	2.709.171	6.536.599	3.921.959
Dívidas Subordinadas no Exterior				6.001.027	3.600.618	9.637.972	8.960.875	9.473.147	9.329.474	9.509.392	9.242.496	10.397.085	10.247.904	11.552.711	11.244.096
USD	300.000	2004	2014	117.476	70.486	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
USD	660.000	2010	2021	1.327.885	796.731	2.195.675	1.694.420	2.153.897	2.104.262	2.163.114	2.085.980	2.366.409	2.312.895	2.630.575	2.537.730
USD	1.500.000	2011	2022	3.043.921	1.826.353	4.966.571	4.855.165	4.873.740	4.825.065	4.891.866	4.781.708	5.349.147	5.301.867	5.937.676	5.817.258
USD	750.000	2012	2023	1.511.745	907.048	2.475.726	2.411.290	2.445.510	2.400.147	2.454.412	2.374.808	2.681.529	2.633.142	2.984.460	2.889.108
Instrumentos Emitidos Conforme Resolução 4.192/2013				--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Letras Financeiras Subordinadas				--	--	6.874.205	5.466.093	6.633.217	5.285.933	6.382.870	5.584.450	6.146.084	5.748.299	5.917.807	5.786.606
R\$	163.523	2014	2020	--	--	234.894	140.936	226.533	135.920	217.972	130.783	209.984	167.988	202.528	162.022
R\$	377.100	2014	2020	--	--	526.593	315.956	507.698	304.619	488.362	390.688	470.321	376.257	453.485	362.790
R\$	2.273.806	2014	2021	--	--	3.309.117	2.647.294	3.189.845	2.551.876	3.067.795	2.454.236	2.953.956	2.692.231	2.847.744	2.847.744
R\$	1.594.580	2014	2021	--	--	2.208.470	1.766.776	2.128.526	1.712.903	2.046.731	2.046.733	1.970.458	1.970.458	1.899.302	1.899.302
R\$	400.000	2014	2022	--	--	595.131	595.131	580.615	580.615	562.010	562.010	541.365	541.365	514.748	514.748
Total das Dívidas Subordinadas				15.797.603	9.478.562	61.975.751	44.614.993	60.026.550	43.985.905	58.647.687	43.828.154	58.048.753	45.112.547	59.935.565	47.855.803
Dívidas Subordinadas emitidas até 31.12.2012 de acordo com a Res. 3.444/2007, após aplicação do redutor (valor corrente)							13.911.747		14.368.088		14.402.132		16.124.795		19.074.285
Dívidas Subordinadas emitidas após 31.12.2012 de acordo com a Res. 4.192/2013, com redutor (Basileia III) - valor utilizado no PR							5.466.093		5.285.933		5.584.450		5.748.299		5.786.606

⁽¹⁾ Valor de dívidas subordinadas emitidas antes de 31.12.2012 utilizadas no cálculo do nível II do PR



Do montante de R\$ 61.975.751 mil de dívidas subordinadas, o valor de R\$ 40.181.808 mil compõe o PR em 31.12.2016 e foi apurado conforme descrito abaixo:

1 - o montante de R\$ 25.237.153 mil refere-se aos recursos do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO e não sofre decaimento, compondo integralmente o PR;

2 - o valor de R\$ 5.466.093 mil refere-se às letras financeiras subordinadas emitidas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013, compondo integralmente o PR;

3 - De acordo com o artigo 29 da Resolução CMN nº 4.192/13, para as demais dívidas subordinadas, autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN nº 4.192/13, será considerado o menor valor entre:

- a) o valor corrente das dívidas subordinadas aplicando os redutores, totalizando R\$ 13.911.747 mil em 31.12.2016;
- b) o valor que compunha o PR em 31.12.2012 (R\$ 15.797.603 mil), aplicando os limitadores do artigo 28, ou seja, 10% ao ano, de 2013 a 2022, resultando em R\$ 9.478.562 mil (valor utilizado no PR) em 31.12.2016.

Para maiores informações a respeito da composição do Nível II (Dívidas Subordinadas), consultar o “Anexo 2 – Instrumentos Integrantes do Patrimônio de Referência”.



Tabela 7 - Detalhamento do Patrimônio de Referência

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
PR – Patrimônio de Referência	130.453.208	127.060.689	125.073.657	128.443.802	135.551.196
Nível I	90.283.551	87.975.915	86.188.277	89.977.516	95.713.963
Capital Principal	67.718.439	65.500.135	63.964.567	65.336.289	68.677.378
Patrimônio Líquido	76.702.977	75.039.488	73.098.924	73.623.327	71.314.421
Instrumento Elegível a Capital Principal	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000	8.100.000
Ajustes prudenciais	(17.084.538)	(17.639.353)	(17.234.357)	(16.387.038)	(10.737.043)
Capital Complementar	22.565.112	22.475.780	22.223.710	24.641.227	27.036.585
IHCD autorizados em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013	17.840.287	17.769.660	17.570.370	19.481.692	21.375.495
(1) IHCD autorizados segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	4.724.825	4.706.120	4.653.340	5.159.535	5.661.090
Nível II	40.169.657	39.084.774	38.885.380	38.466.286	39.837.233
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	40.181.808	39.096.379	38.904.584	38.466.314	39.839.840
Dívidas Subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.192/2013 - Letras Financeiras	5.466.093	5.285.933	5.584.450	5.748.299	5.786.606
Dívidas Subordinadas autorizadas segundo normas anteriores à Resolução CMN n.º 4.192/2013	34.715.715	33.810.446	33.320.134	32.718.015	34.053.234
Recursos captados do FCO (2)	25.237.153	24.331.884	23.841.572	23.239.453	22.994.912
Recursos captados com Letras Financeiras e CDB (3)	9.478.562	9.478.562	9.478.562	9.478.562	11.058.322
Dedução do Nível II	(12.151)	(11.605)	(19.204)	(28)	(2.607)
Instrumentos de captação emitidos por instituição financeira	(12.151)	(11.605)	(19.204)	(28)	(2.607)

(1) Em 31.12.2016, o Banco do Brasil considerou a totalidade dos instrumentos de dívida elegíveis ao capital Nível I, autorizados pelo Bacen a compor o PR de acordo com a Resolução CMN n.º 3.444/07 e que não se enquadram nos requisitos exigidos pela Resolução CMN n.º 4.192/13, baseado na orientação do Banco Central do Brasil, relacionado ao limite estabelecido no artigo 28 Incisos I a X da Resolução CMN n.º 4.192/13.

(2) De acordo com a Resolução CMN n.º 4.192/13, os saldos do FCO são elegíveis a compor o PR.

(3) Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada que compunham o PR em 31.12.2012, aplicando-se sobre ele o limitador de 60%, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/13.

Tabela 8 - Ajustes Prudenciais

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 10%) (1)	(6.099.094)	(6.877.262)	(6.886.540)	(5.537.669)	(3.425.235)
Investimentos superiores e créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam da geração de lucros (excesso dos 15%) (1) (2)	(4.636.849)	(5.049.484)	(4.588.770)	(4.598.474)	(2.846.808)
Ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013 (1)	(4.258.360)	(3.514.052)	(3.245.920)	(3.382.398)	(2.346.233)
Ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura (1) (3)	(954.281)	(1.232.724)	(1.393.609)	(1.563.486)	(1.075.845)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (1)	(500.439)	(336.467)	(440.004)	(606.484)	(561.777)
Participação de não controladores (1)	(493.315)	(464.838)	(511.093)	(528.618)	(402.531)
Créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação (1)	(76.391)	(76.522)	(81.375)	(87.205)	(62.040)
Ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados (1)	(65.809)	(76.988)	(74.342)	(68.020)	--
Ativos diferidos (4)	--	(11.016)	(12.704)	(14.684)	(16.574)
Total	(17.084.538)	(17.639.353)	(17.234.357)	(16.387.038)	(10.737.043)

(1) Ajustes Prudenciais sujeitos ao faseamento, conforme art. 11 da Resolução CMN n.º 4.192/13.

(2) Em 31.12.2016, com relação ao investimento no Banco Votorantim, R\$ 1.662.293 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.550.676 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) O valor base para o cálculo dos ágios baseados em expectativa de rentabilidade futura é composto por: R\$ 581.162 mil no investimento e R\$ 1.009.306 mil no intangível. No intangível, refere-se ao ágio pago pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado em novembro/09.

(4) Ajustes Prudenciais não sujeitos ao faseamento, sendo computados integralmente, conforme determina a Resolução CMN n.º 4.192/13.

Para mais informações a respeito da composição do Patrimônio de Referência (PR), consultar o “Anexo 1 – Composição do Patrimônio de Referência”.

4.2. Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)

O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) é o patrimônio exigido (volume de capital necessário) das instituições e dos conglomerados autorizados a funcionar pelo Bacen, para fazer face aos riscos a que estão expostos, em função das atividades por eles desenvolvidas, e é definido pela Resolução CMN n.º 4.193/13.

O PRMR corresponde à aplicação do fator “F” ao montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), sendo:



- a) 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015;
- b) 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016;
- c) 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017;
- d) 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e
- e) 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

- a) RWA_{CPAD} , relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- b) RWA_{MPAD} , relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; e
- c) RWA_{OPAD} , relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada.

O escopo de consolidação, utilizado como base para a verificação dos limites operacionais, considera o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/13, a partir de 01.01.2015.

Os limites mínimos de PR, Capital Principal e Capital Nível I, em linha com o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital, são os seguintes:

Tabela 9 - Requerimentos mínimos de capital em relação ao RWA

Indicador	out/13	jan/14	jan/15	jan/16	jan/17	jan/18	jan/19
a) Capital Principal mínimo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
b) Adicional de Capital Principal (b.1 + b.2 + b.3)	0%	0%	0%	0,625%	2,75%	4,25%	6%
b.1) ACP Conservação	0%	0%	0%	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
b.2) ACP Contracíclico (limite superior) ¹	0%	0%	0%	0%	1,25%	1,875%	2,5%
b.3) ACP Sistemico (limite superior) ²	0%	0%	0%	0%	0,25%	0,5%	1,0%
c) Requisito A + B	4,5%	4,5%	4,5%	5,125%	7,25%	8,75%	10,5%
d) Capital Nível I mínimo	5,5%	5,5%	6%	6%	6%	6%	6%
e) Requisito D + B	5,5%	5,5%	6%	6,625%	9%	10,25%	12%
f) PR mínimo	11%	11%	11%	9,875%	9,25%	8,625%	8%
g) Requisito F + B	11%	11%	11%	10,5%	12%	12,875%	14%

(1) ACP Contracíclico igual a 0% em 2016, conforme Circular Bacen nº 3.769/13.

(2) Limite aplicável à categoria intermediária, dada a relação Exposição/PIB dos bancos brasileiros, conforme Circular Bacen nº 3.768/15.



Tabela 10 - Patrimônio de Referência Mínimo Requerido

R\$ mil		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Risco de Crédito	RWA_{CPAD}	643.214.021	668.871.950	702.885.694	731.373.597	785.773.084
	Exposições sujeitas ao FPR de 2%	22.037	30.649	23.591	31.634	3.853
	Exposições sujeitas ao FPR de 20%	3.134.839	3.476.453	3.060.988	3.506.253	3.502.759
	Exposições sujeitas ao FPR de 35%	12.796.987	12.457.028	11.864.032	11.565.791	11.020.454
	Exposições sujeitas ao FPR de 50%	18.970.003	18.462.330	20.163.417	16.293.600	15.795.998
	Exposições sujeitas ao FPR de 75%	193.643.390	198.863.590	203.911.493	203.873.179	206.872.125
	Exposições sujeitas ao FPR de 85%	143.678.685	149.909.403	157.335.614	167.374.895	177.490.641
	Exposições sujeitas ao FPR de 100%	239.377.401	255.521.661	275.630.529	292.467.801	335.359.047
	Exposições sujeitas ao FPR de 250%	25.394.409	24.562.547	23.986.713	24.501.108	25.754.017
	Exposições sujeitas ao FPR de 300%	1.153.659	825.978	1.042.759	1.387.379	2.807.179
	Exposições sujeitas ao FPR de 1.250%	4.447.039	3.690.953	4.493.790	8.578.961	4.783.923
Ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	595.572	1.071.359	1.372.766	1.792.996	2.383.088	
Risco Operacional	RWA_{OPAD}	43.792.910	37.151.992	31.708.475	31.708.475	36.389.090
	Administração de Ativos	1.540.543	1.540.447	1.499.084	1.499.084	1.334.949
	Comercial	25.012.598	25.012.098	24.867.395	24.867.395	21.336.753
	Corretagem de Varejo	50.503	50.803	51.146	51.146	47.824
	Finanças Corporativas	927.730	(6.184.095)	(16.953.984)	(16.953.984)	(11.846.917)
	Negociação e Vendas	(2.085.967)	(2.758.803)	1.980.243	1.980.243	6.319.595
	Pagamentos e Liquidações	2.927.139	4.065.768	4.942.006	4.942.006	5.037.811
	Serviços de Agente Financeiro	1.650.783	1.655.794	1.678.995	1.678.995	1.526.400
	Varejo	13.769.579	13.769.979	13.643.589	13.643.589	12.632.675
Risco de Mercado	RWA_{MPAD}	18.844.349	16.417.959	25.507.869	27.619.507	18.346.766
	Taxa de juros prefixadas denominadas em real - RWA _{JUR1}	450.012	410.752	194.040	149.493	122.140
	Taxa dos cupons de moedas estrangeiras - RWA _{JUR2}	1.624.172	7.127.309	1.663.563	2.374.338	2.262.166
	Taxa dos cupons de índices de preços - RWA _{JUR3}	350.814	11.149	33.115	117.158	34.649
	Taxa dos cupons de taxas de juros - RWA _{JUR4}	-	-	-	-	-
	Preço de ações - RWA _{ACS}	-	-	-	-	-
	Preço de commodities - RWA _{COM}	2.927	1.923	1.549	7.172	4.649
Moeda estrangeira - RWA _{CAM}	16.416.423	8.866.827	23.615.602	24.971.345	15.923.161	
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)		705.851.279	722.441.901	760.102.037	790.701.579	840.508.940
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR)⁽¹⁾		69.702.814	71.341.138	75.060.076	78.081.781	92.455.983

(1) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/2013, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

4.3. Índices de Adequação de Capital

Em conformidade com as recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB), o Bacen estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, dentre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), o Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (ICNI).

Os índices de capital foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e 4.193/13, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

A Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu os requerimentos mínimos de capital principal (4,5% do RWA) e de nível I (5,5% do RWA até 31.12.2014 e 6%, a partir de 01.01.2015). No primeiro trimestre de 2016, entrou em vigor o Adicional de Capital Principal (ACP), conforme requerimentos da Resolução CMN nº 4.193/13 e Circulares Bacen nº 3.768/15 e nº 3.769/15.



A tabela seguinte demonstra a evolução do Índice de Basileia (IB), do Índice de Capital Principal (ICP), do Índice de Capital Nível 1 (ICN1), da parcela R_{BAN} , da margem de compatibilização do PR e do Adicional de Capital Principal (ACP).

Tabela 11 - Índice de Basileia e margem de compatibilização do PR

	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Patrimônio de Referência (PR) (R\$ mil)⁽¹⁾	130.453.208	127.060.689	125.073.657	128.443.802	135.551.196
Nível I (R\$ mil)	90.283.551	87.975.915	86.188.277	89.977.517	95.713.963
Capital Principal (R\$ mil)	67.718.439	65.500.135	63.964.567	65.336.289	68.677.378
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) (R\$ mil)⁽³⁾	705.851.279	722.441.901	760.102.037	790.701.579	840.508.940
Adicional de Capital Principal (ACP) (R\$ mil)⁽⁴⁾	4.411.570	4.515.262	4.750.638	4.941.885	-
ACP Conservação	4.411.570	4.515.262	4.750.638	4.941.885	-
ACP Contracíclico	-	0	0	0	-
ACP Sistemico	-	0	0	0	-
Índice de Basileia (IB)	18,48%	17,59%	16,45%	16,24%	16,13%
Índice de Capital Nível 1 (ICN1)	12,79%	12,18%	11,34%	11,38%	11,39%
Índice de Capital Principal (ICP)	9,59%	9,07%	8,42%	8,26%	8,17%
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) (R\$ mil)⁽²⁾	69.702.814	71.341.138	75.060.076	78.081.781	92.455.983
Risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (R_{BAN}) (R\$ mil)	4.947.302	4.693.193	3.638.105	3.871.901	3.793.146
Margem de compatibilização do PR (PR - PRMR - R_{BAN}) (R\$ mil)⁽⁵⁾	55.803.092	51.026.358	46.375.475	46.490.120	39.302.066

(1) Conforme Resolução CMN n.º 4.192/13.

(2) Em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.193/13, corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a: 11% do RWA, de 01.10.2013 a 31.12.2015; 9,875% do RWA, de 01.01.2016 a 31.12.2016; 9,25% do RWA, de 01.01.2017 a 31.12.2017; 8,625% do RWA, de 01.01.2018 a 31.12.2018; e, 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

(3) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/13, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

(4) Conforme Resolução CMN n.º 4.193/13, a partir de 31.03.2016 entrou em vigor o Adicional de Capital Principal.

(5) Conforme Instruções de Preenchimento do DLO - Conta 953 - Fonte: www.bcb.gov.br

4.4. Avaliação de Suficiência e Adequação do PR

O Banco do Brasil elabora e revisa anualmente o seu Plano de Capital que abrange horizonte temporal mínimo de 36 meses, vinculado às orientações negociais e econômicas contidas na Estratégia Corporativa do Banco do Brasil (ECBB), com objetivo de assegurar que o capital seja suficiente para amparar, além dos riscos relevantes, o crescimento dos negócios, de modo a garantir os índices de solvência da Instituição, considerando inclusive cenários de estresse, sendo aprovado pelo Conselho Diretor (CD) e Conselho de Administração (CA) do BB.

O Plano de Capital abrange as entidades, localizadas no País e no exterior, integrantes do Conglomerado Prudencial do Banco do Brasil, em consonância com o disposto na Resolução CMN n.º 4.280/13.

Para subsidiar a elaboração do Plano, são realizadas projeções, tanto do PR quanto do RWA, referenciadas em aspectos regulatórios, documentos estratégicos, dinâmica dos negócios e informações técnicas discutidas no âmbito do Fórum de Capital.

Além disso, são realizadas simulações de capital, integrando os resultados dos testes de estresse de riscos e de negócios, baseados em único cenário macroeconômico de estresse, severo e pautado por premissas plausíveis, que subsidiam a elaboração do Plano de Contingência de Capital (PCC).

O Plano de Contingência de Capital tem por objetivo assegurar o enquadramento do Banco aos níveis regulatórios e prudenciais de capital, caso as fontes de capital definidas no Plano de Capital mostrem-se insuficientes ou inviáveis, ou ainda na ocorrência de acontecimentos não previstos.

O acompanhamento da execução do Plano de Capital é realizado mensalmente pelo Fórum de Capital e reportado para a Alta Administração. Neste acompanhamento, são avaliadas as projeções e as necessidades de realinhamento de estratégia, levando



em consideração os valores realizados, os testes de estresse, as eventuais alterações regulatórias e as expectativas dos negócios.

Nesse contexto, o BB avalia as projeções com base nos limites de cada indicador e no prazo para eventual descumprimento, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Critérios e parâmetros para classificação dos estados de capital

Indicadores de Capital	Prazo de descumprimento (meses)					
	a partir de 31	30 a 25	24 a 19	18 a 13	12 a 7	6 a 0
ICP	VIGILÂNCIA	ALERTA		CRÍTICO		
ICNI	VIGILÂNCIA		ALERTA		CRÍTICO	
IBP	VIGILÂNCIA			ALERTA		CRÍTICO

Observa-se, de acordo com o quadro acima, que, quando as projeções indicarem potencial extrapolação futura de índice de capital, a empresa terá tempo suficiente para promover alterações estratégicas que evitem a extrapolação, de acordo com os prazos definidos para cada indicador.

Os estados de capital são acompanhados e reportados mensalmente nas reuniões do Fórum de Capital e, na ocorrência do Estado Crítico de Capital, este deve ser reportado aos Comitês Estratégicos vinculados à estrutura de gestão de capital (CEGC e CSRG), contendo, quando necessárias, sugestões de medidas de contingência de capital a serem adotadas.

Por fim, para o processo de gerenciamento de capital, o Banco utiliza indicador denominado Retorno Ajustado ao Risco (RAR), que visa garantir sustentabilidade do crescimento do BB no longo prazo e melhorar a alocação de capital, priorizando o crescimento de negócios que geram lucros de forma consistente com o consumo de capital.

4.5. Razão de Alavancagem

A Razão de Alavancagem, instituída por meio da Circular Bacen nº 3.748/15, tem como objetivo evitar a alavancagem excessiva das instituições financeiras e o consequente aumento do risco sistêmico, com impactos indesejáveis na economia. A seguir, são apresentados o Modelo Comum de divulgação de informações sobre a Razão de Alavancagem e o Resumo Comparativo entre as Demonstrações Financeiras publicadas e a Razão de Alavancagem.



Tabela 12 - Modelo Comum de Divulgação de Informações sobre a Razão de Alavancagem

R\$ mil	4T16
Itens contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Itens patrimoniais, exceto instrumentos financeiros derivativos, títulos e valores mobiliários recebidos por empréstimo e revenda a liquidar em operações compromissadas	1.042.750.242
Ajustes relativos aos elementos patrimoniais deduzidos na apuração do Nível I	(18.584.140)
Total das exposições contabilizadas no BP	1.024.166.103
Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	
Valor de reposição em operações com derivativos	1.612.563
Ganho potencial futuro decorrente de operações com derivativos	983.272
Ajuste relativo à garantia prestada em operações com derivativos	--
Ajuste relativo à margem de garantia diária prestada	--
Derivativos em nome de clientes em que não há obrigação contratual de reembolso em função de falência ou inadimplimento das entidades responsáveis pelo sistema de liquidação	--
Valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Ajuste sob o valor de referência ajustado em derivativos de crédito	--
Total das exposições relativas a operações com instrumentos financeiros derivativos	2.595.835
Operações Compromissadas e de Empréstimo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	
Aplicações em operações compromissadas e de empréstimo de TVM	58.804.788
Ajuste relativo a recompras a liquidar e credores por empréstimo de TVM	--
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte	1.728.722
Valor relativo ao risco de crédito da contraparte em operações de intermediação	60.131.642
Total das exposições relativas a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários (soma das linhas 12 a 15)	120.665.152
Itens não contabilizados no Balanço Patrimonial (BP)	
Valor de referência das operações não contabilizadas no BP	128.755.723
Ajuste relativo à aplicação de FCC específico às operações não contabilizadas no BP	(93.270.521)
Total das exposições não contabilizadas no Balanço Patrimonial	35.485.203
Capital e Exposição Total	
Nível I	90.283.551
Exposição Total	1.182.912.293
Razão de Alavancagem (RA)	
Razão de Alavancagem de Basileia III	7,63%

Tabela 13 - Resumo Comparativo entre Demonstrações Financeiras Publicadas e Razão de Alavancagem

R\$ mil	4T16
Ativo total de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.403.675.005
Ajuste decorrente de diferenças de consolidação contábil	0
Ajuste relativo aos ativos cedidos ou transferidos com transferência substancial dos riscos e benefícios e reconhecidos contabilmente	(8.897)
Ajuste relativo aos valores de referência ajustados e aos ganhos potenciais futuros em operações com instrumentos financeiros derivativos	983.272
Ajuste relativo a operações compromissadas e de empréstimo de títulos e valores mobiliários	(251.540.817)
Ajuste relativo a operações não contabilizadas no ativo total do conglomerado prudencial	35.485.203
Outros ajustes	(5.681.473)
Exposição Total	1.182.912.293

5. Participações Societárias

O Banco do Brasil S.A. possui diversidade de negócios, produtos, serviços e clientes. Pela natureza organizacional, por opção estratégica ou por exigências legais e regulatórias, a operacionalização de seus negócios e processos está distribuída entre o Banco Múltiplo e suas Entidades Ligadas (ELBB), localizados no país e no exterior, sob variadas formas organizacionais e jurídicas.

A seguir, detalha-se o conjunto de participações societárias não classificadas na Carteira de Negociação, segregado por segmentos de negócios:



Tabela 14 - Participações Societárias - Carteira de Não Negociação

R\$ mil	4T16			3T16			2T16			1T16			4T15			
	% de Partic.	Valor Contábil	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	% de Partic.	Valor Contábil	Valor do Requerimento de Capital ⁽¹⁾	
Segmento Bancário																
Banco Votorantim S.A.	(2) (3)	50,00%	4.212.969	629.698	50,00%	4.207.493	598.492	50,00%	4.139.311	608.043	50,00%	4.035.394	595.936	50,00%	3.828.153	699.934
Segmento Investimentos																
Kepler Weber S.A.	(3)	17,45%	82.725	7.899	17,45%	83.747	8.000	17,46%	83.302	7.956	17,46%	84.815	8.106	17,46%	87.391	9.313
Neoenergia S.A.	(3)	11,99%	1.154.899	114.046	11,99%	1.172.593	115.794	11,99%	1.175.389	116.070	11,99%	1.187.926	117.308	11,99%	1.168.345	128.518
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização																
BB Seguridade Participações S.A.	(4)	66,36%	4.716.654	778.493	66,36%	5.099.283	810.711	66,25%	4.439.687	723.188	66,25%	4.798.640	784.813	66,25%	4.168.774	854.421
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE	(5)	12,09%	2.589	427	12,09%	2.547	405	12,09%	2.082	339	12,09%	2.306	377	12,09%	2.351	482
Segmento Meios de Pagamento																
Cielo USA Inc.	(3) (6)	28,70%	173.489	17.132	28,70%	122.188	12.066	28,73%	129.350	12.773	28,73%	136.623	13.492	28,72%	144.807	15.929
Tecnologia Bancária S.A. - Tecban	(5) (6)	12,52%	50.603	4.997	12,52%	49.238	4.862	12,52%	49.668	4.905	12,52%	49.414	4.880	12,52%	49.206	5.413
Outros Segmentos																
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(4)	100,00%	6	1	100,00%	5.124	506	100,00%	3.349	331	100,00%	1.239	122	100,00%	6	1
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(4)	100,00%	1.792	177	100,00%	4.715	466	100,00%	7.984	788	100,00%	11.427	1.128	100,00%	12.165	1.338
BB Tecnologia e Serviços	(4)	99,99%	243.583	24.054	99,99%	231.734	22.884	99,97%	223.762	22.096	99,97%	220.160	21.741	99,98%	221.209	24.333
Cadam S.A.	(5)	21,60%	15.663	1.148	21,64%	15.261	1.108	21,64%	16.370	1.218	21,64%	14.703	1.053	21,64%	17.724	1.505
Cia. Hidromineral Piratuba	(5)	14,13%	2.717	268	14,13%	2.611	258	14,26%	2.640	261	14,26%	2.613	258	14,26%	2.847	313
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	(5)	11,11%	5.533	546	11,11%	6.243	616	11,11%	6.216	614	11,11%	6.120	604	11,11%	6.345	698
Provisão para Investimentos	(7)		(6.770)			(6.770)			(6.770)			(6.770)			(6.770)	

(1) Valor referente ao requerimento mínimo de capital para as participações societárias registradas no ativo permanente e incluídas no cálculo dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}), nos termos da Circular Bacen nº 3.644/13.

(2) Em 31.12.2016, R\$ 1.662.293 mil foram deduzidos integralmente do Patrimônio de Referência e R\$ 2.550.676 mil foram ponderados em 250% no RWA.

(3) Controladas em conjunto, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(4) Controladas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(5) Coligadas, avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(6) Empresas não enquadradas como "Instituições de Pagamento".

(7) Perdas não realizadas, mas reconhecidas, referente às empresas Cadam S.A. e Kepler Weber S.A., cujo valor é computado na apuração do Capital Principal.



5.1. Avaliação das Entidades Ligadas ao Banco do Brasil (ELBB)

A regulação vigente impõe a necessidade de a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de mercado, de crédito e de liquidez identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar os riscos associados a cada Instituição individualmente e ao conglomerado prudencial, bem como identificar e acompanhar os riscos associados às demais empresas controladas por integrantes do Conglomerado Prudencial.

Em consonância com a regulação vigente, o Banco avalia a gestão de riscos das entidades ligadas, processo no qual considera também outros riscos relevantes, conforme as atividades ou segmentos de negócio das empresas, emitindo orientações para adequação das empresas quanto ao gerenciamento dos riscos e seu alinhamento com as práticas adotadas pela Instituição.

As avaliações são realizadas em ciclos anuais por meio de informações fornecidas pelas empresas (questionário e evidências documentais), videoconferências e realização de visitas técnicas. São analisados aspectos qualitativos (estruturas, políticas, instrumentos e processos de gestão de riscos) e quantitativos (perdas operacionais, provisões para demandas contingentes, depósitos judiciais e exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e outras informações julgadas relevantes).

Ao término das avaliações, são elaborados relatórios, os quais são enviados às áreas de governança do BB, para encaminhamento às empresas e aos seus conselheiros indicados pelo Banco para apreciação das orientações emitidas e adoção das providências necessárias.

Adicionalmente, os resultados das avaliações são reportados aos comitês executivos de riscos e de governança, ao CSRG, CD, Coaud e CA.

6. Gestão de Riscos

6.1. Risco de Crédito

6.1.1. Política Específica de Crédito

A Política Específica de Crédito do Banco do Brasil contém orientações de caráter estratégico que norteiam as ações de gerenciamento do crédito e do risco de crédito no Conglomerado Prudencial. É aprovada pelo CA e revisada anualmente, aplicando-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e encontra-se disponível para todos os funcionários. Espera-se que as empresas controladas, coligadas e participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.

A Política Específica de Crédito está estruturada em quatro blocos: Aspectos Gerais, Assunção de Risco de Crédito, Cobrança e Recuperação de Crédito e Gerenciamento do Risco de Crédito. Cada bloco contém conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil. A seguir, estão relacionados tópicos importantes abordados na Política Específica de Crédito do Banco do Brasil:

- a) condições para assunção de risco;
- b) segregação de funções;
- c) orientações para cobrança e recuperação de crédito;
- d) decisões colegiadas;
- e) apetite ao risco;



- f) níveis de provisão e de capital;
- g) testes de estresse;
- h) classificação de clientes; e
- i) planejamento de capital.

6.1.2. Política e Mecanismos de Mitigação do Risco de Crédito

O BB é conservador em relação ao risco de crédito. Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota, como regra geral, a vinculação de mecanismo que proporcione cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração, o Banco tem a prerrogativa de transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores do risco de crédito está declarada na Política Específica de Crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da organização e abrangendo todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente, abordando, entre outros aspectos, a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

6.1.3. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Crédito

Alinhado aos objetivos do gerenciamento do risco de crédito, o CA aprova a Política Específica de Crédito e a Declaração de Apetite e Tolerância a Riscos do BB, que contemplam direcionadores para o risco de crédito.

A partir dos direcionadores aprovados pelo CA, são definidas as estratégias de gerenciamento do risco de crédito, descritas abaixo, que têm o objetivo de orientar as ações em nível operacional:

- a) aprovação de modelos para gestão do risco de crédito;
- b) definição de metas de adimplência, recuperação, perda máxima e qualidade da carteira de crédito;
- c) estabelecimento de limites de risco, de concentração e de exposição com países estrangeiros; e
- d) manutenção de níveis adequados de provisionamento e de capital.

Na estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BB, cabe à Dicre, à Dirao e à Diris operacionalizar as decisões estratégicas aprovadas pelo CA, CSRG e CERC, mantendo as exposições nos níveis de risco estabelecidos pela Alta Administração.

As principais atribuições das áreas que compõem a estrutura de gerenciamento do risco de crédito são apresentadas na figura a seguir:



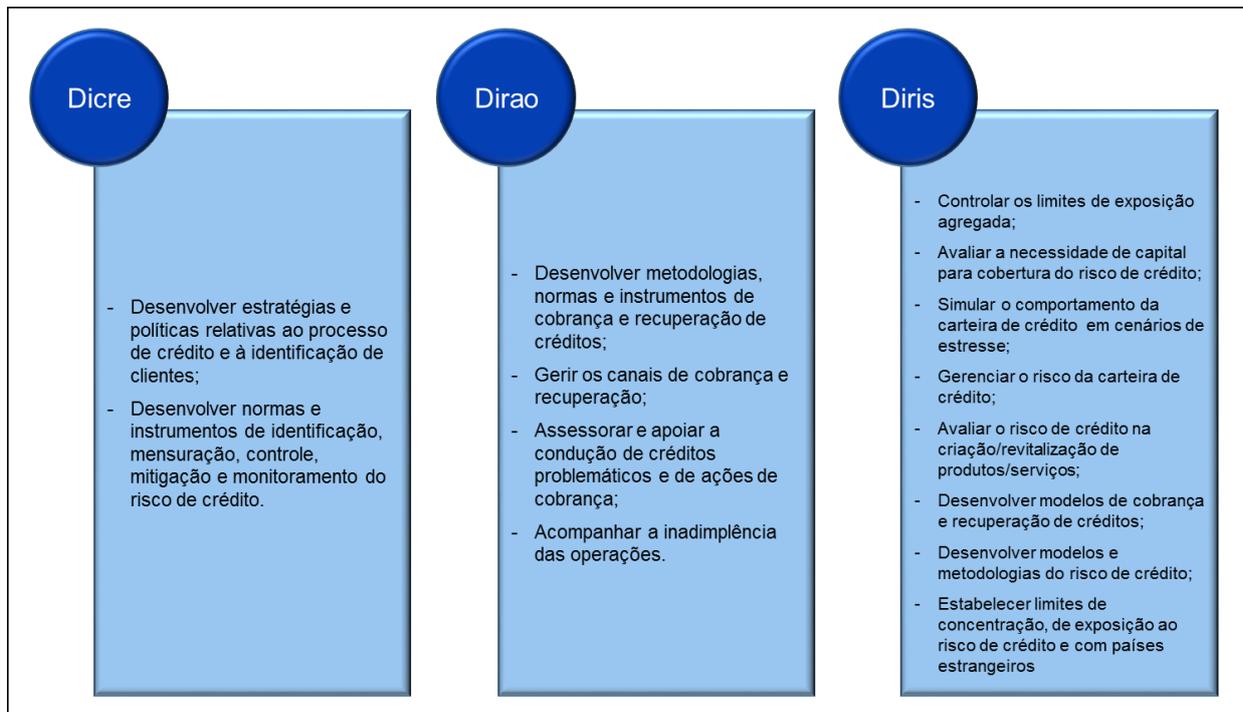


Figura 8 - Estrutura de gerenciamento do risco de crédito

6.1.4. Mensuração do Risco de Crédito

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos índices: de inadimplência, de qualidade da carteira, de provisão para devedores duvidosos, de concentração, de exigência de capital, entre outros, que refletem a política de mitigação de risco do Banco.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e a complexidade dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que a mensuração do risco de crédito no Banco do Brasil seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficientes para efetuar a mensuração do risco de crédito de forma abrangente.

6.1.4.1. Exigência de Capital Regulatório para Risco de Crédito

O Banco mensura a exigência de capital regulatório para cobertura do risco de crédito por meio da Abordagem Padronizada, cujos procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referentes às exposições ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) foram divulgados pelo Bacen por meio da Circular nº 3.644/13.

Esses procedimentos foram implementados em sistema proprietário que efetua a mensuração do capital exigido, permitindo a avaliação tempestiva da solvência do Banco, conforme as normas do Regulador. O Banco utiliza informações do Capital Regulatório para avaliar a eficiência da alocação de capital e para o planejamento de capital.



6.1.4.2. Risco de Concentração de Crédito

O Banco possui sistemática de identificação, avaliação, controle, mitigação e monitoramento do risco de concentração da carteira de crédito. Além do acompanhamento dos indicadores de níveis de concentração de diferentes segmentos da carteira, apurados com base no Índice de *Herfindahl-Hirshman*, é avaliado o impacto da concentração na alocação de capital para risco de crédito, tanto na visão individual (considerando a carteira como um todo) quanto na setorial (considerando grupos segmentados por produto e por porte).

6.1.5. Instrumentos Mitigadores

Para a vinculação de garantias em operação de crédito, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é o obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito. Abaixo, são apresentados os percentuais utilizados:

Tabela 15 - Cobertura de Garantias

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
- Recibo de depósito bancário	100%
- Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
- Poupança	100%
- Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>PledgeAgreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
- Carta de crédito <i>standby</i>	100%
- Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
- Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)	100%
- Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe)	100%
- Fundo de Garantia de Operações (FGO)	100%
- Fundo Garantidor para Investimento (FGI)	100%
- Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>PledgeAgreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos <i>offshore</i> - BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
Demais garantias ⁽⁷⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de swap.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios, representadas por aplicações financeiras, devem estar internalizadas no Banco e bloqueadas pela Instituição, devendo este bloqueio permanecer até a liquidação da operação.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

De forma geral, os fundos de aval apresentam as seguintes características:



- a) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: Investimento ou Capital de Giro;
- b) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- c) existência ou não da apresentação de contra-garantias;
- d) limites máximos de garantias sobre o montante dos recursos que constituem o Patrimônio Líquido do Fundo (Índice de Alavancagem); e
- e) limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (*stop loss*).

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapasse a alavancagem prevista para cada fundo.

Considerando os instrumentos mitigadores de risco de crédito definidos nos artigos 36 a 39 da Circular Bacen nº 3.644/13, a tabela a seguir apresenta o valor total mitigado em termos de ativos ponderados pelo risco, segmentado por tipo e FPR do mitigador.

Tabela 16 - Valor Mitigado da Exposição Ponderada pelo Respetivo Fator de Risco

R\$ mil		4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Total⁽¹⁾	FPR do Mitigador	44.857.862	46.039.077	46.457.291	48.943.536	50.048.816
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil	0%	35.776.926	36.084.769	35.715.486	38.175.952	39.383.471
Garantia prestada por Fundos Garantidores	0%	-	13	-	-	-
Garantia prestada por Fundos Garantidores	50%	2.085.050	2.639.342	3.231.005	3.533.710	3.670.804
Depósitos mantidos na própria instituição	0%	952.890	1.171.160	1.336.630	1.122.612	1.088.224
Garantia de instituições financeiras	50%	278.970	366.251	405.068	427.559	263.229
Repasses de descontos em folha de pagamento	50%	5.764.026	5.777.542	5.769.102	5.683.703	5.643.087

(1) Valor total mitigado pelos instrumentos definidos nos artigos 36 a 39 da Circular Bacen nº 3.644/13 para as exposições em operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias



6.1.5.1. Processos de Monitoramento da Efetividade dos Mitigadores

O monitoramento da efetividade dos mitigadores faz parte do gerenciamento do risco de crédito do Banco. São exemplos: o acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito, a classificação de risco das operações de crédito e a cobrança e recuperação de créditos.

Os processos de acompanhamento das exposições sujeitas ao risco de crédito e de classificação de risco das operações de crédito produzem informações importantes para verificar a efetividade dos instrumentos mitigadores. O baixo índice de inadimplência observado em determinados segmentos da carteira de crédito e o menor nível de provisionamento em determinadas operações podem ser explicados pela existência de garantias vinculadas às exposições, reduzindo o risco de crédito e a necessidade de capital para sua cobertura.

6.1.6. Exposição ao Risco de Crédito

A tabela seguinte apresenta os níveis de concentração dos dez maiores clientes em relação ao total de operações com característica de concessão de crédito.

Tabela 17 - Concentração dos Dez e dos Cem Maiores Clientes em Relação ao Total de Operações com Característica de Concessão de Crédito

	1º ao 10º	1º ao 100º
4T16	12,58%	26,09%
3T16	13,58%	28,93%
2T16	12,29%	26,58%
1T16	12,67%	27,16%
4T15	12,56%	26,84%

A seguir, apresenta-se a exposição média ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ).

Ressalte-se que, no Banco do Brasil, os conceitos utilizados para Carteira Ampliada e Créditos a liberar são:

- a) **Carteira Ampliada BB:** Carteira Classificada BB (Carteira Interna BB + Externa BB), Garantias BB e Títulos e Valores Mobiliários BB; e
- b) **Créditos a Liberar:** Representam as parcelas dos limites de crédito que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo os limites de cheque-especial e cartão de crédito (saldo de créditos a liberar em limites não canceláveis) e as parcelas no cronograma de liberação que não podem ser cancelados unilateralmente pelo BB, como por exemplo: Finame, BNDES com cronograma de liberação de recursos (saldo de créditos a liberar em operações de cronograma).



Tabela 18 - Exposição Média ao Risco de Crédito

R\$ milhões	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15	
Tipo de Exposição	Saldo *	Saldo Médio								
Pessoa Física										
Agronegócio	132.698	44.233	130.309	43.436	132.959	44.320	127.071	42.357	124.385	41.462
Imobiliário	42.178	14.059	41.292	13.764	39.820	13.273	38.533	12.844	37.252	12.417
Consignado	62.596	20.865	62.838	20.946	62.959	20.986	62.589	20.863	62.502	20.834
Veículo	6.233	2.078	6.804	2.268	7.339	2.446	7.852	2.617	8.407	2.802
Cartão	58.198	19.399	64.693	21.564	68.741	22.914	68.746	22.915	68.418	22.806
Outros	59.787	19.929	57.366	19.122	57.541	19.180	56.288	18.763	53.559	17.853
Total PF	361.690	120.563	363.301	121.100	369.360	123.120	361.080	120.360	354.523	118.174
Pessoa Jurídica										
Agronegócio	49.179	16.393	51.308	17.103	54.206	18.069	54.545	18.182	52.754	17.585
Investimentos	78.183	26.061	78.400	26.133	84.051	28.017	86.656	28.885	90.001	30.000
Import/Export.	14.487	4.829	16.938	5.646	19.088	6.363	19.751	6.584	19.582	6.527
Capital de Giro	176.283	58.761	186.704	62.235	199.790	66.597	212.970	70.990	225.492	75.164
Outros	136.622	45.541	153.255	51.085	155.169	51.723	173.846	57.949	185.957	61.986
Total PJ	454.754	151.585	486.605	162.202	512.304	170.768	547.768	182.589	573.787	191.262
Total	816.444	272.148	849.907	283.302	881.664	293.888	908.848	302.949	928.310	309.437

* Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar

Na próxima tabela, destaca-se a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas jurídicas (PJ), segregada por regiões geográficas no Brasil.



Tabela 19 - Exposição ao Risco de Crédito PJ por Regiões Geográficas

R\$ milhões		4T16				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.222	23.169	311	12.656	6.438	
Nordeste	425	3.931	226	11.990	8.525	
Norte	93	3.131	52	4.083	3.593	
Sudeste	39.387	36.092	10.791	121.132	79.702	
Sul	8.052	9.586	3.098	17.979	13.044	
Exterior	-	2.275	8	8.444	25.320	
Total	49.179	78.184	14.486	176.284	136.622	

R\$ milhões		3T16				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.207	21.238	418	12.660	6.370	
Nordeste	380	4.080	269	12.801	8.987	
Norte	113	3.281	47	4.305	3.591	
Sudeste	41.365	36.833	13.030	128.614	89.270	
Sul	8.242	10.138	3.164	19.434	14.025	
Exterior	-	2.832	10	8.890	31.013	
Total	51.308	78.400	16.938	186.704	153.255	

R\$ milhões		2T16				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.318	23.509	539	14.122	6.610	
Nordeste	408	4.227	238	14.815	9.424	
Norte	119	3.422	47	4.881	3.721	
Sudeste	43.069	38.313	14.587	134.930	90.529	
Sul	9.292	10.786	3.677	21.817	14.680	
Exterior	-	3.794	0	9.225	30.205	
Total	54.206	84.051	19.088	199.790	155.169	

R\$ milhões		1T16				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.229	23.971	352	15.486	7.070	
Nordeste	235	4.309	315	15.729	9.976	
Norte	102	3.547	80	5.226	3.762	
Sudeste	44.503	38.833	15.801	141.926	99.067	
Sul	8.476	11.351	3.202	23.588	15.386	
Exterior	-	4.645	3	11.015	38.585	
Total	54.545	86.656	19.751	212.970	173.846	

R\$ milhões		4T15				
Região	Agronegócio	Investimento	Import/Export.	Capital de Giro	Outros	
Centro-Oeste	1.343	23.475	461	16.791	7.325	
Nordeste	266	4.460	280	16.615	10.235	
Norte	115	3.631	90	5.482	3.839	
Sudeste	42.741	40.767	15.718	148.460	102.949	
Sul	8.289	11.906	3.020	25.051	16.295	
Exterior	-	5.762	13	13.094	45.314	
Total	52.754	90.001	19.582	225.492	185.957	

A tabela seguinte apresenta a exposição ao risco de crédito da carteira de pessoas físicas (PF), segregada por regiões geográficas no Brasil.



Tabela 20 - Exposição ao Risco de Crédito PF por Regiões Geográficas

R\$ milhões		4T16					
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros	
Centro-Oeste	33.034	7.083	6.589	958	8.757	7.970	
Nordeste	9.554	8.759	15.624	1.500	10.508	11.264	
Norte	7.833	1.517	4.771	576	3.182	3.527	
Sudeste	39.576	18.002	29.686	2.046	25.146	26.302	
Sul	42.701	6.816	5.926	1.153	10.605	9.602	
Exterior	-	-	-	-	-	1.121	
Total	132.698	42.177	62.596	6.233	58.198	59.786	

R\$ milhões		3T16					
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros	
Centro-Oeste	31.842	6.983	6.533	1.038	9.698	7.550	
Nordeste	9.286	8.370	15.640	1.632	11.610	10.850	
Norte	7.549	1.476	4.768	625	3.497	3.500	
Sudeste	39.755	17.734	29.997	2.248	28.085	25.304	
Sul	41.877	6.729	5.900	1.260	11.802	8.966	
Exterior	-	-	-	-	-	1.196	
Total	130.309	41.292	62.838	6.804	64.693	57.366	

R\$ milhões		2T16					
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros	
Centro-Oeste	32.875	6.768	6.576	1.121	10.211	7.494	
Nordeste	9.279	7.834	15.643	1.757	12.241	10.895	
Norte	7.473	1.425	4.776	672	3.680	3.574	
Sudeste	39.947	17.225	30.108	2.421	30.104	25.598	
Sul	43.385	6.569	5.856	1.369	12.505	9.017	
Exterior	-	-	-	-	-	964	
Total	132.959	39.820	62.959	7.339	68.741	57.541	

R\$ milhões		1T16					
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros	
Centro-Oeste	31.500	6.581	6.548	1.201	10.200	6.938	
Nordeste	8.640	7.364	15.510	1.878	12.247	10.496	
Norte	7.112	1.371	4.775	718	3.696	3.407	
Sudeste	38.489	16.796	30.021	2.568	30.166	25.232	
Sul	41.330	6.422	5.736	1.486	12.437	9.062	
Exterior	-	-	-	-	-	1.155	
Total	127.071	38.533	62.589	7.852	68.746	56.288	

R\$ milhões		4T15					
Região	Agronegócio	Imobiliário	Consignado	Veículo	Cartão de Crédito	Outros	
Centro-Oeste	30.057	6.397	6.554	1.279	10.129	6.360	
Nordeste	8.444	6.864	15.470	2.000	12.160	9.852	
Norte	6.743	1.321	4.812	761	3.659	3.205	
Sudeste	38.295	16.379	30.006	2.759	30.087	24.241	
Sul	40.845	6.291	5.659	1.609	12.383	8.749	
Exterior	-	-	-	-	-	1.150	
Total	124.385	37.252	62.502	8.407	68.418	53.559	

Na próxima tabela, apresenta-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico.



Tabela 21 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

R\$ milhões	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Administração Pública	40.835	40.742	40.624	43.487	46.665
Agronegócio de Origem Animal	17.354	17.486	18.099	18.822	16.904
Agronegócio de Origem Vegetal	33.330	34.924	37.801	37.571	41.222
Atividades Específicas da Construção	14.623	15.566	16.609	17.688	18.782
Automotivo	24.081	27.355	30.852	35.230	37.277
Bebidas	2.046	2.169	2.397	2.648	2.757
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	7.206	8.055	9.157	9.342	9.069
Comércio Varejista	18.113	20.465	22.266	23.507	24.731
Construção Pesada	7.635	8.042	7.982	8.806	9.281
Couro e Calçados	3.331	3.459	3.685	3.905	4.191
Demais Atividades	47	20	49	73	159
Eletroeletrônico	10.847	9.975	10.748	11.747	12.584
Energia Elétrica	36.286	39.071	40.193	41.598	42.528
Imobiliário	24.134	25.543	27.214	29.171	30.650
Instituições e Serviços Financeiros	28.296	32.228	34.921	35.720	35.650
Insumos Agrícolas	10.614	11.375	13.017	13.556	14.372
Madeireiro e Moveleiro	7.077	7.787	8.105	7.816	8.298
Metalurgia e Siderurgia	38.619	41.669	43.019	47.048	48.762
Papel e Celulose	8.434	9.668	10.129	11.045	11.989
Petroleiro	41.243	46.833	45.889	49.135	51.120
Químico	9.070	9.730	11.068	11.949	14.011
Serviços	25.265	26.239	28.873	30.564	32.651
Telecomunicações	6.444	6.380	6.369	7.964	8.262
Têxtil e Confeções	10.455	11.659	12.950	14.145	14.894
Transportes	29.371	30.163	30.289	35.233	36.979
Pessoa Física	361.690	363.301	369.360	361.080	354.523
Total⁽¹⁾	816.444	849.907	881.664	908.848	928.310

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a Liberar

Nas tabelas seguintes, demonstra-se a evolução da exposição total ao risco de crédito, segregada por setor econômico e carteiras de crédito (PJ).

Tabela 22 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 4T16

R\$ milhões	4T16				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública		8.250	0,22	28.451	4.133
Agronegócio de Origem Animal	7.720	956	2.815	3.393	2.470
Agronegócio de Origem Vegetal	11.759	5.690	3.981	6.784	5.115
Atividades Específicas da Construção	128	2.678	384	4.432	7.000
Automotivo	124	4.225	1.563	10.627	7.543
Bebidas	226	299	268	904	348
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.206	728	172	3.488	1.611
Comércio Varejista	1.128	1.645	21	8.996	6.323
Construção Pesada		708	457	1.565	4.906
Couro e Calçados		230	473	1.502	1.125
Demais Atividades		4	5	17	22
Eletroeletrônico		648	325	3.958	5.916
Energia Elétrica	1.947	7.258	25	16.038	11.019
Imobiliário	25	926	0	4.386	18.797
Instituições e Serviços Financeiros	483	14.278	8	4.245	9.282
Insumos Agrícolas	2.875	1.138	632	2.847	3.122
Madeireiro e Moveleiro	429	1.798	375	2.837	1.638
Metalurgia e Siderurgia	1.633	2.038	1.905	23.610	9.433
Papel e Celulose	799	809	134	3.616	3.075
Petroleiro	17.342	2.852	138	14.471	6.439
Químico	71	1.161	225	4.460	3.152
Serviços	120	4.908	97	11.958	8.181
Telecomunicações		96	1	3.642	2.704
Têxtil e Confeções	596	846	445	5.188	3.379
Transportes	570	14.011	35	4.867	9.888
Total⁽¹⁾	49.179	78.184	14.486	176.284	136.622

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar



Tabela 23 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 3T16

R\$ milhões	3T16				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	8.413	0,23	28.395	3.934
Agronegócio de Origem Animal	7.210	1.002	2.872	3.887	2.516
Agronegócio de Origem Vegetal	11.944	5.940	4.222	7.452	5.366
Atividades Específicas da Construção	133	2.866	386	4.863	7.318
Automotivo	129	4.484	2.220	12.876	7.646
Bebidas	218	317	294	945	395
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	1.661	745	153	3.736	1.760
Comércio Varejista	912	1.718	32	9.574	8.228
Construção Pesada	-	762	452	2.441	4.387
Couro e Calçados	-	246	431	1.611	1.171
Demais Atividades	-	3	-	6	11
Eletroeletrônico	-	743	298	4.260	4.674
Energia Elétrica	2.704	7.335	26	16.934	12.072
Imobiliário	25	961	-	4.700	19.857
Instituições e Serviços Financeiros	602	12.220	10	4.355	15.040
Insumos Agrícolas	2.935	1.360	730	3.132	3.217
Madeireiro e Moveleiro	381	1.862	694	3.054	1.797
Metalurgia e Siderurgia	2.133	2.205	3.029	24.014	10.288
Papel e Celulose	1.432	880	158	3.961	3.237
Petroleiro	17.509	2.992	183	15.401	10.748
Químico	85	1.212	212	4.610	3.611
Serviços	122	5.152	98	11.880	8.986
Telecomunicações	-	105	1	3.558	2.717
Têxtil e Confecções	575	918	397	6.154	3.615
Transportes	596	13.956	37	4.757	10.817
Total⁽¹⁾	51.308	78.398	16.938	186.554	153.408

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a Liberar

Tabela 24 - Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico e Carteiras - 2T16

R\$ milhões	2T16				
	Agronegócios	Investimento	Import/Export	Capital de Giro	Outros
Administração Pública	-	8.641	0,21	28.160	3.823
Agronegócio de Origem Animal	7.507	1.076	2.857	4.135	2.524
Agronegócio de Origem Vegetal	12.768	6.478	4.744	8.515	5.296
Atividades Específicas da Construção	134	3.039	421	5.678	7.336
Automotivo	137	5.006	2.614	14.713	8.381
Bebidas	243	331	317	1.002	503
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	2.044	803	221	4.186	1.902
Comércio Varejista	894	1.789	26	11.129	8.427
Construção Pesada	-	817	453	2.788	3.924
Couro e Calçados	-	262	466	1.710	1.248
Demais Atividades	0	3	-	7	39
Eletroeletrônico	-	809	322	4.714	4.903
Energia Elétrica	2.723	7.461	32	17.332	12.646
Imobiliário	24	997	-	5.183	21.009
Instituições e Serviços Financeiros	693	14.246	0	4.593	15.388
Insumos Agrícolas	3.221	1.470	936	3.453	3.936
Madeireiro e Moveleiro	396	1.922	390	3.441	1.957
Metalurgia e Siderurgia	3.293	2.366	3.903	23.449	10.008
Papel e Celulose	1.469	927	152	4.291	3.291
Petroleiro	17.262	3.122	406	15.872	9.227
Químico	80	1.342	278	5.541	3.828
Serviços	123	5.517	110	13.591	9.532
Telecomunicações	-	113	1	3.582	2.673
Têxtil e Confecções	622	1.010	388	7.034	3.895
Transportes	571	14.479	53	5.520	9.665
Total⁽¹⁾	54.206	84.027	19.088	199.620	155.363

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a liberar



As próximas tabelas apresentam a exposição ao risco de crédito das carteiras de pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ), segregadas pelo prazo a decorrer das operações.

Tabela 25 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 4T16

R\$ milhões	4T16				
	Tipo de Exposição	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF		16.148	28.888	34.118	53.544
PF Cartão de Crédito		11.541	510	425	45.723
PF Consignado		666	1.327	25.718	34.885
PF Imobiliário		43	6	294	41.835
PF Veículos		205	538	5.359	131
PF Outros		13.600	13.134	21.645	11.407
Total PF		42.203	44.403	87.559	187.525
Agro PJ		6.731	6.598	23.498	12.352
PJ Capital de Giro		50.318	8.302	72.076	45.587
PJ Importação e Exportação		10.417	3.884	186	-
PJ Investimento		2.288	1.032	26.402	48.461
PJ Outros		28.102	11.287	66.842	30.391
Total PJ		97.856	31.103	189.004	136.791
Total ⁽¹⁾		140.059	75.506	276.563	324.316

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a Liberar

Tabela 26 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 3T16

R\$ milhões	3T16				
	Tipo de Exposição	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF		21.128	16.119	39.851	53.212
PF Cartão de Crédito		14.287	605	437	49.365
PF Consignado		619	1.360	26.083	34.776
PF Imobiliário		28	18	286	40.960
PF Veículos		189	559	5.905	150
PF Outros		14.046	11.444	20.363	11.513
Total PF		50.296	30.104	92.925	189.975
Agro PJ		9.400	4.318	23.863	13.727
PJ Capital de Giro		55.256	9.845	77.082	44.521
PJ Importação e Exportação		10.838	5.821	271	8
PJ Investimento		3.177	994	24.961	49.268
PJ Outros		34.319	14.382	75.755	28.798
Total PJ		112.990	35.361	201.932	136.323
Total ⁽¹⁾		163.286	65.465	294.857	326.298

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a Liberar

Tabela 27 - Exposição ao Risco de Crédito PF e PJ por Prazo a Decorrer das Operações - 2T16

R\$ milhões	2T16				
	Tipo de Exposição	até 6 meses	6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Agro PF		25.378	15.199	38.843	53.540
PF Cartão de Crédito		16.288	831	639	50.982
PF Consignado		541	1.446	26.491	34.481
PF Imobiliário		19	16	280	39.505
PF Veículos		208	561	6.387	184
PF Outros		10.634	15.188	20.321	11.399
Total PF		53.068	33.241	92.961	190.090
Agro PJ		10.075	6.098	22.631	15.401
PJ Capital de Giro		52.794	14.390	90.705	41.900
PJ Importação e Exportação		11.868	6.395	826	-
PJ Investimento		4.985	1.511	27.420	50.135
PJ Outros		35.856	13.547	77.251	28.515
Total PJ		115.578	41.942	218.833	135.951
Total ⁽¹⁾		168.646	75.183	311.793	326.042

(1) Carteira Ampliada BB e Créditos a Liberar



A tabela seguinte apresenta o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado por regiões geográficas no Brasil.

Tabela 28 - Montante das Operações em Atraso por Regiões Geográficas

R\$ milhões		4T16				
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Centro-Oeste	1.530,56	461,67	1.344,13	1.577,36	536,55	
Nordeste	1.554,20	581,86	1.599,44	2.050,35	648,24	
Norte	545,29	206,79	613,22	722,89	181,09	
Sudeste	7.306,50	1.693,82	4.677,43	5.845,31	1.591,02	
Sul	1.497,87	622,43	1.568,70	2.021,76	551,17	
Exterior	86,11	441,97	0,61	121,20	39,53	
TOTAL	12.520,53	4.008,54	9.803,53	12.338,87	3.547,60	

R\$ milhões		3T16				
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Centro-Oeste	1.892,22	551,21	1.302,83	1.313,87	189,64	
Nordeste	2.082,97	739,33	1.197,37	1.645,31	241,26	
Norte	709,48	238,99	459,19	580,93	85,17	
Sudeste	5.518,29	1.997,62	3.639,70	5.768,17	741,92	
Sul	1.825,98	914,94	1.391,97	1.776,51	247,79	
Exterior	0,60	0,16	70,76	144,57	2.917,08	
TOTAL	12.029,53	4.442,25	8.061,81	11.229,37	4.422,86	

R\$ milhões		2T16				
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Centro-Oeste	1.355,05	412,72	1.082,75	1.307,07	106,67	
Nordeste	1.280,76	488,33	1.277,61	1.672,18	205,60	
Norte	412,97	188,07	436,81	544,96	74,75	
Sudeste	4.090,98	1.695,80	4.557,65	5.067,94	506,30	
Sul	1.213,81	521,67	1.443,08	2.125,52	155,67	
Exterior	4,60	5,48	120,05	27,92	2.910,57	
TOTAL	8.358,17	3.312,07	8.917,97	10.745,60	3.959,56	

R\$ milhões		1T16				
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Centro-Oeste	1.735,69	509,18	1.153,83	1.358,71	96,50	
Nordeste	1.971,47	643,32	1.232,16	1.583,21	154,77	
Norte	625,25	215,41	438,34	474,08	47,28	
Sudeste	5.648,24	2.326,58	4.097,60	4.329,72	475,01	
Sul	1.858,89	743,52	1.520,15	2.067,16	130,22	
Exterior	89,75	2,46	34,57	65,54	54,64	
TOTAL	11.929,29	4.440,46	8.476,64	9.878,42	958,42	

R\$ milhões		4T15				
Região	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Centro-Oeste	1.360,52	444,72	993,95	1.200,48	100,71	
Nordeste	1.448,86	482,62	1.189,24	1.307,90	125,14	
Norte	470,74	160,43	378,15	398,25	43,84	
Sudeste	4.522,05	1.550,25	3.633,09	3.780,52	392,76	
Sul	1.503,95	653,91	1.614,58	1.464,96	115,21	
Exterior	55,31	0,37	73,91	33,08	57,41	
TOTAL	9.361,44	3.292,30	7.882,92	8.185,19	835,07	

A seguir, evidencia-se o montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo do conglomerado prudencial, segregado por setor econômico.



Tabela 29 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 4T16

R\$ milhões	4T16				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	0,95	0,00	-	-	138,64
Agronegócio de Origem Animal	104,43	87,87	79,54	164,98	89,82
Agronegócio de Origem Vegetal	221,23	99,17	636,57	417,94	76,87
Atividades Específicas da Construção	271,08	117,26	397,23	620,85	136,22
Automotivo	326,35	127,54	361,95	625,51	151,50
Bebidas	4,06	5,14	6,39	12,16	4,74
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	97,09	71,08	196,24	312,23	88,68
Comércio varejista	331,37	185,28	606,11	911,23	169,72
Construção Pesada	286,96	175,65	145,81	219,67	31,37
Couro e Calçados	30,12	28,64	62,26	116,09	21,07
Demais Atividades	0,56	0,17	1,59	1,07	0,07
Eletroeletrônico	127,75	77,18	231,35	457,56	84,09
Energia Elétrica	9,19	3,32	5,97	8,26	5,64
Imobiliário	293,56	396,55	467,61	458,56	109,55
Instituições e Serviços Financeiros	3,18	27,85	2,91	6,51	19,48
Insumos Agrícolas	71,71	56,89	94,45	157,07	41,20
Madeireiro e Moveleiro	124,27	79,68	239,41	413,19	101,42
Metalurgia e Siderurgia	366,27	100,80	371,63	667,55	174,60
Papel e Celulose	64,06	20,24	123,44	140,09	45,20
Petroleiro	236,28	319,39	389,38	319,64	76,96
Químico	100,26	61,45	194,49	287,29	56,83
Serviços	457,78	245,30	705,63	1.123,54	228,69
Telecomunicações	2.614,77	13,58	25,36	61,94	12,18
Têxtil e Confecções	209,40	96,94	359,96	591,74	149,12
Transportes	900,66	110,40	348,40	433,31	106,37
Total	7.253,34	2.507,35	6.053,65	8.527,97	2.120,03

Tabela 30 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 3T16

R\$ milhões	3T16				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Administração Pública	874,16	0,38	0,00	0,04	-
Agronegócio de Origem Animal	52,62	35,82	64,06	211,51	40,33
Agronegócio de Origem Vegetal	476,76	133,57	509,56	382,62	47,52
Atividades Específicas da Construção	408,23	167,37	369,64	563,29	59,81
Automotivo	308,40	166,47	360,45	657,32	85,17
Bebidas	6,80	3,22	4,14	16,39	0,58
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	126,15	67,08	145,90	293,55	41,52
Comércio varejista	448,50	243,85	485,59	754,79	74,22
Construção Pesada	170,54	46,71	113,39	200,98	21,30
Couro e Calçados	47,36	17,45	62,50	101,93	9,56
Demais Atividades	0,37	0,84	2,60	0,83	0,00
Eletroeletrônico	152,79	98,63	218,72	427,66	39,54
Energia Elétrica	4,70	2,34	3,18	352,70	3,05
Imobiliário	512,32	228,21	366,00	374,98	50,52
Instituições e Serviços Financeiros	2,49	0,51	2,04	19,33	0,08
Insumos Agrícolas	68,40	57,67	98,75	129,11	22,18
Madeireiro e Moveleiro	179,09	99,73	212,07	359,55	43,28
Metalurgia e Siderurgia	250,65	188,72	397,07	658,01	71,89
Papel e Celulose	120,91	39,86	86,24	145,03	11,65
Petroleiro	235,77	265,31	195,75	286,61	2.930,80
Químico	134,69	72,56	142,46	271,83	23,68
Serviços	620,49	276,92	609,75	961,09	98,20
Telecomunicações	19,86	9,07	36,52	49,62	5,71
Têxtil e Confecções	345,16	148,01	336,86	534,98	83,10
Transportes	362,92	184,22	293,85	392,65	47,08
Total	5.930,14	2.554,52	5.117,06	8.146,35	3.810,77



Tabela 31 - Montante de Operações em Atraso, Segregado por Setor Econômico - 2T16

R\$ milhões	2T16				
	15 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Setor Econômico					
Administração Pública	884,37	0,00	0,06	0,00	-
Agronegócio de Origem Animal	81,67	23,48	131,47	173,66	7,47
Agronegócio de Origem Vegetal	342,69	173,63	348,26	277,62	63,55
Atividades Específicas da Construção	282,49	124,07	389,53	523,69	32,36
Automotivo	208,98	195,91	421,34	734,98	34,19
Bebidas	2,36	1,88	12,17	14,51	0,37
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	84,42	70,24	232,97	222,34	15,30
Comércio varejista	310,98	189,26	514,87	634,89	50,72
Construção Pesada	115,62	106,18	247,90	197,02	31,00
Couro e Calçados	42,42	20,87	68,70	99,48	4,39
Demais Atividades	0,60	0,07	1,21	0,59	
Eletroeletrônico	139,00	74,18	315,39	349,91	22,84
Energia Elétrica	3,44	1,52	311,32	48,03	6,66
Imobiliário	251,04	157,07	239,33	424,92	30,96
Instituições e Serviços Financeiros	1,01	1,23	4,28	15,89	0,15
Insumos Agrícolas	62,12	28,75	94,25	133,33	5,56
Madeireiro e Moveleiro	122,44	77,21	241,59	318,07	18,55
Metalurgia e Siderurgia	204,45	130,30	437,05	570,20	44,65
Papel e Celulose	50,77	35,93	86,81	135,55	5,58
Petroleiro	103,26	70,49	204,01	247,44	2.863,31
Químico	90,31	57,99	187,01	205,65	24,68
Serviços	391,72	234,17	619,84	801,75	66,13
Telecomunicações	20,11	11,45	29,93	52,98	4,40
Têxtil e Confecções	233,54	102,70	451,92	561,59	34,56
Transportes	252,27	131,18	297,84	392,34	29,23
Total	4.282,09	2.019,76	5.889,04	7.136,42	3.396,59

A próxima tabela apresenta o fluxo de operações baixadas para prejuízo, segmentado por setor econômico.

Tabela 32 - Operações Baixadas para Prejuízo por Setor Econômico

R\$ milhões	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Setor Econômico (Ingresso)					
Administração Pública	0,04	0,00	0,27	0,00	0,00
Agronegócio De Origem Animal	61,59	82,54	157,37	42,91	61,75
Agronegócio De Origem Vegetal	300,69	233,02	228,55	474,66	398,47
Atividades Específicas Da Construção	266,75	269,79	234,64	255,04	148,32
Automotivo	376,76	432,36	277,44	209,39	165,70
Bebidas	4,85	12,34	9,17	9,71	1,29
Comércio Atacadista E Industrias Diversas	108,53	128,81	137,76	122,87	141,58
Comércio Varejista	346,42	328,28	309,32	275,97	306,33
Demais Atividades	9,70	9,00	8,03	8,24	67,04
Construção Pesada	71,31	226,11	41,74	136,69	114,06
Couro E Calçados	48,08	60,44	40,12	45,50	67,37
Eletroeletrônico	175,04	204,71	126,54	149,12	127,79
Energia Elétrica	295,11	9,43	6,10	51,65	4,24
Imobiliário	188,48	223,21	176,23	120,71	123,74
Insumos Agrícolas	52,25	75,56	83,13	104,48	71,56
Madeireiro E Moveleiro	142,29	159,16	126,03	134,82	93,74
Metalurgia E Siderurgia	274,92	302,58	240,83	150,87	212,27
Papel E Celulose	71,08	65,34	54,17	44,00	57,79
Petroleiro	115,13	136,53	121,70	131,66	83,45
Químico	119,02	119,17	94,71	129,94	89,88
Serviços	408,21	397,23	342,41	405,16	351,95
Telecomunicações	27,82	30,43	31,65	18,66	15,44
Têxteis E Confecções	247,38	343,64	234,77	225,09	222,76
Transporte	190,11	234,52	248,73	239,86	166,96
Total	3.901,56	4.084,19	3.331,42	3.487,00	3.093,48
Outros					
Pessoa física	2.037,13	1.989,21	2.007,08	1.663,76	1.618,23
Total	5.938,69	6.073,40	5.338,50	5.150,76	4.711,70

A tabela seguinte apresenta o montante de provisões para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), segmentado por setor econômico e sua variação trimestral.



Tabela 33 - Total de PCLD no Trimestre e Variações

R\$ milhões

Setor Econômico	*Var. Trimestral (%)	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Administração Pública	27,92	5,73	4,48	3,47	3,15	2,44
Agronegócio de Origem Animal	8,99	524,56	481,27	457,09	559,15	516,74
Agronegócio de Origem Vegetal	4,88	1.849,60	1.763,59	1.847,53	1.683,03	1.686,66
Atividades Específicas da Construção	6,30	1.250,45	1.176,39	1.103,26	1.045,51	991,25
Automotivo	3,01	1.306,73	1.268,52	1.340,76	1.257,16	1.084,46
Bebidas	10,07	33,14	30,11	37,83	36,69	38,83
Comércio Atacadista e Industrias Diversas	8,51	676,06	623,02	605,20	568,52	548,31
Comércio Varejista	8,38	1.629,23	1.503,20	1.364,00	1.259,65	1.153,29
Construção Pesada	0,92	922,78	914,33	971,79	807,30	739,02
Couro e Calçados	8,25	199,46	184,27	192,25	180,90	162,33
Demais Atividades	35,64	7,00	5,16	1,66	1,58	0,88
Eletroeletrônico	0,46	768,81	765,32	769,47	685,49	632,50
Energia Elétrica	(51,08)	229,63	469,38	440,65	291,01	245,53
Imobiliário	29,44	1.713,32	1.323,63	1.234,53	1.166,82	1.054,38
Instituições e Serviços Financeiros	(9,66)	111,08	122,96	123,16	111,66	244,94
Insumos Agrícolas	20,62	412,82	342,25	318,11	350,19	366,78
Madeireiro e Moveleiro	9,34	733,25	670,63	634,44	584,18	531,53
Metalurgia e Siderurgia	3,03	1.826,36	1.772,58	1.596,86	1.425,50	1.211,61
Papel e Celulose	5,03	317,84	302,62	307,06	264,91	218,35
Petroleiro	(64,28)	1.560,68	4.368,80	4.074,85	3.530,25	1.665,51
Químico	10,85	580,61	523,78	475,99	444,08	442,72
Serviços	14,86	2.305,82	2.007,55	1.862,40	1.728,74	1.615,58
Telecomunicações	5,75	962,94	910,62	891,65	182,41	171,60
Têxtil e Confecções	6,32	1.207,51	1.135,74	1.121,23	1.055,22	963,98
Transportes	13,57	1.584,97	1.395,53	1.294,32	1.249,80	1.146,62
TOTAL	(5,59)	22.720,38	24.065,72	23.069,56	20.472,93	17.435,86

* Variação referente ao 3T16.

Destaca-se, a seguir, a evolução das exposições ao risco de crédito, observadas as definições da Circular Bacen nº 3.644/13, segmentadas por Fator de Ponderação de Risco (FPR), juntamente com a exposição média nos trimestres.

Tabela 34 - Exposição ao Risco de Crédito por FPR

R\$ mil

Exposição por FPR	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15 ⁽²⁾
FPR 0%	146.293	143.688	141.579	136.394	248.185
FPR 20%	660.278	728.419	552.958	372.132	876.308
FPR 35%	36.562.820	35.591.508	33.897.234	33.045.118	31.487.012
FPR 50%	11.467.343	11.517.007	12.832.391	13.003.725	12.763.883
FPR 75%	245.702.481	255.067.941	262.424.117	262.627.348	265.417.200
FPR 85%	172.525.796	179.843.691	185.347.390	195.815.976	207.042.329
FPR 100%	129.394.718	135.049.302	142.496.894	147.673.350	158.309.255
Total⁽¹⁾	596.459.728	617.941.556	637.692.563	652.674.043	676.144.173
Exposição Média do Trimestre⁽¹⁾	603.937.597	623.836.562	643.600.396	663.666.576	677.783.063

(1) Contempla operações de crédito, arrendamento mercantil, limite de crédito após aplicação do fator de conversão, créditos a liberar e prestação de garantias.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.193/2013, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.7. Exposição ao Risco de Crédito da Contraparte

O Banco do Brasil admite assumir exposições a risco de crédito da contraparte com clientes que tenham sido previamente analisados pela metodologia de cálculo de risco e estabelecimento de limite de crédito aplicável ao seu perfil, condicionado à existência de margem operacional suficiente para amparar tais operações.



Desse modo, as exposições a risco de crédito da contraparte concorrem com as demais exposições em operações de crédito do cliente no limite de crédito a ele atribuído.

As operações da espécie incidem no limite de crédito do cliente pela estimativa do valor exposto ao risco de crédito da contraparte em evento de *descumprimento*, sendo ponderados os mitigadores de risco aplicáveis, tais como o risco do emissor do ativo adjacente, a volatilidade do ativo, as garantias aportadas, o percentual subtraído dos ativos usados como colateral (*haircut*) e as regras de chamadas de margem de garantias adicionais, conforme características da operação efetuada.

Nas operações cursadas via Câmaras de Compensação e Liquidação (*Clearings*), há transferência de risco, sendo que o valor das operações incide no limite de crédito da referida câmara.

Para operações sujeitas a risco de crédito da contraparte, o Banco do Brasil segue o exposto na Circular Bacen nº 3.068/01, considerando tal risco como parâmetro para cálculo do ajuste ao valor de mercado de tais exposições, com efeitos no resultado do período ou em conta destacada do Patrimônio Líquido (PL), conforme a classificação da exposição.

Apresenta-se, a seguir, o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte a serem liquidados em sistemas de liquidação de câmaras de compensação e de liquidação, nos quais a câmara atue como contraparte central.



Tabela 35 - Valor Nocial de Contratos a Serem Liquidados em Sistemas de Liquidação de Câmaras de Compensação e de Liquidação, nos quais a Câmara atue como Contraparte Central

R\$ mil						
Negociação em Bolsa	Contraparte	4T16*	3T16*	2T16*	1T16*	4T15
Contratos de futuros		12.675.733	11.966.935	10.448.543	8.714.900	17.268.653
Compromissos de compra	B	12.675.733	11.966.935	10.448.543	8.714.900	17.268.653
Mercado de Opções		194.283	292.020	336.711	3.210	10.481.653
Posição Comprada	B	194.283	292.020	336.711	3.210	10.481.653

Obs: Contraparte (B) = Bolsa

*A partir do 1T16 considera-se a série com consolidação do Banco Votorantim pelo MEP

Na próxima tabela, demonstra-se o valor nocional dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, nos quais não haja a atuação de câmaras de compensação como contraparte central, segmentados entre aqueles que apresentam ou não garantias.

Tabela 36 - Valor Nocial dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte sem Atuação de Câmaras de Compensação como Contraparte Central

R\$ mil					
	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
sem garantias					
Operações de Derivativos	9.336.844	11.975.527	12.369.071	12.482.184	19.798.457
Operações de Câmbio	395.360	243.014	371.476	202.971	236.783
com garantias					
Operações de Derivativos	6.916.975	9.385.163	10.122.097	6.290.816	11.297.695
Operações de Câmbio	1.637.802	-	2.166.171	2.069	6.921
Operações Compromissadas	616.926.346	774.599.492	765.710.004	655.756.882	615.182.891

Na próxima tabela, é demonstrado o valor positivo bruto dos contratos sujeitos ao risco de crédito da contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação, conforme definidos na Resolução CMN nº 3.263/05.

Tabela 37 - Valor Positivo Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito da Contraparte

R\$ mil					
	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Valor Positivo Bruto	1.631.532	2.574.719	3.315.969	3.687.653	3.364.605
Derivativos	1.612.563	2.532.084	3.256.272	3.599.503	3.362.032
Câmbio	1.074	549	23.027	42.946	489
Compromissadas	17.895	42.086	36.670	45.204	2.084

A seguir, é apresentado o valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos, conforme art. 9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13:

- sejam mantidas ou custodiadas na própria Instituição;
- tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
- estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da Instituição depositária; e
- estejam imediatamente disponíveis para a Instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.



Tabela 38 - Valor das Garantias que Atendam Cumulativamente os Requisitos do art.9º, inciso VII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Recursos Internalizados	374.756.453	408.380.147	410.524.870	352.496.567	331.121.387
Títulos Públicos Federais	312.647.135	322.138.886	308.289.111	270.073.318	240.566.321
Total	687.403.588	730.519.032	718.813.981	622.569.885	571.687.708

De acordo com a classificação dos tipos de garantias aceitas pelo Bacen, foram identificadas aquelas que atendem às condições estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.678/13, sendo que, para efeitos de cálculo da garantia, foi considerado o valor comprometido como garantia para a operação vinculada.

A seguir, demonstra-se a exposição global ao risco de crédito da contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e o valor de garantias recebidas.

Tabela 39 - Valor das Garantias que Atendam Cumulativamente os Requisitos do art.9º, inciso V e VIII, da Circular Bacen nº 3.678/13

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15 ⁽²⁾
Risco de Crédito de Contraparte					
Valor de Garantias Recebidas	687.403.588	730.519.032	718.813.981	622.569.885	571.687.708
Exposição Global ⁽¹⁾	97.945.031	112.028.260	112.068.024	100.097.479	119.058.500

(1) Líquido dos efeitos do valor de garantias.

(2) Conforme Resolução CMN nº 4.193/13, a partir de 01.01.2015 o cálculo do RWA aplica-se às instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

6.1.8. Aquisição, Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

O BB tem por política realizar a cessão de créditos de operações não performadas, registradas em perdas e de risco integral do Banco, uma vez esgotados todos os procedimentos definidos no processo de cobrança e recuperação de créditos e as operações selecionadas terem atingido o ponto de economia, ou seja, sopesada relação custo/benefício, não se justifica manter as operações em cobrança dentro do banco comercial.

A cessão de créditos também é utilizada pontualmente para alienar créditos específicos, quando identificada como alternativa viável de sua recuperação, ainda que parcial.

Destaca-se, a seguir, o fluxo das operações cedidas com transferência substancial dos riscos e benefícios.

Tabela 40 - Operações em Perdas Cedidas com Transferência Substancial dos Riscos e Benefícios

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Quantidade de operações (em milhar)	38	384	490	649	768
Valor	1.240.133	785.203	1.564.356	2.029.427	2.284.388

Obs.: Os dados referem-se a cessões efetuadas à Ativos S. A. Valor de perdas da carteira

O BB não possui exposições nas seguintes categorias:

- exposições cedidas sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios;
- exposições cedidas com retenção substancial dos riscos e benefícios; e
- exposições cedidas nos últimos 12 meses que tenham sido honradas, recompradas ou baixadas para prejuízo.

A seguir, são apresentados os valores das operações cedidas com coobrigação que estão registradas em contas de compensação.



Tabela 41 - Valor de Operações Cedidas com Coobrigação Registradas em Contas de Compensação

R\$ mil	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Retenção de riscos em operações de crédito - Operações baixadas	4.764	5.145	5.182	5.300	5.454

Os procedimentos para a aquisição de ativos financeiros possuem similaridade ao padrão adotado pelo mercado, contemplando a avaliação do risco de crédito da Instituição cedente, das operações adquiridas e respectivos clientes devedores. As aquisições de ativos financeiros têm por objetivo o aumento da diversificação da carteira de crédito do Banco.

Em atendimento à Resolução CMN nº 3.533, de 31.01.2008, e normas vinculadas, a partir de janeiro de 2012, os registros contábeis passaram a ser efetuados considerando a retenção ou transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos financeiros adquiridos.

Tabela 42 - Saldo das Exposições Adquiridas COM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
a) Por tipo de Exposição	15.089	13.111	15.399	16.258	15.691
Pessoa Física - Consignado	906	1.050	1.277	1.540	1.830
Pessoa Física - Veículos	14.183	12.061	14.122	14.718	13.861
b) Por tipo de Cedente	15.089	13.111	15.399	16.258	15.691
Instituições Financeiras	15.089	13.111	15.399	16.258	15.691

Tabela 43 - Saldo das Exposições Adquiridas SEM Retenção dos Riscos e Benefícios pelo Cedente

R\$ milhões	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
a) Por tipo de Exposição	1,6	3	5	7	9
Pessoa Física - Consignado	0,6	1	1	1	1
Pessoa Física - Veículos	1	2	4	6	8
b) Por tipo de Cedente	1,6	3	5	7	9
Instituições Financeiras	1,6	3	5	7	9

6.1.9. Operações com Títulos e Valores Mobiliários Oriundos de Processos de Securitização

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo BB são classificados segundo as categorias abaixo:

- categoria I - títulos para negociação - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados;
- categoria II - títulos disponíveis para venda - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias I e III; e
- categoria III - títulos mantidos até o vencimento - devem ser registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento.

A seguir, são apresentadas as exposições referentes a títulos oriundos de processo de securitização:

- modalidades de títulos:
 - Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - comunhão de recursos que destina parcela preponderante do respectivo patrimônio líquido para a aplicação em direitos creditórios. São os direitos e títulos



representativos de direitos originários de operações realizadas nos segmentos financeiro, comercial, industrial e imobiliário, de hipotecas, de arrendamento mercantil e de prestação de serviços, bem como em outros ativos financeiros e modalidades de investimentos admitidos nos termos das Instruções CVM nº 356/01 e 444/06;

- ii. Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) - são títulos de renda fixa lastreados em créditos imobiliários - fluxo de pagamentos de contraprestações de aquisição de bens imóveis ou de aluguéis - emitidos por sociedades securitizadoras.

b) tipo de crédito que lastreia a emissão:

- i. FIDC - financiamento de veículos, recebíveis de fluxo de caixa de empresa, debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário, certificados de cédulas de crédito bancário, cédulas de crédito imobiliário, letras de crédito imobiliário, notas de crédito à exportação e outros direitos creditórios;

- ii. CRI - operações de crédito imobiliário.

c) classe do título:

- i. FIDC e CRI - quota classe sênior.

Tabela 44 - Valor das Exposições Decorrentes da Aquisição de FIDC e CRI

R\$ mil	4T16		3T16		2T16		1T16		4T15	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FIDC	6	1.503.077.438	6	1.514.806	6	1.503.880	7	1.581.786	7	1.684.101
CRI - Cat. 2	9	345.056.678	9	342.676	10	400.284	10	489.637	10	468.782
CRI - Cat. 3	4	147.533.374	4	138.640	4	96.620	3	398.100	3	111.854
TOTAL	19	1.995.667.490	19	1.996.121	20	2.000.784	20	2.469.523	20	2.264.738

Obs: As informações abrangem as agências do BB no Brasil e no exterior (BB - Banco Múltiplo).

6.2. Risco de Mercado

6.2.1. Política Específica de Risco de Mercado

O Banco estabelece políticas e estratégias para a gestão do risco de mercado e para a gestão dos instrumentos financeiros derivativos, as quais determinam as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco.

No processo de gestão de risco de mercado, são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

6.2.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Mercado

São utilizados, sistemas que garantem a identificação da avaliação, o monitoramento e o controle das posições registradas nas carteiras de negociação e de não negociação, bem como das operações destinadas ao cumprimento dos objetivos de *hedge* estabelecidos.

O BB utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- a) Sensibilidades;
- b) Valor em Risco (VaR); e



c) Estresse.

Por meio das métricas de Sensibilidade, são simulados os efeitos no valor das exposições resultantes de variações no patamar dos fatores de risco de mercado.

O VaR e o Estresse são métricas utilizadas para estimar perdas potenciais, sob condições rotineiras e extremas de mercado, respectivamente, dimensionadas diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica de VaR de riscos de mercado das exposições são classificados nas seguintes categorias:

- a) taxas de juros;
- b) taxas de câmbio;
- c) preços de ações; e
- d) preços de mercadorias (*commodities*).

O desempenho da métrica de VaR é avaliado mensalmente mediante a aplicação de processo de *backtesting*.

6.2.3. Políticas de Hedge

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão do risco de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada, a fim de garantir efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações de cada jurisdição.

6.2.4. Derivativos

No Banco, os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para *hedge* de posições próprias, para atender às necessidades de seus clientes e para tomada de posições intencionais, considerando limites, alçadas e procedimentos previamente estabelecidos.

As tabelas a seguir apresentam o total da exposição a instrumentos financeiros derivativos por categoria de fator de risco de mercado, segmentadas entre posições compradas e vendidas, segregado da seguinte maneira:

- a) operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria com contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior; e
- b) operações com instrumentos financeiros derivativos realizadas por conta própria sem contraparte central, subdivididas em realizadas no Brasil e no exterior.



Tabela 45 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T16

R\$ mil		4T16								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil		Valor Referência	Exterior		BB-Consolidado		
			Valor Custo	Valor Mercado		Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		22.670.960	1.665.017	1.534.760	5.187.996	60.624	61.545	27.858.955	1.725.641	1.596.305
Taxa de Juros	Bolsa	3.767.529	--	--	--	--	--	3.767.529	--	--
	Balcão	4.590.057	821.079	845.682	--	--	--	4.590.057	821.079	845.682
Taxa de Câmbio	Bolsa	8.900.072	25	67	--	--	--	8.900.072	25	67
	Balcão	5.175.187	555.835	484.751	5.187.996	60.624	61.545	10.363.183	616.459	546.296
Preço de Ações	Bolsa	193.333	285.437	193.333	--	--	--	193.333	285.437	193.333
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	9.082	(25)	14	--	--	--	9.082	(25)	14
	Balcão	35.699	2.666	10.912	--	--	--	35.699	2.666	10.912
Posição Vendida		14.708.298	(1.187.147)	(842.915)	11.040.426	(933.610)	(1.027.476)	25.748.725	(2.120.757)	(1.870.390)
Taxa de Juros	Bolsa	1.264.307	(17.244)	(30.354)	--	--	--	1.264.307	(17.244)	(30.354)
	Balcão	2.767.938	(133.610)	(164.126)	111.061	--	--	2.878.999	(133.610)	(164.126)
Taxa de Câmbio	Bolsa	947.282	(2.679)	(176)	--	--	--	947.282	(2.679)	(176)
	Balcão	9.690.833	(1.032.700)	(647.865)	10.929.365	(933.610)	(1.027.476)	20.620.198	(1.966.310)	(1.675.341)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	32.233	101	(125)	--	--	--	32.233	101	(125)
	Balcão	5.706	(1.014)	(268)	--	--	--	5.706	(1.014)	(268)
Posição Líquida		7.962.661	2.852.164	2.377.674	(5.852.431)	994.234	1.089.021	2.110.231	3.846.397	3.466.696

Tabela 46 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 3T16

R\$ mil		3T16								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil		Valor Referência	Exterior		BB-Consolidado		
			Valor Custo	Valor Mercado		Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		28.989.839	3.112.153	2.941.208	4.629.806	33.115	44.062	33.619.645	3.145.268	2.985.270
Taxa de Juros	Bolsa	3.749.672	--	--	--	--	--	3.749.672	--	--
	Balcão	6.312.632	1.517.073	1.460.013	--	--	--	6.312.632	1.517.073	1.460.013
Taxa de Câmbio	Bolsa	8.205.251	13	86	--	--	--	8.205.251	13	86
	Balcão	10.389.557	1.229.933	1.180.466	4.629.806	33.115	44.062	15.019.363	1.263.048	1.224.528
Preço de Ações	Bolsa	289.615	362.753	289.186	--	--	--	289.615	362.753	289.186
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	14.417	43	20	--	--	--	14.417	43	20
	Balcão	28.695	2.338	11.437	--	--	--	28.695	2.338	11.437
Posição Vendida		15.306.263	(2.047.785)	(1.623.281)	10.009.456	(697.724)	(676.714)	25.315.719	(2.745.509)	(2.299.995)
Taxa de Juros	Bolsa	1.761.452	(16.827)	(31.965)	--	--	--	1.761.452	(16.827)	(31.965)
	Balcão	3.839.542	(695.271)	(670.206)	165.922	--	--	4.005.464	(695.271)	(670.206)
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.111.431	(4.119)	(691)	--	--	--	1.111.431	(4.119)	(691)
	Balcão	8.535.978	(1.329.816)	(915.594)	9.843.534	(697.724)	(676.714)	18.379.512	(2.027.540)	(1.592.308)
Preço de Ações	Bolsa	11.580	(453)	(247)	--	--	--	11.580	(453)	(247)
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	34.590	(237)	(174)	--	--	--	34.590	(237)	(174)
	Balcão	11.690	(1.062)	(4.404)	--	--	--	11.690	(1.062)	(4.404)
Posição Líquida		13.683.576	5.159.938	4.564.489	(5.379.650)	730.839	720.776	8.303.926	5.890.777	5.285.265



Tabela 47 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 2T16

R\$ mil		2T16									
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil		Valor Referência	Exterior		BB-Consolidado			
			Valor Custo	Valor Mercado		Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	
Posição Comprada		25.331.679	3.296.081	3.161.287	8.239.012	181.219	94.991	33.570.691	3.477.300	3.256.278	
Taxa de Juros	Bolsa	5.004.419	--	--	--	--	--	5.004.419	--	--	
	Balcão	7.979.219	1.365.713	1.425.996	294.269	--	--	8.273.488	1.365.713	1.425.996	
Taxa de Câmbio	Bolsa	5.410.786	62	173	--	--	--	5.410.786	62	173	
	Balcão	6.532.004	1.527.547	1.391.074	7.944.743	181.219	94.991	14.476.747	1.708.766	1.486.065	
Preço de Ações	Bolsa	334.610	401.255	334.610	--	--	--	334.610	401.255	334.610	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	35.439	3	--	--	--	--	35.439	3	--	
	Balcão	35.202	1.501	9.434	--	--	--	35.202	1.501	9.434	
Posição Vendida		19.185.690	(2.791.566)	(2.288.687)	8.290.665	(756.014)	(730.213)	27.476.355	(3.547.580)	(3.018.900)	
Taxa de Juros	Bolsa	1.204.704	(7.032)	(13.770)	--	--	--	1.204.704	(7.032)	(13.770)	
	Balcão	2.896.110	(607.438)	(618.082)	--	--	--	2.896.110	(607.438)	(618.082)	
Taxa de Câmbio	Bolsa	1.866.022	(8.627)	(1.025)	--	--	--	1.866.022	(8.627)	(1.025)	
	Balcão	13.110.835	(2.162.805)	(1.646.441)	8.290.665	(756.014)	(730.213)	21.401.500	(2.918.819)	(2.376.654)	
Preço de Ações	Bolsa	1.084	(79)	(111)	--	--	--	1.084	(79)	(111)	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	84.461	(1.536)	(549)	--	--	--	84.461	(1.536)	(549)	
	Balcão	22.474	(4.049)	(8.709)	--	--	--	22.474	(4.049)	(8.709)	
Posição Líquida		6.145.989	6.087.647	5.449.974	(51.653)	937.233	825.204	6.094.336	7.024.880	6.275.178	

Tabela 48 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 1T16

R\$ mil		1T16									
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil		Valor Referência	Exterior		BB-Consolidado			
			Valor Custo	Valor Mercado		Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Valor Custo	Valor Mercado	
Posição Comprada		23.695.630	3.368.545	3.524.544	3.515.169	24.110	43.166	27.210.799	3.392.655	3.567.710	
Taxa de Juros	Bolsa	4.806.749	--	--	--	--	--	4.806.749	--	--	
	Balcão	6.976.749	1.685.375	1.690.371	--	--	--	6.976.749	1.685.375	1.690.371	
Taxa de Câmbio	Bolsa	3.889.284	--	--	--	--	--	3.889.284	--	--	
	Balcão	7.981.345	1.682.048	1.830.376	3.515.169	24.110	43.166	11.496.514	1.706.158	1.873.542	
Preço de Ações	Bolsa	3.210	57	47	--	--	--	3.210	57	47	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	18.867	--	--	--	--	--	18.867	--	--	
	Balcão	19.426	1.065	3.750	--	--	--	19.426	1.065	3.750	
Posição Vendida		19.998.554	(3.045.439)	(2.648.896)	15.177.114	(867.206)	(986.747)	35.175.668	(3.912.645)	(3.635.643)	
Taxa de Juros	Bolsa	936.130	(33.611)	(47.374)	--	--	--	936.130	(33.611)	(47.374)	
	Balcão	4.493.134	(1.422.031)	(1.408.108)	--	--	--	4.493.134	(1.422.031)	(1.408.108)	
Taxa de Câmbio	Bolsa	2.559.896	(9.109)	(3.925)	--	--	--	2.559.896	(9.109)	(3.925)	
	Balcão	11.842.206	(1.574.000)	(1.180.932)	15.177.114	(867.206)	(986.747)	27.019.320	(2.441.206)	(2.167.679)	
Preço de Ações	Bolsa	3.552	(165)	(279)	--	--	--	3.552	(165)	(279)	
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	128.914	(1.622)	(293)	--	--	--	128.914	(1.622)	(293)	
	Balcão	34.722	(4.901)	(7.985)	--	--	--	34.722	(4.901)	(7.985)	
Posição Líquida		3.697.076	6.413.984	6.173.440	(11.661.945)	891.316	1.029.914	(7.964.869)	7.305.300	7.203.353	



Tabela 49 - Instrumentos Financeiros Derivativos no País e Exterior, por Fator de Risco de Mercado, Com e Sem Contraparte Central - 4T15

R\$ mil		4T15								
Fator de Risco	Local Negociação	Valor Referência	Brasil Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	Exterior Valor Custo	Valor Mercado	Valor Referência	BB-Consolidado Valor Custo	Valor Mercado
Posição Comprada		17.662.585	2.721.902	3.277.079	4.236.087	32.343	84.953	21.898.672	2.754.245	3.362.032
Taxa de Juros	Bolsa	1.042.332	--	--	--	--	--	1.042.332	--	--
	Balcão	1.415.196	35.985	15.600	--	--	--	1.415.196	35.985	15.600
Taxa de Câmbio	Bolsa	13.022.811	1.358.628	1.744.654	--	--	--	13.022.811	1.358.628	1.744.654
	Balcão	2.121.268	1.325.940	1.511.528	4.236.087	32.343	84.953	6.357.355	1.358.283	1.596.481
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	27.160	--	--	--	--	--	27.160	--	--
	Balcão	33.818	1.349	5.297	--	--	--	33.818	1.349	5.297
Posição Vendida		21.371.217	(1.677.384)	(1.723.806)	18.491.193	(1.312.127)	(1.565.366)	39.862.410	(2.989.510)	(3.289.172)
Taxa de Juros	Bolsa	6.933.110	(251.801)	(284.900)	--	--	--	6.933.110	(251.801)	(284.900)
	Balcão	427.827	(8.669)	(6.864)	--	--	--	427.827	(8.669)	(6.864)
Taxa de Câmbio	Bolsa	7.370.908	(507.647)	(305.300)	1.163.896	--	--	8.534.804	(507.647)	(305.300)
	Balcão	6.530.654	(902.850)	(1.118.949)	17.327.297	(1.312.127)	(1.565.366)	23.857.951	(2.214.976)	(2.684.315)
Preço de Ações	Bolsa	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	Balcão	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Preço de Mercadorias (Commodities)	Bolsa	83.979	(1.126)	(137)	--	--	--	83.979	(1.126)	(137)
	Balcão	24.739	(5.291)	(7.656)	--	--	--	24.739	(5.291)	(7.656)
Posição Líquida		(3.708.631)	4.399.286	5.000.884	(14.255.106)	1.344.470	1.650.319	(17.963.738)	5.743.755	6.651.204

6.2.5. Carteira de Negociação

A Carteira de Negociação é dividida em grupos e livros, sempre observando os normativos internos, aprovados pelo CERML e pelo CSRG, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo ou livro.

Os principais tipos de limites utilizados para gestão de riscos de mercado são os de Valor em Risco (VaR) e teste de estresse.

No caso dos limites de VaR da Carteira de Negociação, tendo por objetivo evidenciar o nível de risco de mercado gerado pelas exposições e o respectivo impacto na exigência de capital para sua cobertura, são consideradas as métricas de VaR e de VaR Estressado.

Para mensuração do VaR da Carteira de Negociação, o Banco do Brasil adota a técnica de Simulação Histórica, com os seguintes parâmetros:

- a) VaR Total: (VaR + VaR Estressado) x Multiplicador, onde:
 - i. VaR: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques com 252 dias úteis, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11);
 - ii. VaR Estressado: a perda potencial esperada utilizando-se série histórica de choques diários contidos em 12 meses de estresse da carteira, a partir de 02/01/2004, nível de confiança de 99% e *holding period* de 10 dias (cfe. Circular Bacen nº 3.568/11); e
 - iii. Multiplicador: M, conforme previsto pela Circular Bacen nº 3.568/11.

A tabela seguinte discrimina o valor total da Carteira de Negociação por fator de risco de mercado relevante, segmentada entre posições compradas e vendidas.



Tabela 50 - Carteira de Negociação por Fator de Risco de Mercado Relevante, Segmentado entre Posições Compradas e Vendidas

R\$ mil					
Fator de Risco	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Prefixado					
comprado	1.410.347	1.830.961	1.332.425	938.342	687.132
vendido	1.388.106	1.762.596	1.297.998	943.197	662.630
CDI/TMS/FACP					
comprado	328.093	318.873	345.427	76.919	68.588
vendido	171.170	448.115	-	515.967	-
Índice de Preço					
comprado	112.746	36.083	33.584	319.071	31.244
vendido	-	-	-	-	-
Moeda Estrangeira/Ouro					
comprado	667.729	11.532.131	2.402.645	4.363.481	3.597.205
vendido	77.152	515.384	279.843	575.131	308.972
Ações					
comprado	-	-	-	-	-
vendido	-	-	-	-	-

Obs: Banco Patagonia incluído.

6.2.6. Carteira de Não Negociação

De forma excludente, as operações de posições próprias do Conglomerado Financeiro não classificadas na Carteira de Negociação são consideradas como componentes da Carteira de Não Negociação. Registra-se também que as posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Financeiro não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Em linha com as práticas de mercado e com as exigências dos órgãos reguladores, o BB define políticas de gestão de risco de mercado, incluindo o risco de taxa de juros das operações classificadas na carteira de não negociação. Estas políticas estão em linha com as diretrizes estratégicas da Instituição e com os objetivos gerais do processo de gestão e preveem:

- controle das exposições por meio do estabelecimento de limites;
- gerenciamento da carteira considerando a melhor relação risco e retorno e os cenários interno e externo;
- realização de operações para compensar os riscos decorrentes das variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa dos ativos e passivos;
- gerenciamento da exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado da Instituição;
- avaliação dos impactos nas exposições quando da criação ou modificação de produtos e serviços; e
- realização mensal de testes de estresse das exposições ao risco de taxa de juros de *banking book*.

A Carteira de Não Negociação é dividida em grupos e livros, observando os normativos internos, aprovados pelo CERML e pelo CSRG, os quais estabelecem os objetivos, a composição, os limites financeiros e os limites de riscos de mercado para cada grupo e livro.

O Banco do Brasil utiliza a métrica de *Economic Value of Equity* (EVE) para apuração do risco de taxa de juros do *banking book*.

O EVE consiste em estimar a variação do valor econômico dos ativos, passivos e instrumentos derivativos da Instituição, confrontando-se o valor obtido mediante a



aplicação de um cenário de choque na taxa de juros doméstica com o valor apurado no cenário de taxas vigente.

Entre outros aspectos, destaca-se que a métrica de apuração do EVE:

- a) inclui todas as operações sensíveis à variação nas taxas de juros e utiliza técnicas de mensuração de risco e conceitos financeiros amplamente aceitos;
- b) considera dados relativos a taxas, prazos, preços, opcionalidades e demais informações adequadamente especificadas;
- c) demanda definição de premissas adequadas para transformar posições em fluxo de caixa;
- d) mensura a sensibilidade a mudanças na estrutura temporal das taxas de juros, entre as diferentes estruturas de taxas e nas premissas;
- e) está integrado às práticas diárias de gerenciamento de risco;
- f) permite a simulação de condições extremas de mercado (testes de estresse);
- g) possibilita estimar a necessidade de capital para cobertura do risco.

Para tratamento dos produtos que não possuem vencimento definido, o Banco do Brasil adota métodos estatísticos e econométricos, referenciados na literatura, para análise de séries temporais, mais especificamente os métodos denominados Autorregressivos, Integrados e de Médias Móveis (ARIMA).

Tais métodos assumem a hipótese de que o comportamento retrospectivo das variações observadas nos saldos constitui-se em informação relevante para a previsão do comportamento futuro do fluxo de caixa de resgates (variável aleatória de interesse) dos saldos dos produtos de captação sob referência. Logo, tais métodos assumem como factível a possibilidade de ocorrência futura de flutuações de saldos (montante financeiro de resgates parciais) com amplitude similar àquelas observadas na série histórica.

A tabela seguinte apresenta o impacto no resultado ou na avaliação do valor da Instituição em decorrência de choques nas taxas de juros, segmentado por fator de risco.

Tabela 51 - Impacto no Resultado ou na Avaliação do Valor da Instituição em Decorrencia de Choques nas Taxas de Juros, Segmentado por Fator de Risco - Metodologia *Economic Value of Equity*.

R\$ mil	Resultado Hipotético (EVE)
Fator de Risco-Taxa de Juros	4T16
Taxa Pré-fixada de Juros	(10.237.181)
Dólar Americano	(296.061)
Euro	(1.240)
TR	6.365.541
TJLP	(100.785)
TBF	2.823
INPC	(393.440)
Outros	(286.959)

6.2.7. Mensuração do Risco de Mercado

O processo de mensuração do risco de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, o qual tem como principais objetivos:

- a) consolidar informações gerenciais para gestão do risco de mercado;
- b) simular cenários de mercado; e



c) calcular medidas do risco de mercado.

Dentre as funções do aplicativo *Riskwatch*, destacam-se:

- a) calcular indicadores de risco de mercado, tais como Valor em Risco (VaR) e *duration*;
- b) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- c) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- d) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse; e
- e) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação. O critério para classificação das operações na Carteira de Negociação é definido pelo CSRG.

As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado Prudencial não são passíveis de classificação na Carteira de Negociação.

Para o processo de gestão do risco de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CSRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites Globais: aplicados às Carteiras de Negociação e de Não Negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao Risco de Taxas de Juros do *Banking Book* (RTJBB) e aprovados pelo CSRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são Valor em Risco (VaR), estresse e volume financeiro, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das Carteiras de Negociação e de Não Negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na Carteira de Não Negociação (RTJBB) e aprovados pelo CERML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse, tanto para *trading* quanto para *banking book*, e EVE, específico para *banking book*.

Limites Operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidenciação do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente, aos gestores dos grupos e livros das Carteiras de Negociação e Não Negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos Comitês Estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do Relatório de Gestão de Riscos de Mercado e Painel de Riscos.



Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado “Ficha de Extrapolação de Limites”. Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

6.3. Risco de Liquidez

6.3.1. Política Específica do Risco de Liquidez

O Banco estabelece política específica para a gestão do risco de liquidez, a qual determina as diretrizes de atuação da Empresa no processo de gerenciamento deste risco, aprovada pelo Conselho de Administração e revisada anualmente

A Política Específica de Risco de Liquidez dispõe sobre a gestão do risco de liquidez das operações registradas no Ativo, Passivo e em Contas de Compensação praticadas no mercado financeiro e de capitais, assim como possíveis exposições contingentes ou inesperadas, levando em consideração diferentes horizontes temporais e estimando as perdas associadas a diferentes cenários, internos e externos, inclusive cenários de estresse. Considera, ainda estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada de fontes de recursos, prazos de vencimentos e moedas e plano de contingência de liquidez.

6.3.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco de Liquidez

O Banco do Brasil mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências (no Brasil e no exterior) e de acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a Política Específica de Risco de Liquidez estabelecida para o Conglomerado Prudencial, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco opera.

O processo de gestão de risco de liquidez envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às fases constantes no capítulo de processo de gestão dos riscos.

A gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil segrega a liquidez em moeda nacional (Real) da liquidez em moedas estrangeiras. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos:

- a) Projeções de Liquidez;
- b) Teste de Estresse;
- c) Limites de Risco de Liquidez; e
- d) Plano de Contingência de Liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos Comitês Estratégicos da Instituição.

As Projeções de Liquidez permitem a avaliação prospectiva do efeito do descasamento entre captações e aplicações, com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento orçamentário quanto as condições de mercado.



Periodicamente, as Projeções de Liquidez são avaliadas sob cenários base e de estresse. Caso, em algum desses cenários, a projeção de liquidez situe-se abaixo do nível de liquidez adotado como limite, verifica-se o potencial de medidas de contingência, previamente identificadas, em prol da recuperação da liquidez da Instituição.

Ademais, o Banco do Brasil utiliza as seguintes métricas de limites de risco de liquidez:

- a) Reserva de Liquidez (RL);
- b) Colchão de Liquidez;
- c) Indicador de Disponibilidade de Recursos Livres (DRL); e
- d) Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR).

A Reserva de Liquidez (RL) é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações e das condições de mercado. A metodologia da Reserva de Liquidez é utilizada como parâmetro para identificação de estados de risco de liquidez e acionamento do Plano de Contingência de Liquidez, sendo monitorada diariamente.

A figura seguinte apresenta o acompanhamento mensal da Reserva de Liquidez em Moeda Nacional do Banco.

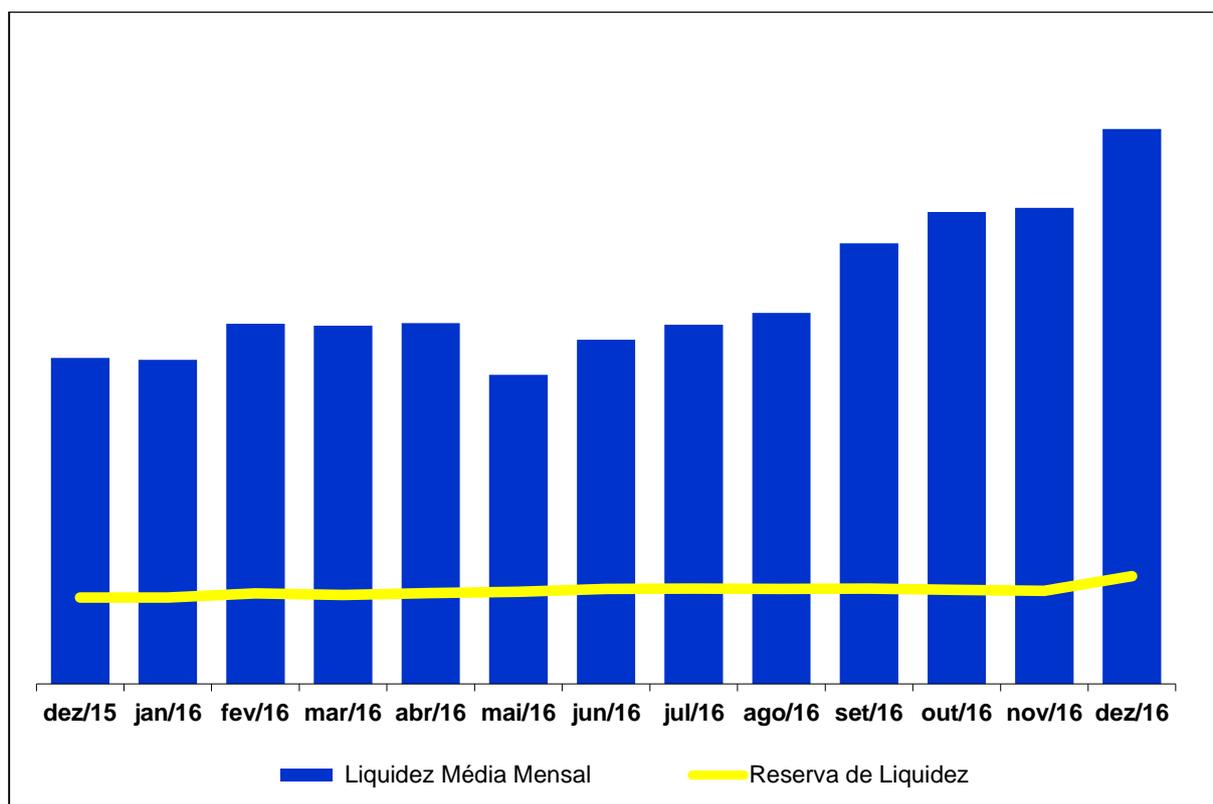


Figura 9 - Reserva de Liquidez - Moeda Nacional

A figura seguinte apresenta o acompanhamento da Reserva de Liquidez em Moeda Estrangeira do Banco.



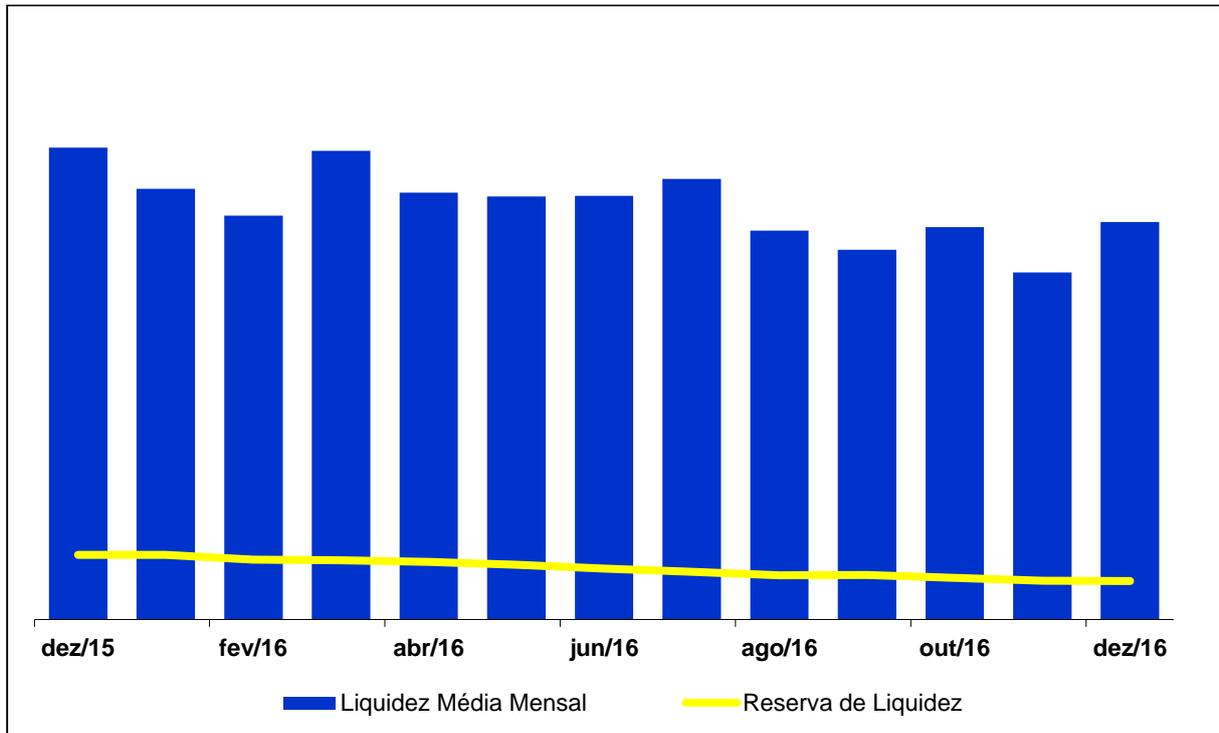


Figura 10 - Reserva de Liquidez - Moeda Estrangeira

O Colchão de Liquidez visa monitorar diariamente a liquidez observada, em complemento ao monitoramento diário das projeções de liquidez em seus diversos cenários: base e estresse, realizados com a utilização do limite da Reserva de Liquidez.

O Indicador de DRL, utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual, visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez com recursos estáveis e é definido anualmente pelo CSRG e seu monitoramento ocorre sob periodicidade mensal.



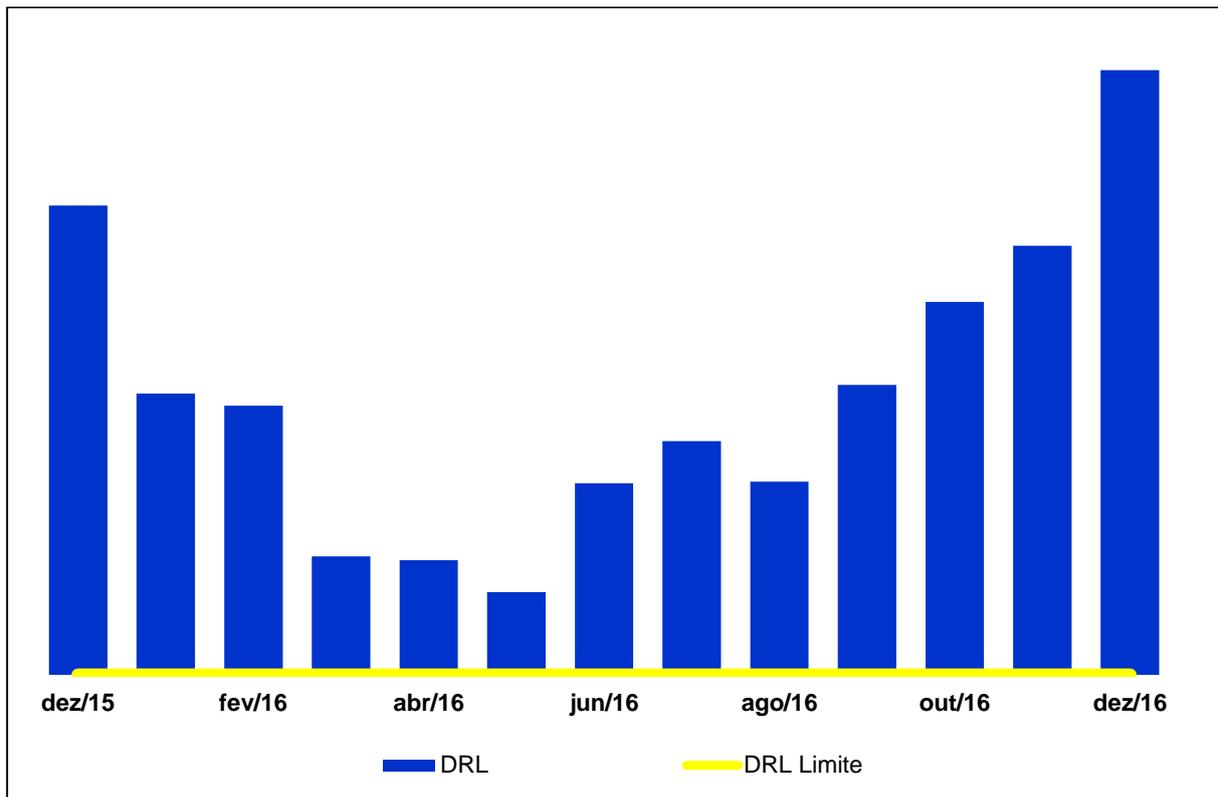


Figura 11 - Indicador DRL

O Plano de Contingência de Liquidez, por sua vez, estabelece conjunto de procedimentos e responsabilidades a ser adotado em situações de estresse de liquidez. Em caso de estresse de liquidez, poderão ser adotadas uma ou mais medidas de contingência no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da Instituição. O potencial das medidas de contingência de liquidez é mensurado mensalmente.

6.3.3. Sistemas de Mensuração do Risco de Liquidez

Assim como no risco de mercado, o processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo *Riskwatch*, que tem como principais objetivos:

- consolidar informações gerenciais, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- fornecer medidas do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

As funções em destaque do aplicativo *Riskwatch* são as mesmas citadas para o risco de mercado.

A mensuração e condições de reporte dos instrumentos de gestão adotados no processo de gestão de risco de liquidez, presentes no item anterior, são realizadas conforme os modelos e metodologias aprovados pelos comitês estratégicos de riscos.

A Diris apura, diariamente, o consumo dos limites estabelecidos. Na ocorrência de extrapolações, as mesmas são tratadas conforme a governança estabelecida, compreendendo tanto o Fórum de Liquidez quanto os comitês estratégicos de risco.



A comunicação da gestão do risco de liquidez para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias dos comitês estratégicos de riscos, a exemplo do Painel de Riscos e do Relatório de Gestão de Riscos de Mercado e de Liquidez.

6.3.4. Apuração do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR) é exigido para bancos com ativos totais acima de R\$ 100 bilhões, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.401/15.

O cálculo do LCR segue modelo de cenário de estresse padronizado estabelecido pelo Banco Central do Brasil (Bacen), através da Circular nº 3.749/15, alinhado às diretrizes internacionais e tem como objetivo garantir a existência de ativos de alta liquidez suficientes para suportar cenário de estresse financeiro com duração de 30 dias.

O cenário de estresse padronizado utilizado na apuração do LCR considera choques idiossincráticos e de mercado que resultam em:

- a) perda parcial das captações:
 - i. de varejo;
 - ii. de atacado sem colateral;
- b) perda parcial na capacidade de captar recursos de curto prazo;
- c) saídas adicionais de recursos, contratualmente previstas, devido ao rebaixamento da classificação de risco de crédito da instituição, em até três níveis, incluindo eventual requerimento adicional de colateral;
- d) aumento da volatilidade de preços, taxas ou índices que impacte a qualidade do colateral ou a exposição potencial futura de posições de derivativos, resultando na aplicação de deságios maiores ao colateral ou na chamada adicional de colateral, ou em outras demandas por liquidez;
- e) saques de valores superiores aos esperados nas linhas de crédito e liquidez concedidas; e
- f) necessidade potencial do banco ter de recomprar dívida ou honrar obrigações não contratuais visando mitigar seu risco reputacional.

O LCR corresponde à razão entre o estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) e o total das saídas líquidas de caixa previstas para 30 dias, representados na figura a seguir:

$$LCR = \frac{\text{Estoque de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)}}{\text{Saídas Líquidas de Caixa}}$$

Onde: Saídas Líquidas de Caixa = Saídas de Caixa (-) Entradas de Caixa
Entradas de Caixa limitadas a 75% das Saídas de Caixa

Conforme a regulação, os Ativos de Alta Liquidez (HQLA) são ativos que se mantêm líquidos no mercado durante períodos de estresse, que sejam fácil e imediatamente convertidos em espécie, mediante nenhuma ou pouca perda, estejam livres de impedimento, apresentando baixo risco e cujo apreçamento seja fácil e certo.

As Saídas Líquidas de Caixa representam a diferença entre Saídas de Caixa e Entradas de Caixa. As Saídas de Caixa são calculadas pela multiplicação dos saldos das várias categorias de obrigações e compromissos, registrados no passivo ou fora do balanço, por fatores de ponderação. As Entradas de Caixa são calculadas a partir da multiplicação, por fatores de ponderação, dos saldos das várias categorias de



valores adimplentes a receber pela instituição e para os quais não espere descumprimento da contraparte nos próximos 30 dias.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de implantação do LCR no Brasil, em que a exigência mínima do indicador vai aumentando gradativamente até atingir 100% a partir de janeiro de 2019.

Tabela 52 - Cronograma de Implementação do LCR

	Out/15	Jan/16	Jan/17	Jan/18	Jan/19
LCR mínimo	60%	70%	80%	90%	100%

Os valores da tabela a seguir foram obtidos a partir da média simples dos valores apurados e enviados ao Bacen no período de outubro a dezembro/2016.



Tabela 53 - Informações sobre o Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

		R\$ mil	
		Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)			
1	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		116.772.055
Saídas de Caixa			
2	Captações de Varejo, das quais:	364.075.117	20.362.038
3	Captações estáveis	235.574.916	7.067.247
4	Captações menos estáveis	128.500.201	13.294.790
5	Captações de Atacado não Colateralizadas, das quais:	62.053.286	29.165.659
6	Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	-	-
7	Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	61.983.556	29.095.929
8	Demais captações de atacado não colateralizadas	69.730	69.730
9	Captações de Atacado Colateralizadas		1.848.019
10	Requerimentos adicionais, dos quais:	161.147.111	30.306.101
11	Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	18.766.565	18.766.565
12	Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	1.297.727	1.297.727
13	Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	141.082.818	10.241.809
14	Outras obrigações Contratuais	21.301.278	21.301.278
15	Outras obrigações contingentes	9.158.928	1.086.850
16	Total de saídas de caixa		104.069.944
Entradas de Caixa			
17	Empréstimos Colateralizados	238.918.258	-
18	Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	40.074.575	20.250.167
19	Outras entradas de caixa	50.608.192	50.504.010
20	Total de entradas de caixa	329.601.026	70.754.176
			Valor Total Ajustado³
21	Total de HQLA		116.772.055
22	Total de saídas de líquidas de caixa		33.315.768
23	LCR (%)		350,5%

1 - Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

2 - Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3 - Corresponde ao valor calculado após aplicação dos fatores de ponderação e dos limites (Nível 2 e 2B e outras entradas de caixa).

Na média do 4º trimestre de 2016, o LCR do Banco do Brasil ficou em 350,5%.

Os Ativos de Alta Liquidez (HQLA) são representados, em grande parte, por títulos públicos federais brasileiros, além dos valores considerados como retorno de reservas compulsórias recolhidas no Banco Central do Brasil. O estoque de HQLA, na média do trimestre, foi de R\$ 116,8 bilhões.

As Saídas de Caixa, considerando o cenário de estresse regulatório, representaram, no trimestre, montante médio de R\$ 104 bilhões, onde destacamos (aproximadamente 68%):

- a) pelas captações de varejo e atacado não colateralizadas, conforme itens 2 e 5 da tabela; e
- b) pelos pagamentos de cartões de crédito a lojistas, conforme item 14 da tabela.

As Entradas de Caixa, na média do trimestre, corresponderam a R\$ 70,8 bilhões, com destaque para o valor referente ao fluxo de entradas das operações de crédito de R\$ 20,3 bilhões representam 29% do total das Entradas de Caixa (conforme item 18).

Pode-se observar que o Banco do Brasil possui ativos líquidos suficientes para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.



A tabela a seguir apresenta o histórico do indicador LCR referente ao 2T16, 3T16 e 4T16:

Tabela 54 - Histórico do Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)

R\$ mil	2T16		3T16		4T16	
	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²	Valor Médio ¹	Valor Ponderado Médio ²
Ativos de Alta Liquidez (HQLA)						
1	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)		91.216.906		108.066.187	
Saídas de Caixa						
2	Captações de Varejo, das quais:		372.955.725		27.308.562	
3	Captações estáveis	145.852.891	4.375.587	148.483.011	4.454.490	235.574.916
4	Captações menos estáveis	227.379.351	23.154.408	224.472.714	22.854.072	128.500.201
5	Captações de Atacado não Colateralizadas, das quais:		53.949.858		26.758.232	
6	Depósitos operacionais (todas as contrapartes) e depósitos decooperativas filiadas	-	-	-	-	-
7	Depósitos não-operacionais (todas as contrapartes) e depósitos de cooperativas filiadas	60.479.851	31.024.856	53.878.420	26.686.795	61.983.556
8	Demais captações de atacado não colateralizadas	78.931	78.931	71.438	71.438	69.730
9	Captações de Atacado Colateralizadas		97.785		193.073	
10	Requerimentos adicionais, dos quais:		153.533.865		18.791.982	
11	Relacionados a exposição a derivativos e a outras exigências de colateral	26.788.946	26.788.946	7.607.069	7.607.069	18.766.565
12	Relacionados a perda de captação por meio de emissão de instrumentos de dívida	903.563	903.563	653.194	653.194	1.297.727
13	Relacionados a linhas de crédito e de liquidez	150.185.404	10.897.023	145.273.602	10.531.719	141.082.818
14	Outras obrigações Contratuais	104.462	104.462	20.482.440	20.482.440	21.301.278
15	Outras obrigações contingentes	12.142.634	1.043.086	9.368.829	1.079.100	9.158.928
16	Total de saídas de caixa	98.468.648	98.468.648	94.613.389	94.613.389	104.069.944
Entradas de Caixa						
17	Empréstimos Colateralizados	228.273.390	-	260.948.846	-	238.918.258
18	Operações concedidas em aberto, integralmente adimplentes	39.747.390	21.580.695	37.990.670	20.349.899	40.074.575
19	Outras entradas de caixa	62.431.700	56.702.932	55.706.449	49.897.808	50.608.192
20	Total de entradas de caixa	330.452.481	78.283.627	354.645.965	70.247.706	329.601.026
						Valor Total Ajustado³
21	Total de HQLA	91.216.905	91.216.905	108.066.187	108.066.187	116.772.055
22	Total de saídas de líquidas de caixa	24.617.162	24.617.162	24.365.683	24.365.683	33.315.768
23	LCR (%)	370,5%	370,5%	443,5%	443,5%	350,5%

1 - Corresponde ao saldo total referente ao item de entradas ou saídas de caixa.

2 - Corresponde ao valor após aplicação dos fatores de ponderação.

3 - Corresponde ao valor calculado após aplicação dos fatores de ponderação e dos limites (Nível 2 e 2B e outras entradas de caixa).

6.4. Risco Operacional

As funções e atividades relacionadas à gestão do risco operacional são centralizadas na Unidade de Risco Operacional (URO), cabendo à Diris a mensuração dos valores de alocação de capital para cobertura dos riscos.

O responsável perante o Bacen pelo gerenciamento do risco operacional no Banco é o Diretor de Gestão de Riscos.

6.4.1. Política Específica do Risco Operacional

A Política Específica de Risco Operacional, cuja revisão é aprovada anualmente pelo CA, contém orientações às áreas do Banco que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional. Espera-se que as empresas Controladas, Coligadas e Participações definam seus direcionamentos a partir dessas orientações, considerando as necessidades específicas e os aspectos legais e regulamentares a que estão sujeitas.



O Banco também dispõe de outras políticas que compõem a relação de políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional, tais como as Políticas Específicas de:

- a) Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção;
- b) Gestão da Continuidade de Negócios;
- c) Relacionamento do Banco com Fornecedores;
- d) Risco Legal; e
- e) Segurança da Informação.

6.4.2. Processos e Estratégias para o Gerenciamento do Risco Operacional

O Banco do Brasil realiza a gestão do risco operacional segregando as funções de gestão de riscos e de negócios e adotando boas práticas em gestão de riscos, respeitadas as normas e diretrizes de supervisão e de regulação bancária.

Objetivando estabelecer linguagem única e comum para toda a organização, o Banco utiliza-se do Dicionário de Eventos de Risco Operacional. A utilização deste instrumento, além de contribuir para o acultramento do risco dentro da organização, permite entendimento claro e fácil dos riscos relacionados aos seus processos e atividades, classificando-os adequadamente.

Com o objetivo de reduzir as perdas operacionais, foi aprovado pelo Conselho de Administração (CA) e incorporado na atual Estratégica Corporativa do Banco e no Plano Diretor, indicadores e metas, com o objetivo de impulsionar ações tempestivas nas principais causas das perdas operacionais.

A gestão estratégica ocorre no CSRG, composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, e tem a finalidade de estabelecer as diretrizes, bem como definir limites globais de exposição a riscos.

O Banco define o Limite Global de Perdas Operacionais, fundamentado no montante máximo de perdas definido para o período de um ano. O referido limite está alinhado com a estratégia de redução das perdas operacionais e com os valores estabelecidos no orçamento da Instituição.

O BB utiliza Limites Específicos de Perdas Operacionais por gestores de produtos, serviços e canais, visando o maior envolvimento das diversas áreas na mitigação do risco operacional.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, os assuntos relacionados ao risco operacional são deliberados no Comitê Executivo de Controles Internos e de Risco Operacional (CERO).

O consumo do Limite Global e dos Limites Específicos é reportado mensalmente ao CSRG e ao CERO, e trimestralmente ao CA. São detalhados, ainda, o comportamento das perdas operacionais, as ações de mitigação e o diagnóstico das principais perdas incorridas.

O Banco conta com o Fórum de Gestão Integrada dos Riscos Operacional e Legal subordinado ao CERO, com o objetivo de contribuir com a redução das perdas operacionais por meio da identificação, avaliação e proposição de ações mitigadoras.



6.4.3. Avaliação do Risco Operacional

A avaliação consiste em quantificar a exposição do Banco aos riscos operacionais, com o objetivo de avaliar seu impacto nos negócios e analisar a probabilidade de ocorrência e severidade dos riscos potenciais identificados.

A Metodologia de Avaliação de Riscos Operacionais adotada pelo Banco, considera o impacto e vulnerabilidade para avaliação dos riscos potenciais, aprimorando o atual Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos do Banco, mantendo o alinhamento às melhores práticas adotadas no mercado e amparada nos principais padrões internacionais.

6.4.4. Mensuração do Risco Operacional

O Banco utiliza modelo baseado na Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para cálculo do capital para risco operacional.

O valor da parcela de capital para risco operacional representa o consumo do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura de risco operacional. O monitoramento dessa métrica é realizado nos colegiados estratégicos, CSRG e CERO.

Quanto à gestão da provisão para demandas contingentes, o Banco adota metodologia baseada em técnicas estatísticas, o que garante maior estabilidade e acurácia na estimativa de desembolso para cobertura de perdas com demandas judiciais. Referida metodologia possui acompanhamento contínuo do CSRG, que é o órgão de governança responsável por aprovar as metodologias, critérios e parâmetros para realização do cálculo das provisões para demandas contingentes.

6.4.5. Mitigação do Risco Operacional

Com o objetivo de prevenir, corrigir ou inibir fragilidades ou deficiências que possam gerar riscos, a URO emite Recomendação Técnica de Risco Operacional, para que as áreas gestoras de processos, produtos e serviços implementem ações corretivas visando a mitigação do risco operacional identificado.

As ações corretivas são registradas em ferramenta corporativa que possibilita o acompanhamento, avaliação e reporte das medidas implementadas.

A URO atua, também, na análise de incidentes de segurança envolvendo transações de clientes em canais de atendimento, com monitoramento contínuo, buscando inibir investidas e recuperar valores.

6.4.6. Controle do Risco Operacional

O Banco acompanha o comportamento dos riscos, limites, indicadores e eventos de perda operacional, de forma a garantir que os valores permaneçam dentro dos níveis máximos admitidos.

A tabela a seguir apresenta o acompanhamento das perdas operacionais do Banco, realizada por categorias de eventos de risco, em termos percentuais. Ressalta-se que o Banco considera as constituições/reversões de provisões, notadamente para passivos contingentes, no total apurado de perdas operacionais para as categorias Práticas Trabalhistas e Condições do Ambiente de Trabalho, Práticas Inadequadas relativas aos Negócios, Produtos e Clientes e Falhas na Execução e Gerenciamento de Processos.



Tabela 55 - Acompanhamento das Perdas Operacionais por Categoria de Eventos de Perda

	4T16	3T16	2T16	1T16	4T15
Práticas Trab. e Condições Ambiente Trabalho	29,53%	29,64%	63,90%	44,13%	61,61%
Práticas Inadeq. relativas Neg, Prd e Clientes	51,35%	51,60%	20,71%	33,45%	(0,92%)
Fraudes e Roubos Externos	14,56%	15,69%	16,57%	14,79%	25,66%
Falhas Execução Gerenciamento Processos	4,22%	2,10%	0,87%	6,68%	10,83%
Fraudes e Roubos Internos	0,26%	0,85%	0,12%	0,67%	2,07%
Danos a Ativos Físicos e Lesões a Pessoas	0,05%	0,12%	0,01%	0,20%	0,32%
Falhas de Sistemas e Tecnologia	0,02%	0,01%	0,00%	0,08%	0,44%
Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%	(2,17%)	0,00%	0,00%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

6.5. Risco Socioambiental

6.5.1. Política Específica de Responsabilidade Socioambiental

Em aderência aos requisitos da Resolução CMN nº 4.327, de 25.04.2014, e Normativo SARB (Sistema de Autorregulação Bancária da Federação Brasileira de Bancos) nº 14, de 28.08.2014, da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Política Específica de Responsabilidade Socioambiental permeia atividades relacionadas ao gerenciamento do risco socioambiental.

6.5.2. Estratégias para o Gerenciamento do Risco Socioambiental

A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração e a estrutura de gerenciamento segrega o processo de gestão dos riscos dos demais processos corporativos.

O Banco adota estrutura de gerenciamento de riscos que tem por objetivo identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar os riscos, bem como possui estrutura de governança e gestão de riscos compatíveis com o seu porte, natureza do negócio, a complexidade dos produtos e serviços e as relações estabelecidas com os diversos públicos de interesse.

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental contempla Diretorias e Unidades com papéis e responsabilidades definidos, contando com a participação dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

No modelo de gestão do risco socioambiental, Diretorias e Unidades intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão para que a área de risco possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.

O Banco conta também com processos que contribuem para a implementação de ações de responsabilidade socioambiental. São exemplos, o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) das empresas listadas na BMF&Bovespa, a Agenda 30, o Fórum de Sustentabilidade para Executivos, os Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho do *International Finance Corporation* (IFC).

6.6. Outros Riscos

No modelo de gestão dos riscos de estratégia, de reputação, de EFPPS e legal as diretorias intervenientes fornecem as informações necessárias à gestão, para que a área de risco possa identificar exposições e assessorar o processo de tomada de decisão em situação de risco.



A forma de atuação do Banco é pautada nas políticas e processos aprovados pela Alta Administração. O reporte e controle desses riscos é realizado periodicamente e os resultados são comunicados às instâncias competentes.

6.6.1. Risco de Estratégia

O Banco define o risco de estratégia como a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão estratégica.

A estrutura de gerenciamento do risco de estratégia segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da Estratégia no Banco do Brasil, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de estratégia orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de estratégia incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, para garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Além do monitoramento de indicadores, o Banco elabora cenários macroeconômicos e da indústria financeira, com o objetivo de melhor avaliar as ameaças do mercado e mitigar o risco nas decisões estratégicas. Adicionalmente, são executados, semestralmente, testes de estresse de risco de estratégia para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos.

6.6.2. Risco de Reputação

O Banco define o risco de reputação como a possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Instituição por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que podem afetar adversamente a sustentabilidade do negócio. Esse conceito é subdividido nas categorias “negócios e relacionamentos” e “controles e conformidade”.

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos de gestão da marca, evidenciando a responsabilidade das áreas envolvidas e visando garantir o retorno sustentável aos acionistas.

A política de gerenciamento do risco de reputação orienta o instrumental aplicado à sua gestão, define o escopo e especifica a necessidade de estabelecimento de ferramentas de governança.

O BB monitora, periodicamente, indicadores que refletem o nível de risco de reputação incorrido pela Instituição. O controle desses indicadores é efetuado por meio de limites de tolerância pré-estabelecidos, de forma a garantir que o risco permaneça dentro do nível aceitável. O objetivo desse processo é promover o gerenciamento proativo na tomada de decisão.

Na categoria “negócios e relacionamentos” são monitorados indicadores sobre a qualidade das menções veiculadas na imprensa, nas redes sociais e no SAC, bem como sobre a percepção dos investidores.



Na categoria “controles e conformidade” são monitorados indicadores relacionados à percepção dos reguladores, às ocorrências registradas na ouvidoria externa e à qualidade do processo de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Além do monitoramento de indicadores, o Banco executa testes de estresse de risco de reputação para avaliar o impacto de cenários adversos ou severos, com periodicidade mensal.

6.6.3. Risco de EFPPS

O risco de EFPPS é gerenciado nas dimensões patrocinador, planos de previdência e planos de saúde, com o intuito de avaliar o impacto negativo consolidado no patrimônio líquido do Banco e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de aposentadoria de benefício definido e dos planos de saúde patrocinados.

Ressalte-se que a estrutura de gerenciamento do risco de EFPPS segrega o processo de gestão do risco dos processos corporativos do Banco do Brasil, estabelecendo a responsabilidade das áreas envolvidas, contando com o envolvimento dos Órgãos da Administração e dos Comitês Estratégicos.

6.6.4. Risco Legal

Conforme normatizado pela Resolução CMN nº 3.380 de 29.06.2006, o risco legal compõe a definição de risco operacional, desta forma, a estrutura de gerenciamento de risco operacional, ao definir seu modelo de gestão, prevê sua identificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle, já detalhados no item 6.4 do presente relatório.

7. Programa de Testes de Estresse

O Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (CBSB)¹ defini o Teste de Estresse como uma avaliação da posição financeira do banco sob severo, mas plausível cenário de estresse. Assim, o modelo de teste de estresse integrado de capital adotado pelo Banco do Brasil tem por objetivo testar a resiliência diante da possibilidade de ocorrência de eventos extremos, podendo ser macroeconômicos ou idiossincráticos.

Para tanto, o BB realiza exercícios de estresse considerando:

- a) Teste de Estresse por Risco: testes de estresse utilizados na gestão de cada risco, considerando suas especificidades;
- b) Teste de Estresse dos Negócios: testes de estresse dos itens de resultado e patrimonial; e
- c) Teste de Estresse Integrado de Capital (TEIC): teste de estresse baseado em cenário único de condições macroeconômicas severas ou em cenário idiossincrático, conforme o caso, aplicável de forma integrada às variáveis de risco, às variáveis de negócios e seus impactos nos resultados, no Patrimônio Líquido (PL) e nos indicadores de capital da Instituição.

Para que o exercício cumpra seu objetivo, são utilizadas premissas que produzam situações extremas, embora plausíveis, capazes de gerar resultados em que os requisitos de solvência sejam extrapolados.

¹ Principles for sound Stress Testing practices and supervision (mai/09).



Ressalte-se que, para a realização do TEIC, o Banco utiliza cenários integrados de estresse corporativos, aprovados pelo CEGC, que definem a intensidade dos diferentes choques.

O uso do teste de estresse como ferramenta de gestão visa prover a avaliação prospectiva dos riscos, com o objetivo de avaliar a aderência ao grau de apetite a riscos do Banco, subsidiar o desenvolvimento de planos de contingência e de processos de mitigação de riscos e dar suporte aos processos de planejamento de capital e de liquidez.

